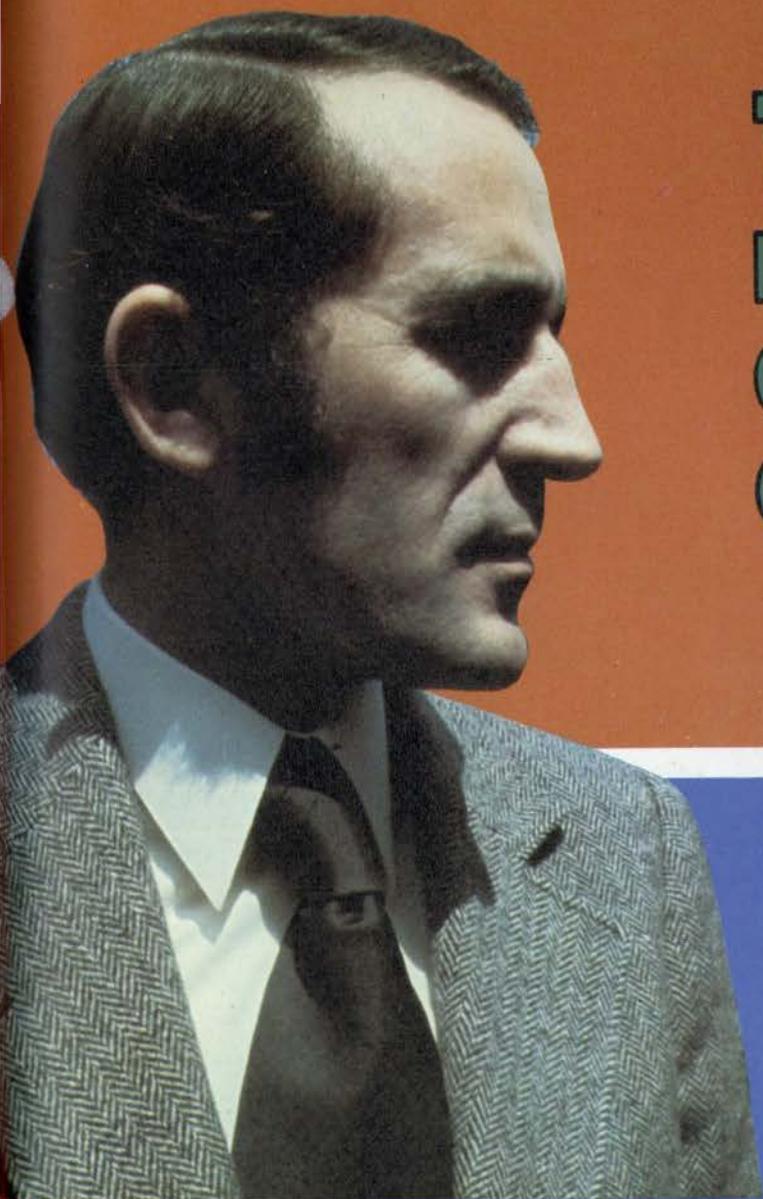


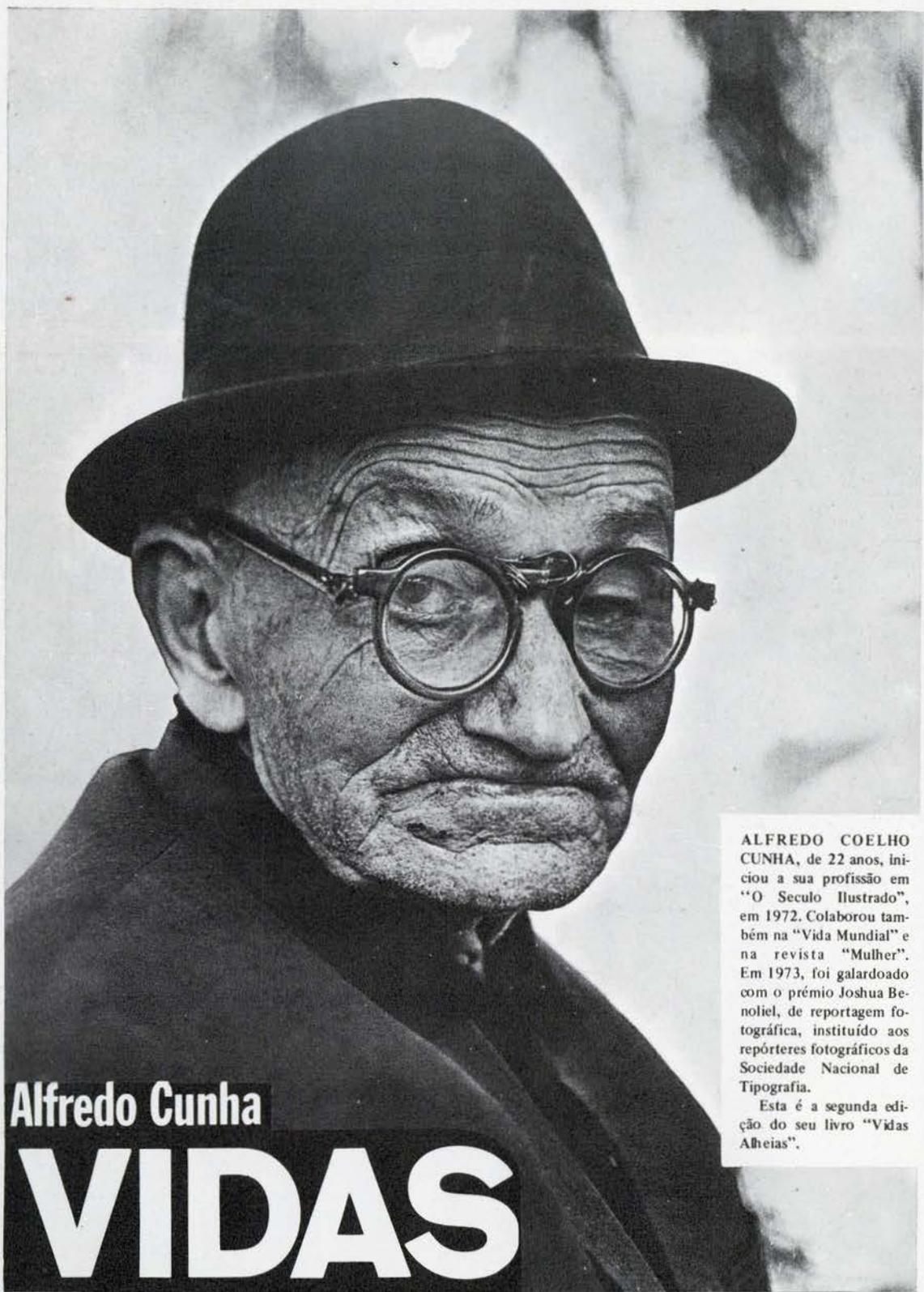
vida mundial

N. 1892 17/6/76
Preço 15\$00



TIMOR
mortos
e
esquecidos

EANES
o rosto
de um candidato



ALFREDO COELHO CUNHA, de 22 anos, iniciou a sua profissão em "O Seculo Ilustrado", em 1972. Colaborou também na "Vida Mundial" e na revista "Mulher". Em 1973, foi galardoado com o prémio Joshua Benoliel, de reportagem fotográfica, instituído aos repórteres fotográficos da Sociedade Nacional de Tipografia.

Esta é a segunda edição do seu livro "Vidas Alheias".

Alfredo Cunha

VIDAS

editorial
O SÉCULO

ALHEIAS

Director:
Natália Correia

Chefe de Redacção:
Paulo Figueira

Subchefe de Redacção:
Carlos Plantier

Secretário de Redacção:
M. Manuela de Sousa Rama

REDACÇÃO:
Afonso Manta, Carlos Pinto Coelho, Dórdio Guimarães, Feliciano Ferreira, F. Guerra, João de Almeida, José Machado, José N. Fernandes, Tomás Ribas

Fotografia:
Abel Fonseca

Secretariado:
Maria Manuela Andrade

Colaboradores:
A.C. Monteiro, Egídio Álvaro (Artes Plásticas), João Costa (Economia), Jorge Guimarães (Livros), Philippe de Saint-Robert (Paris), Sérgio Lima (Televisão)

Preço: 15 \$00

Assinaturas:

Via ordinária
Continente e Ilhas - 3 meses: 175 \$50, 6 meses: 351 \$00, 12 meses: 702 \$00; Angola, Moçambique, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Macau, Timor, Espanha e Brasil - 6 meses: 351 \$00, 12 meses: 702 \$00; outros países - 6 meses: 455 \$00, 12 meses: 910 \$00.

Via aérea
12 meses: Ilhas Adjacentes - 764 \$00; Angola, Moçambique, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Macau e Timor - 1201 \$00; Espanha - 764 \$00; Brasil - 1284 \$00; países europeus (excepto Espanha) - 1034 \$00; outros países - 1493 \$00.

Redacção e Administração:
Rua de "O Seculo", 63 - Telef. PBX 36 27 51/5.

Composição e Impressão:
Rua de "O Seculo", 41 - Lisboa-2.
Propriedade:
Sociedade Nacional de Tipografia.

Sai às quintas-feiras.



Por
Natália Correia

O ROSTO

VOTAR num partido não é o mesmo que votar num homem. Os partidos são máquinas de funcionamento previsível. Votar num homem, e designadamente num homem de posição suprapartidária, pressupõe a imprevisibilidade como parcela que não pode ser excluída da soma de reflexões que nos levam a votar nesse dado indivíduo.

Esta, a nova experiência que está a ser vivida pelos portugueses. E para lhe dar maior profundidade nela se introduz um elemento que reforça a ponderação exigida pela natureza individualizada do próximo acto eleitoral: prevalece a consciência de que o homem que for eleito para Presidente da República é uma condição necessária para a reconstrução de um país cuja situação não é dramatismo classificar de dramática.

A compenetração da importância da escolha do homem, do qual se espera essa espécie de milagre, comporta uma exigência do eleitorado: que a composição da candidatura seja uma inaparência e que o nítido contorno do candidato seja a única e firme aparência e encher o espaço onde os portugueses colocam tantas interrogações.

Isto compreendeu Ramalho Eanes. Começando por fazer uma aparição tímida, a qual presentíamos apertada pela disparidade de apoios que lhe teciam a candidatura, Eanes acaba por romper este tecido intrincado para encontrar o tom "pessoal" que o eleitorado lhe reclama.

ESTA personalização da sua candidatura era tanto mais exigível quanto nos outros cenários das presidenciais os restantes candidatos têm, por diferentes razões, imagens muito marcadas. Um Octávio Pato que, por definição partidária, é rigorosamente o que é. Um Otelo que, em seu adolescente condottierismo, não deixa de ser um caso. Um Pinheiro de Azevedo, cujo gesto disponível para a popularidade bem podia figurar entre os barros de Bordalo.

Não se tratava evidentemente de admitir que qualquer destas candidaturas fortemente contornadas tivessem a mínima viabilidade de ultrapassar as vantagens que Eanes logo teve à partida, mercê do apoio que os três maiores partidos lhe deram. A questão consistia precisamente em mostrar ao eleitorado que o homem era o indicado, não por ter esse apoio. Tinha-o, sim, por ser o homem indicado. E assim a preferência que o agraciava exercia-se não pelas vias partidárias mas em função do valor próprio do candidato.

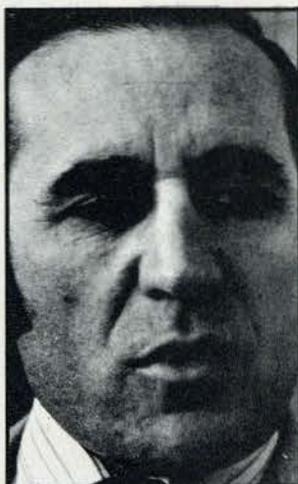
En esta perspectiva que foi de muita importância a presença simultânea dos quatro candidatos na TV, numa mesa-redonda que, se como tal foi uma decepção, teve o mérito de proporcionar elementos de comparação entre os quatro presidencialistas. Que vimos então: Octávio Pato despachadamente fiel ao ritornello da consabida fórmula, no que até pôs mais eloquência e estilo que o seu confrade Cunhal. Pinheiro mais lui même no piadético do gesto do que na soltura da palavra, que foi murcha. Otelo... nem mais nem menos que Otelo, e qualquer semelhança entre ele e um candidato à Presidência da República é mera coincidência. E Eanes?

Ali vimos finalmente desoculta a imagem do candidato que a candidatura tem velado. Ali vimos o homem presente no seu próprio rosto. Um rosto onde a melancolia e a gravidade que a situação impõem se casam com a firmeza que a mesma situação lhe pede.

Eanes não falou de menos nem falou de mais. Nisto nos quis dar a entender que, nas circunstâncias dramáticas que o encaminham para a Presidência da República, se falar de menos é inquietante, falar de mais é desonesto.

Nesta perfeita conjugação do que não se deve esconder e do que não deve ser prometido, Eanes definiu-se como homem altamente consciente da missão patriótica que o chama à chefia dos destinos da Nação.

EDITORIAL	
por Natália Correia	1
<hr/>	
PRESIDENCIAIS	
.....	3
<hr/>	
AÇORES	
.....	8
<hr/>	
TIMOR	
.....	14
<hr/>	
NACIONAL	
Os que riem	6
A la minuta	7
O grupo do leão	8
Os cegos já podem ler	20
Polémica	23
Banhos de S. Paulo	25
Teatro de S. Carlos	43
Os surdos	46
Octávio Pato	60
Inquérito aos partidos	61
Violência gera violência	63
<hr/>	
O CONTRADICIONISTA	
.....	25
<hr/>	
POPULAÇÃO	
Malthus ou Marx?	37
<hr/>	
LIVROS	
Um homem apanhado na teia do "marketing"	48
Um imenso adeus	49
Os dez mais	49
Feira: o ritual de sempre	50
<hr/>	
CINEMA	
Uma questão de milímetros	51
É esta a libertação	52
Sexual da mulher?	52
Má jogada feminina	52
<hr/>	
TV	
Quatro ases na manga	53
<hr/>	
INTERNACIONAL	
Líbano	54
Arábia Saudita	56
África do Sul	56
Grã-Bretanha	58
Nova Zelândia	59
Rodapé	58
<hr/>	
SEPARATA	
Santo António	29
Santo Antoninho	29



EANES: O ROSTO DE UM CANDIDATO

Em entrevista exclusiva para a "VM" — definitivamente diferente de quantas lhe foram feitas, até ao momento — o general Ramalho Eanes revela características próprias, ainda desconhecidas do grande público, que, no próximo dia 27, terá de fazer a sua grande opção política.

Revista em que a cultura segue a par da actualidade política, "VM" não poderia ter deixado passar em branco determinados temas que, pela sua importância, têm, também, de preocupar um provável futuro governante (Pág.)

TIMOR: MORTOS E ESQUECIDOS

Vinte e três militares portugueses continuam presos na mesma terra onde dezenas de compatriotas nossos foram massacrados, durante uma guerra civil, provavelmente escusada, que custou a vida a milhares de pessoas (pág. 14).



AÇORES: QUÊ É A UDA?

No panorama político dos Açores, surgiu uma nova força política: a UDA (União Democrática Atlântica). Primeira tentativa séria de um partido insular de projecção nacional, a UDA tem ainda uma característica que a distingue claramente de todas as formações políticas existentes: defende "o primado do espírito sobre a matéria", como vem expressamente consignado nos seus estatutos (na pág. 10).

No próximo número terminaremos a série de artigos que temos vindo a publicar sobre os Açores, com os depoimentos de figuras salientes dos principais partidos políticos portugueses.

RAMALHO EANES: "UM DEMOCRATA ACIMA DE TUDO"

VIDA MUNDIAL — O fenómeno que se verifica em torno da sua candidatura — apoio massivo de forças políticas, contraditórias entre si — revela a existência de um denominador comum, de natureza psicológica. Colocam-se as esperanças nacionais no indivíduo, como se dele se esperasse a salvação. O envolvimento humano que assinala o apoio à sua candidatura tem, para alguns, um cunho subjacentemente sebástico. A nosso ver, o general Eanes corre o risco de se converter num mito. Ora, as personalidades políticas, quando mitificadas, arriscam-se a não corresponder ao seu mito. Isto é tanto mais pertinente numa sociedade onde as possibilidades de reconstrução nacional se apresentam difíceis. Põe-se, portanto, a questão: não receia que o facto de o mitificarem se volva, amanhã, contra si?

RAMALHO EANES — Não julgo haver, no caso da minha candidatura, qualquer tipo de mitificação. O denominador comum a que se refere e que, efectivamente, parece unir os partidos que me apoiam é, certamente, a confiança que em mim depositam, considerando os meus esforços no sentido da institucionalização da democracia política e do respeito pela Constituição.

V.M. — Disse o general Eanes não ser marxista e ter formação cristã. Não acha que esta sua posição o insere numa democracia cristã? Mas, por outro lado, no seu manifesto afirma a necessidade de se fazer um socialismo à medida do homem português. Como concilia estas facetas?

R.E. — Não me preocupo demasiado com rótulos de carácter político. A formação cristã que efectivamente tenho não me impede, como também já referi, de conhecer a importância do método marxista, interessante mas incompleto, como um método, entre

outros, de análise social e histórica. Julgo que esta posição não é incompatível com o socialismo delimitado pela Constituição, que eu entendo como um socialismo à medida do homem português, a ser construído de acordo com as raízes históricas do nosso povo e sempre dentro do respeito pela sua vontade livremente expressa.

V.M. — afirmou o sr. general não ser "um candidato de partidos". Observa-se, todavia, que cada partido vê em si um aspecto simpático à sua estratégia política. Como homem-síntese que afirma ser, põem-se-lhe necessaria-

"Não é lícito ao PR demarcar-se perante esta ou aquela opção política"

mente duas alternativas: ou satisfazer os vários jogos partidários ou estes satisfazerem o homem-síntese que é. Até que ponto as contradições políticas aqui geradas poderão ter repercussões na vida política portuguesa?

R.E. — Como já referi, julgo existir um ponto convergente que satisfaz o interesse dos partidos políticos que me apoiam e, consequentemente, a estratégia política de cada um desses partidos. Reafirmo, neste momento, que esse apoio dos partidos políticos não implica, da minha parte, qualquer compromisso em relação a cada um deles. A minha candidatura é suprapartidária e nacional. Considero, no entanto, que a existência dos partidos e a sua acção são fundamentais para a institucionalização da democracia. As contradições existentes serão as necessariamente resultantes do quadro institucional previsto onde, face a um Presidente da República que se deseja de todos os portugueses, existem associações ideologicamente diferentes que



enquadram politicamente esses portugueses.

V.M. — Referiu-se o sr. general à cultura como um valor de identidade nacional. Posta nestes termos, a cultura terá de revestir-se de um carácter de aportunamento. Isto é, sistematização das expressões da nossa cultura mais concordantes com a sensibilidade do nosso povo. À primeira vista, isto parece uma ideia conservadora. Mas também é certo que, quando para defender a independência nacional, há que conservar o que está prestes a ser perdido. Esta atitude é revolucionária. Gostaríamos que nos desse rápidos apontamentos sobre a orientação cultural que julga melhor servir este seu propósito.

R.E. — A cultura é, sem dúvida, o primeiro valor que define uma identidade nacional. Defendê-la como expressão autêntica de um povo, preservar os seus diversos elementos, torná-la viva e sentida por todos e não apenas por qualquer elite, fazê-la conhecida no confronto de outras culturas — eis a obrigação de quem se pretenda um verdadeiro patriota.

No caso português, seria exagerado considerar a nossa cultura directamente ameaçada nas suas características próprias. No entanto, há problemas graves que, a não serem enfrentados,

poderão acarretar consequências funestas no futuro. Refiro-me à crise generalizada e permanente no sistema de ensino, à intoxicação ideológica a que tem estado submetida, ao desprezo a que foi votada a nossa história tanto pelo regime de Salazar — que dela se serviu com intuítos obscurantistas — como pelos revolucionários de papel — ignorantes acerca do povo que diziam ir libertar.

Vencer estes problemas, restituir aos portugueses o sentido da cultura numa perspectiva de liberdade e modernidade, fazer da democracia cultural a democracia da competência, promover, aqui mais do que em qualquer outro domínio, o reencontro de Portugal consigo mesmo, tais são as grandes orientações que preconizo. Mas caberá, evidentemente, ao Governo, de harmonia com a Constituição, definir e executar medidas mais precisas, a curto e a médio prazo.

V.M. — É sabido que o neo-realismo — que transplantou para Portugal o chamado realismo socialista, de fundamento marxista — tem feito ultimamente larga carreira na nossa vida literária. Acha compatível esta expressão literária com as verdadeiras tendências da cultura portuguesa, isto é, de uma cultura portuguesa de valor identificante?

R.E. — Não me sinto habilitado a responder de maneira cabal, porque não sou propriamente um crítico literário. Todavia, julgo que nenhuma corrente cultural poderá sobreviver, em qualquer meio, se nela não puder inserir-se e se nela parecer como mero produto de importação.

V.M. — O sr. general falou, numa entrevista, de “democratização cultural”. Quando disse isto tinha em mente distribuir democraticamente os bens culturais pela população, ou reduzir a cultura a uma linguagem compreensível pelas classes menos aculturadas, fazendo-a descer ao povo, em vez de fazer o povo ascender à cultura?

R.E. — Quando me referi a democratização cultural, embora estando no meu espírito uma síntese das duas linhas que menciona, queria significar que considero fundamental que sejam criadas condições para que todos os portugueses passem a ter, no mais cur-

to prazo, idênticas possibilidades de acesso ao conhecimento.

V.M. — Nos termos da Constituição, o Presidente da República (que é também Presidente do Conselho da Revolução) encontra-se condicionado, na sua actuação, pela obrigatoriedade de consulta ao CR. Crê que o CR, tal como actualmente é constituído, apresenta condições desejáveis para lhe dar apoio que se intente seguir nas directrizes que intenta seguir?

R.E. — Considero que o CR, com a constituição resultante da eleição do Presidente da República e consequente designação do Chefe do Estado-Maior do Exército apresenta condições para dar apoio ao Presidente do CR.

“Não me preocupo demasiado com rótulos de carácter político”.

V.M. — O sr. general referiu que o PC estava legalmente definido como tal, havia que considerá-lo. Parece-nos, no entanto, que semelhante é a situação legal da UDP, organização que apoia a candidatura do major Otelo. Ora, o sr. general Eanes afirmou, em entrevista ao “Jornal de Notícias”, que, se o major Otelo ganhasse as eleições, abandonaria o País. Quer isto dizer que, para si, não é o facto de um partido estar legalmente incorporado na democracia que define a sua democraticidade. Porque não aplicar, então, este princípio ao PCP?

R.E. — Já tive oportunidade, no seguimento da entrevista que refere ao “Jornal de Notícias”, de aprofundar a minha ideia e a minha posição quanto ao PCP. No essencial, afirmei que a prática política daquele partido não tem correspondido às afirmações democráticas dos seus dirigentes.

V.M. — Uma certa impopularidade tem recaído sobre alguns elementos dos “Nove”, provocada, nomeadamente, pelos insucessos da nossa política relativamente a Angola e a Timor. Para lhe falarmos com toda a franqueza, há quem receie que as suas tomadas de posição sejam susceptíveis de vir a ser influenciadas pelos laços de amizade que o ligam a esses elementos. Não

será altura de esclarecer os que têm dúvidas sobre esta questão, no sentido de afirmar a sua total independência de qualquer grupo que o pretenda influenciar, particularmente este a que nos referimos?

R.E. — A actuação dos responsáveis pelos diversos sectores da política nacional é sempre susceptível de crítica e essa crítica surge muitas vezes e, naturalmente, de grupos minoritários.

Já várias vezes referi aos portugueses a minha total independência quanto à actuação e ao pensamento das diferentes associações ou grupos políticos e à salvaguarda da minha pessoa quanto a influências que possam ser exercidas.

V.M. — O PCP, através dos seus órgãos de Informação, saudou o seu manifesto, ao qual atribuiu uma tonalidade esquerdista, incompatível com certas forças que o apoiam. Como encara o sr. general essa manifestação de regozijo do PCP, face ao teor do seu manifesto?

R.E. — Talvez resulte de uma óptica particular que aquele partido tenha, relativamente às forças políticas que decidiram conceder-me o seu apoio. No texto do meu manifesto, procurei ir ao encontro do interesse de todos ou, pelo menos, da grande maioria dos portugueses, mantendo uma fidelidade ao teor da Constituição e o consenso das forças apoiantes à minha candidatura insere-se neste quadro.

“A prática política do PCP não tem correspondido às afirmações democráticas dos seus dirigentes”.

V.M. — A sua linguagem, sr. general, é clara. Dá-nos uma visão aberta e progressista da sociedade. Nesta, terá de caber a oportunidade dada à mulher portuguesa, mesmo a nível de funções governamentais. Este imperativo é tanto mais fundamentado quanto é certo que a luta pela democracia, no difícil período em que ela esteve ameaçada, encontrou, em certas figuras femininas, uma combatividade de que poucos homens deram provas. Tendo a mulher portuguesa, através de certas vozes, sido um factor decisivo para a constru-

ção da democracia, em Portugal, não acha que é de dar-lhe um lugar de relevo nos destinos dessa democracia?

R.E. — Creio que a verdadeira “chave” da questão está na palavra que empregou — “oportunidade”.

Entendo que é através dela, ou melhor, da sua faculdade aberta a todos — e quando digo todos não faço discriminação de sexo — que se permite o acesso aos órgãos de decisão do aparelho estatal.

“A política não é um exclusivo masculino e a mulher não deve manter uma posição passiva”

A mulher portuguesa já viu tombarem os muros que barravam a sua participação na governação pública. Temos, hoje, mulheres no Governo, na Assembleia da República, nos tribunais e nas autarquias locais e, muito embora o seu número seja verdadeiramente limitado, não tenho conhecimento de qualquer impedimento legal a uma mais ampla participação feminina no aparelho de Estado.

A política não é um exclusivo masculino e a mulher não deve, relativamente a esta, manter uma posição passiva. Verei com agrado, e tudo farei, para que às mulheres sejam permitidos os lugares a que têm direito, extirpando-se, para sempre, a reminiscência dos velhos tabus incompatíveis com o exercício democrático.

V.M. — Se fizemos uma síntese da linguagem que tem utilizado até hoje, na sua campanha eleitoral, somos levados a pensar que é um social-democrata. Engeita essa designação?

R.E. — Devo afirmar-lhe, antes de responder à sua pergunta, que esta enferma do mal de pretender “catalogar-me”, de imediato, dentro de uma terminologia política fácil.

Responder-lhe-ei, porém, que me considero, acima de tudo, um democrata, entendendo por tal a prática política no absoluto respeito pela vontade popular, expressa através dos seus órgãos representativos e consultas de vontade.

V.M. — As esquerdas e as direitas disputam entre si a solução dos problemas portugueses, solução essa que pas-



sará a estar incarnada na figura do Presidente da República. Essa disputa tem pesado no desequilíbrio das forças nacionais que, como bem disse, devem ser congradadas. No caso de ela continuar a verificar-se e de o Presidente da República aceitar esse jogo, podemos dizer que ele é um homem que vem do passado. Entretanto, faz-se notar que a linguagem adoptada pelo sr. general — como introdução à sua campanha — reflecte alguns dos pontos que no “processo revolucionário em curso” defendiam um “socialismo original”. Isto significará que, como Presidente da República, o sr. general será o Presidente que vem do passado e de um passado recente, que não nos deixou boas recordações? Não acha que os

“É-me sempre difícil traçar um perfil de mim próprio”

portugueses aguardam um Presidente da República que venha do futuro, que utilize uma linguagem inovadora, adequada à realidade que esse futuro impõe? E neste caso, o lema deste presidente seria: não sou esquerda, nem direita, sou Portugal. Podemos esperar que seja este o seu lema?

R.E. — Considero-me um homem inteiramente empenhado na renovação criadora do nosso país e na salvaguarda dos valores democráticos e, como tal, procurei exprimi-lo tanto no meu manifesto eleitoral como em todas as ve-

zes em que tive ocasião de me dirigir ao povo português.

Não cabendo ao PR governar ou legislar, cumpre-lhe, no entanto, estabelecer o equilíbrio entre as forças políticas concorrentes, imprimindo-lhe um sentido unitário de acção a bem da Comunidade Nacional.

Do Presidente da República, espera o povo o empenhamento em dar concreta execução à ideia de uma linguagem de FUTURO, porque é o firme garante de que o PR saberá manter o rigoroso respeito pela vontade do povo.

Não compete nem é lícito ao PR, demarcar-se perante esta ou aquela opção política ainda que expressa em termos simplistas de direita ou esquerda ou de qualquer outra forma, mas sim, e fundamentalmente, zelar pelo interesse comum no quadro das responsabilidades constitucionais.

V.M. — Uma pergunta de carácter pessoal: os que o conhecem mais de longe traçam-lhe um perfil austero; os que o conhecem mais de perto dizem que essa aparência encobre uma grande riqueza afectiva. Qual destas imagens traduz melhor a sua verdadeira personalidade?

R.E. — Creio que terei de classificar esta como a pergunta mais difícil que me faz, porquanto é-me sempre difícil traçar um perfil de mim próprio.

Para dizer a verdade, reconheço-me abrangido por ambas as apreciações, considerando, no entanto, um certo exagero de adjectivação. ■

os que riem...

Preso durante quase um ano em Caxias por suposta implicação no 11 de Março, o coronel Rafael Durão é considerado não arguido no processo para o qual, nos termos do despacho que o ilibou, não há fundamento, por carência de indícios, para a existência de uma infracção suficientemente comprovada.

Não nos surpreende que o poder judicial, cuja actuação tem sido exemplar em afirmar a sua independência, nos venha dizer que não houve crime no 11 de Março. O único crime que com este se relaciona é prenderem-se inocentes, deixando à solta os verdadeiros culpados, que àqueles armaram uma cilada.

Mas chegou a hora de estes ficarem preocupados na perspectiva que se apresenta de ser repostas à verdade. Verdade que tardou mas que já é bastante clara para que, no rosto do coronel Durão transpareça, por entre as marcas do sofrimento que injustamente lhe foi infligido, o contentamento de a justiça ter reconhecido a sua não culpabilidade.

Ainda bem que alguém pode rir numa história que dá vontade de chorar...



Mateus Boaventura, um dos 24 jornalistas saneados do "DN" durante o período gonçalvista (quando veremos desaparecer este eufemismo para dar a essa faze negra o seu verdadeiro nome? !), acaba de ser chamado para dirigir a Informação da RDP. Logo nos primeiros dias se fez sentir o seu pulso ao imprimir ao noticiário uma firmeza de opinião a que não estávamos habituados.

Silenciada a voz deste jornalista na Imprensa pelos corifeus das amplas liberdades, faz-se ela agora ouvir pela via sonora, onde não há muito os seus perseguidores estridulavam o canto das sereias históricas que conclamaram o 25 de Novembro.

Quis-se impedir que 100 mil leitores tivessem acesso ao desassombro das opiniões de Mateus Boaventura. A justiça outorga-lhas, agora, a mais de um milhão de ouvintes.

Mateus Boaventura está de parabéns, assim como a RDP.

E nós também.

...e os que choram

Nestes últimos dias, Vasco Lourenço deu muito que falar. O motivo passou à história com a designação de "os 24 pás". De facto, com muitos pás que lhe amparavam as nervosas declões, excedeu-se Vasco Lourenço em iradas apóstrofes contra a Imprensa "reaccionária" e a magistratura.

Se é compreensível a alergia de Vasco Lourenço por órgãos que nem mesmo escondem a sua feição extremo-direitista, ao conselheiro da Revolução competiria maior moderação na forma de exprimir essa antipatia. Incompreensíveis são as estocadas com que Vasco Lourenço atingiu a magistratura, a qual, naturalmente, reagiu de acordo com a dignidade de que, após a institucionalização da democracia, tem dado apreciáveis provas.

Não duvidamos que os microfones, quase sempre inoportunos, apanharam Vasco Lourenço num momento de arrebatamento que contra ele concitou tantas e tão implacáveis críticas.

Quanto a nós, o que nos cabe dizer sobre o assunto é o seguinte: tanto quanto conhecemos Vasco Lourenço, ousamos afirmar que ninguém mais do que ele lastima a estas horas o impulso que lhe ditou palavras tão pouco consentâneas com as responsabilidades do seu cargo e a generosidade do seu carácter. E se acaso não lastima o que impensadamente proferiu é porque nos enganámos quando juntámos a nossa voz ao unísono popular que, em tempos difíceis, clamou: "Vasco há só um, Lourenço e mais nenhum." Mas é na certeza de que não nos enganámos que aqui o damos como arrependido, no que vai uma homenagem ao Vasco Lourenço que conhecemos e é merecedor da nossa estima.



a la minuta

O INESPERADO

Otelo confessa-se o verdadeiro autor da Reforma Agrária. Porquê? Porque foi ele quem incitou os camponeses a ocupar as herdades.

Se àqueles que vêem na Reforma Agrária um pretexto para pilhagens e ladroeiros é aplicado o epíteto de reaccionários, que chamaremos a Otelo? E se, como ele ufanamente proclama, a Reforma Agrária foi possível graças aos latrocínios que incentivou, que nome dar à Reforma Agrária?



Otelo: Delgado era outro

QUE SE PRETENDE FAZER ESQUECER?

Completados os últimos capítulos do relatório de 25 de Novembro, o CR divide-se no que respeita tornar público o relatório durante a campanha eleitoral para a Presidência.

Que se pretende não lembrar, durante uma campanha presidencial em que um candidato (Otelo) aparece nesse relatório a assinar mandados de captura em branco e outro (Eanes) é inevitavelmente recordado como figura de relevo na contenção do golpe?

IDENTIFICAÇÕES ABUSIVAS

Na primeira página de "Revolução", órgão do PRP, dirigido por Isabel do Carmo, aparece uma montagem na

qual a legenda "50 anos de luta contra o fascismo" é o traço de união entre a figura de Humberto Delgado e a de Otelo. O que ali estas duas personalidades têm em comum é aberração que só pode passar pela revolucionarite aguda dos que estonteiam a cabeça do major, assaz vulnerável a estes incensos embriagadores.

Por aqui se vê onde pode levar o delírio de uma campanha eleitoral que a seu favor teria a intransigência do tom revolucionário se, demagogicamente, não chamasse à galeria dos seus ídolos uma personalidade que, em voz bem alta, se proclamou social-democrata.

Se o PRP coloca a candidatura de Otelo sob a asa social-democrata "do general sem medo" temos que conjecturar o seguinte: das diferentes fases da lua política de Otelo, a que mais comove este partido inflexivelmente extremo-esquerdista é aquela em que o versátil major estampou nas parangonas da Imprensa nacional e internacional a sua indefectível opção social-democrata.

INVESTIR NA REALIDADE

Vasco de Melo, presidente da CIP, disse em Londres que ainda era cedo para investir em Portugal.

Numa mesa-redonda organizada por *Opção* essa sua atitude foi classificada de sabotagem económica por três economistas, que o acusaram de assim atentar contra a tenra democracia portuguesa.

Mantendo o seu ponto de vista, Vasco de Melo pretendeu defendê-lo esclarecendo que só dissera o seguinte: "Não estavam reunidas as condições para que o tipo de investimentos que nos interessam pudessem ser efectuados." Mas o sr. Macaísta Malheiros é que não lhe perdoou, sublinhando que nada mais se podia esperar da internacional capitalista, dado que o capital não tem pátria.

Este, como lhe chama *Opção*, "Escândalo CIP" é dado à estampa naquela revista no dia 10 de Junho.

Logo no dia 11, numa entrevista de



Vasco de Melo: ainda não há condições

Ramalho Eanes a "Jornal Novo", é-lhe feita a seguinte pergunta: "... entende que existem já condições de natureza política que permitam um relançamento de investimento privado em Portugal?" Eis a resposta de Eanes: "Eu entendo que não, mas entendo que elas terão que existir logo que se tenha verificado a institucionalização dos novos órgãos e logo que a vida portuguesa comece a porcessar-se em termos democráticos, de acordo com a Constituição."

Que dirá o sr. Macaísta Malheiros deste parecer de Eanes que, por motivos diferentes mas verificações objectivamente semelhantes, não se afasta da opinião de Vasco de Melo?

Como o general Eanes não pertence à internacional capitalista, temos curiosidade de saber que expressão põe a internacional proletária na voz de Macaísta Malheiros para qualificar a opinião daquele que chegará à Presidência da República graças à seriedade que tem posto nos seus actos e nas suas palavras.

E já que se trata de investimentos achamos que se Vasco de Melo, como capitalista, tem em vista jogar no seguro da iniciativa privada, Eanes mais não faz do que investir na realidade.



O GRUPO DO LEÃO (segundo António)

Da esquerda para a direita, reconhecem-se Otelo Saraiva de Carvalho, Afonso Dias (UDP), Isabel do Carmo (PRP), Arlete Pereira da Silva (ex-candidata à Presidência da República), Almeida Santos, Álvaro Cunhal, Octávio Pato, Costa Gomes, Francisco Charais, Pinheiro de Azevedo, Melo Antunes, Jorge Sampaio, Sousa e Castro e Lopes Cardoso

Um novo partido nas ilhas do Atlântico

Embora a muitos quilómetros da costa portuguesa, os açorianos não escaparam ao turbilhão libertador do 25 de Abril. Recusando decididamente novos totalitarismos, eles procuram um caminho na democracia. Eis o desafio aos partidos políticos: uma democracia que sirva as suas realidades e resolva os seus problemas, os problemas do homem açoriano.

O açoriano é fechado sobre si próprio, na medida em que, para ele, a sua ilha é o centro do mundo. Perdido no oceano, abandonado à sua sorte, isolado do mundo ano após ano, aprendeu a contar consigo próprio, vincando no fundo da sua alma a condição de ilhéu.

Pessoalmente, são francos e abertos, embora desconfiados para com os continentais. "Outrora as chaves das nossas casas ficavam sempre na fechadura no lado de fora da porta, e isso indicava que qualquer pessoa podia entrar. Depois vieram para aí os continentais e abusavam, faziam pouco das nossas filhas e roubavam as nossas coisas. Agora a chave na porta quer dizer que está lá o dono..."

Hoje o isolamento não existe ou pelo menos não existe como outrora. No entanto a sua memória ancestral recorda aos açorianos velhos tempos, em que os socorros tardavam a chegar ou simplesmente não chegavam. Dois anos depois de um terramoto ter arrasado vilas e aldeias é que chegou uma caravela do reino e, mesmo essa, foi para receber os impostos.

A estes condicionalismos passados, presentes na memória, juntam-se realidades de hoje — a emigração para as

Américas, EUA e Canadá, de onde, juntamente com os dólares e as comodidades ostentadas por aqueles que lá vivem, lhes vêm os ideais de certo tipo de democracia.

Economicamente vivem fundamentalmente da agricultura, pois reúnem condições excepcionalmente boas no aspecto ecológico para a produção de todas ou quase todas as culturas conhecidas e de ervagem. E isso explica a sua riqueza em gado bovino. A pesca vive desaproveitada. A indústria, além das transformadoras de produtos pecuários, resume-se a tabacos e açúcar.

Tudo isto, no entanto, é susceptível de grande desenvolvimento, pois capitais não lhes faltam. Quanto a divisas, esse é um dos seus problemas — que, segundo alguns deles, seria resolvido com uma moeda própria, no âmbito de uma ampla autonomia que libertasse receios da desestabilização económica que afecta o continente.

É neste contexto que se tem de enquadrar as realidades políticas dos Açores. O PCP e outros grupos minoritários, ao desprezarem as realidades locais, económicas e culturais, suscitaram a mais viva repulsa por parte das populações. Ao seu comportamento golpista, profundamente anti-popular, juntou-se a sua propaganda antiocidental, esquecendo-se dos cerca de um milhão de emigrantes que por lá vivem, confortavelmente, nesses "horríveis" países capitalistas. Quanto aos outros partidos, segundo as votações que obtiveram nas eleições, o PPD é o mais popular, seguido do PS. No entanto isto quer por si só dizer bastante pouco, pois desconhece-se qual a implantação real da FLA, que está longe de ser para ignorar. De facto, julgamos até que essa implantação é bastante profunda. A FLA, como organização clandestina, não foi às eleições, e é a única que defende abertamente uma independência total. E a verdade é que encontramos simpatizantes até do PS que defendem os mesmos pontos de vista. De tudo isto se poderá concluir que talvez os açorianos ainda não tenham encontra-



Ponta Delgada. Por toda a parte, a sigla da FLA

Ponta Delgada: militares retiram cartazes partidários e limpam as paredes. A população assiste

do partidos que representem as suas opções políticas.

A UDA é a primeira experiência deste tipo, independentemente da sua ideologia; é a primeira experiência deste tipo, na medida em que pretende interpretar acima de tudo a realidade açoriana.

O CULTO DO ESPÍRITO SANTO

“E, como se completassem os dias de Pentecostes, estavam os Apóstolos todos juntos no mesmo lugar... E apareceram-lhes umas línguas de fogo que se repartiram e pousaram sobre a cabeça de cada um.”

É irresistível estabelecer-se uma relação entre esta passagem que no Evangelho segundo São João descreve o recebimento do Espírito Santo pelos Apóstolos e a profundidade com que o culto do Espírito Santo penetrou em terras onde o vulcanismo e a religiosidade são inseparáveis.

De facto o arquipélago açoriano é o guardião do culto que, segundo a profecia triádica de Joaquim de Fiora, anuncia a Terceira Idade, ou seja, o Triunfo do Espírito quando a idade do Filho, que se segue à do Pai, entrar em declínio.

Haverá então um só pastor e um só rebanho, diz-nos a vasta literatura que se ocupa deste culto religioso, o qual, fundado em Portugal pela Rainha Santa Isabel, é relacionado por alguns historiadores com o impulso planetarista que está na origem da nossa epopeia marítima. Assim como resultado do seu trabalho de unificar o planeta estava reservado aos portugueses cingirem a coroa do Império Universal do Mundo.

Considerado herético, o culto do Espírito Santo acabou por perder expressão no continente. Transplantado para as ilhas açorianas, aí prevalece através dos séculos com uma robustez que obriga a Igreja a vergar-se a essa força cultural profundamente enraizada na açorianidade.

Feitas estas considerações com elas



tentamos interpretar uma originalidade que ressalta entre os princípios ideológicos que fundamentam um partido de recente formação — a UDA — o qual, apresentando-se como partido político nacional, subentende a condicionante regionalista. Entre os princípios ideológicos fundamentais preconizados pela União Democrática Atlântica, consagra-se o primado do espírito

sobre a matéria.

Como dissociar esta invulgar opção de um clima mental em que predomina uma espiritualidade universalista que tem a sua prática ritual no culto do Espírito Santo?

Mas ouçamos as opiniões de alguns fundadores e dirigentes da UDA. Começamos pelo dr. J. Silva Fraga, secretário-geral do novo partido.

◀ IMPULSO DE LIBERTAÇÃO

“Vida Mundial” — Quais as reais determinantes da UDA?

J. Silva Fraga — As determinantes do aparecimento da UDA confundem-se com as da sua acção. A UDA surge sob um impulso de libertação do espírito humano, ameaçado pelo avanço materialista dos capitalismos monopolistas — de Estado e liberal.

Numa sociedade onde os objectivos dominantes são a satisfação das necessidades vegetativas primárias, onde o trabalho se divorcia da pessoa do trabalhador, passando de criação individual a força de produção dum corpo colectivo, o homem, alimentado para produzir, trabalhando no anonimato para uma orgânica social que o inventaria em linguagem estatística de horas de trabalho, de produto nacional bruto, de mercado de consumo, sociedade que dispõe da sua vida e da sua morte, o homem sente a enormidade da sua escravidão.

O senhor de ontem, de quem o escravo poderia abeirar-se com alguma esperança de receber um olhar humano ou até a carta de alforria, foi substituído pelo corpo social, corpo sem alma, sem peito, sem coração, força, só força, força bruta, materializada, mecânica, cega, implacável.

O senhor é outro, infinitamente mais poderoso, pois que todo ele é poder, onipotência. O escravo é o mesmo e não conhece o seu senhor, o dono do seu destino, não lhe vê a face. O seu dono não tem rosto, não vê, não ouve, não liberta — “domina”! É senhor absoluto do seu escravo. O corpo do homem pertence-lhe. É matéria que alimenta matéria. Uma sociedade impossível sem o homem, mas que se apoderou dele. Negá-lhe o espírito, tira-lhe a liberdade. Homem sem espírito não é homem, é corpo, é autómato, é escravo.

A UDA é, acima de tudo, uma força libertadora, uma revolta de escravos, se quiser, uma afirmação dinâmica da grandeza universal do Homem, enquanto dotado de espírito, senhor da matéria e não escravo dela.

Lutar contra a escravidão é lutar pela igualdade. A UDA, no âmbito



J. SILVA FRAGA

nacional, consagra o princípio da igualdade democrática entre os povos do Continente, da Madeira e dos Açores.

Estas, pode dizer-se, as determinantes ideológicas fundamentais do partido e, simultaneamente, as mais profundas e mais fortes determinantes da sua acção combativa.

V.M. — Crê que, apesar da pulverização partidária que se verifica nos Açores, há espaço para um partido deste tipo?

S.F. — Não é nos Açores que se verifica a pulverização partidária, é a nível nacional. E, bem entendido, sem essa crença, a âmbito nacional, nem se compreenderia a formação da UDA. A UDA é força de aglutinação, não divisionista, e não são os Açores o seu espaço.

A própria denominação tem vincado o espírito de união que anima o Partido: União Democrática dos Povos do Continente, da Madeira e dos Açores — as três parcelas que formam o território nacional — todo ele situado no Atlântico. Daí chamar-se União Democrática Atlântica.

“União”, portanto, dos povos do Continente, da Madeira e dos Açores numa frente única e solidária em luta pela igualdade democrática contra a opressão e o colonialismo.

Porque assim, o divisionismo, cá ou lá, só poderá partir de quem for contra a igualdade democrática do homem e dos povos, dos partidários da opressão e da exploração colonialista.

V.M. — Dado ser um partido a nível nacional, qual a sua posição sobre a política a seguir no Continente?

S.F. — Os princípios ideológicos fundamentais que norteiam o partido são igualmente válidos para o Continente, para a Madeira e para os Açores.

É óbvio que não reivindicamos ditadura para o Continente e democracia para os Açores e Madeira. Mas, claro, também não pretendemos o contrário!... Dispomo-nos a lutar pela igualdade democrática. O tempo do Império Colonial passou, mas o colonialismo... esse, ainda não!

V.M. — Ressalta da doutrina do partido a valorização dos regionalismos. Como se aplica essa doutrina à área continental?

S.F. — Isso será objecto do programa do partido, programa esse em elaboração e à submeter à aprovação do Congresso. Para já, posso facultar-lhe o texto da introdução e adiantar-lhe que, também para o Continente, preconizamos uma ampla descentralização e desconcentração administrativa em ordem a favorecer uma forte afirmação regionalista das tradições, costumes e vontade das populações continentais.

V.M. — A originalidade do estatuto da UDA está logo no enunciado ao defender o primado do espírito sobre a matéria, mas, quando foca a questão social, assume uma posição que poderemos classificar de social-democrata naquilo que, nomeadamente, se refere aos trabalhadores. Como julga que poderão ser conciliáveis estas duas posições?

S.F. — Em vez de social democracia, preferiria que usasse a expressão democracia social. Isto poderá parecer um preciosismo para além de redundância. A redundância, de resto, pode ser apontada em qualquer das duas expressões, pois que não pode haver democracia sem sociedade. E preciosismo não é, porquanto a expressão social-democrata tem, hoje, um sentido político do qual nos aproximamos, é certo, mas sem com ele nos confundirmos. Democracia social é por nós entendida em oposição a democracia liberal. Aí reside a explicação do aditamento “social”.

E desta prévia explicação logo aflora a perfeita conciliação entre a afirmação do primado do espírito sobre a matéria e o valor humano do trabalho e da pessoa do trabalhador. O trabalhador tem direitos sobre a matéria, sobre o produto do seu trabalho. Só o homem, porque dotado

de espírito, é verdadeiramente senhor de direitos. Ele deve dominar a matéria, pô-la ao seu serviço e não deixar escravizar-se por ela.

O homem, voltado para a sua natureza espiritual, faz do trabalho uma afirmação personalizada da sua dignidade. O trabalho despersonalizado reduz o homem à condição de simples animal, de coisa, de peça de máquina, industrial ou social.

Só com o primado do espírito sobre a matéria na escala dos valores humanos é que o homem se afirma como tal, senhor da natureza e LIVRE!

V.M. — Aqui, nos Açores, é frequente ouvir-se dizer que se assiste, no Continente, a uma degradação dos valores espirituais da civilização portuguesa e que existe, no Arquipélago, a determinação de defender e preservar esses valores. Até que ponto esta atitude se relaciona com os objectivos do partido?

S.F. — O partido defende, na verdade, a conservação e preservação dos valores espirituais da civilização portuguesa contra a degradação de que fala e, por isso, dá todo o seu apoio à determinação popular de os conservar e cultivar nos Açores. Se a tendência degenerativa continuar a fazer os seus estragos no Continente, talvez um dia seja necessário vir aos Açores, para identificar Portugal.

“SEMPRE FOMOS FILHOS BASTARDOS”

Ouvimos também António Gaspar Read Henriques, advogado e antigo director do jornal “Correio dos Açores”, autonomista de longa data.

Vida Mundial — Em que ano da sua juventude se reacendeu o espírito autonomista nos Açores, no qual teve participação activa?

Read Henriques — Em 1925, pouco tempo depois da visita aos Açores de Leite de Vasconcelos, Antero de Figueiredo, Teixeira Lopes, Trindade Coelho, Joaquim Manso, Armindo Monteiro, Luís de Magalhães, D. Luís de Castro, Manuel de Bragança e os jornalistas Raposo de Oliveira, Oldemiro César e Armando Boaventura. Vieram a convite do “Correio dos

Açores e do seu fundador José Bruno Carreiro, para uma nova descoberta dos Açores, percorrendo todas as ilhas, com maior permanência em São Miguel, em cujo teatro foram feitas conferências, que deram consciência aos açorianos sobre o valor das suas potencialidades.

V.M. — Relaciona portanto o movimento autonomista em que tomou parte com os contactos com esse escol do seu tempo?

R.H. — Foi esse o meu impulso inicial, os meus artigos e discursos, a repulsa pelo deprimente, numa ilha fortemente estimulada em depoimentos inesquecíveis, elegendo candidatos da esquerda e direita democrática, conjuntamente com os moderados do Calhariz, a feição mais válida chefiada por Brito Camacho. O partido autonomista que tivera raízes fortes há 81 anos, arrancando a um governo centralista, presidido pelo açoriano Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, o decreto de 2 de Março de 1895, perdera a chama viva, mas a brasa ficara.

V.M. — Aquela que a reacendeu anos depois?

R.H. — A minha acção e dos meus falecidos confrades foi em 1925, a chamada segunda campanha, chefiados por dois veteranos, altos valores insulares, doutores Luís de Bettencourt e José Bruno Carreiro, sendo a minha ala composta por jovens há pouco regressados das universidades, António Câmara, João H. Anglin, Pereira da Câmara, Riley da Mota e Jacinto Carreiro.

V.M. — Qual a atitude do governo de Lisboa face a esse movimento?

R.H. — Imediata suspensão dos funcionários públicos que tinham feito hospitalidade aos visitantes, inclusive, a veneranda figura de Aristides da Mota, que apresentara à Câmara dos

READ HENRIQUES



Deputados, em 31 de Março de 1892, o projecto para a magna carta insular, assinada por Hintze Ribeiro e João Franco, ministro do Reino.

V.M. — Esses saneamentos mantiveram-se?

R.H. — Por pouco tempo, pois descobriu-se que os “intelectuais”, a expressão do tempo, tinham vindo com licença de estudo...

V.M. — Estabelece algum paralelo entre o movimento autonomista de então e o partido que se acaba de fundar?

R.H. — Sem dúvida, basta recordar a visita de Luis de Bettencourt e José Bruno Carreiro ao Funchal, em Dezembro de 1923, onde foram recebidos na Junta Geral da Madeira, com a presença dos mais altos valores, para em conjunto estudarem as bases para um estuto menos asfixiante.

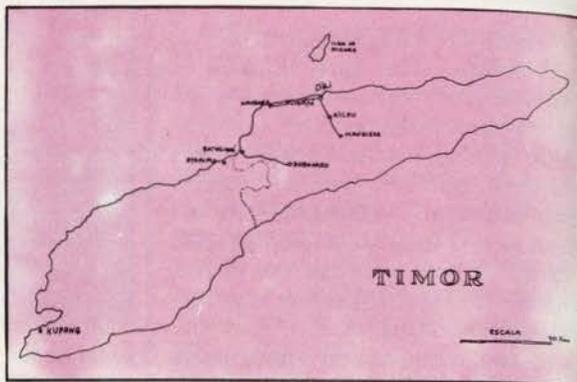
V.M. — Como encara, à luz da UDA o enlace político-cultural Açores-Madeira e o Continente?

R.H. — Sempre fomos filhos bastardos, demos à república dois presidentes, demos ministros, demos professores universitários, demos cientistas, demos escritores e jornalistas, mas Lisboa ficou insensível, até confunde os dois arquipélagos, chamando-lhes a Ilha. Visível repulsa pela província, autêntica, até a demora, as emendas e as consultas para nos darem um texto autonomista provisório. A livre administração da Madeira e Açores pelos seus filhos é o único caminho. No movimento de há mais de meio século, o da minha juventude, dizia-se “revolta de escravos”, frase que continua, infelizmente, com viva actualidade.

V.M. — Francamente, com a sua experiência, acha que um partido de forte implantação insular poderá fazer frente a partidos de raiz continental, com estruturas organizadas, que virão à Madeira e Açores competir com a UDA?

R.H. — No movimento em que entrei, derrubámos esses partidos, congêneres com os actuais, até apoiados por autoridades suas, vencendo com fortes maiorias em todos os concelhos. Neste momento, muito mais grave, confio na reacção dos insulares, no bloco de onze ilhas acordadas para o futuro. ■

QUEM RESPONDE PELOS MASSACRES?



De repente, algumas cartas vindas do Extremo Oriente fizeram com que começasse a falar-se do que se passou em Timor durante os últimos doze meses. Ao mesmo tempo que pressentimos que se procurou, deliberadamente, manter o povo português na ignorância do sucedido, somos informados de que a maioria dos elementos militares, a quem as vítimas atribuem maior número de culpas na catástrofe, se acham em Lisboa.

É como que um filme que passa diante dos nossos olhos quando pensamos nos 40 mil refugiados na Indonésia, nos milhares que fugiram para a Austrália (onde muitos deles têm de fingir-se adeptos da FRETILIN para não serem incomodados pelos sindicatos pró-comunistas), nos 1000 (pelo menos) fuzilamentos ordenados pela FRETILIN; nos milhares de mortos (há quem fale em 100 mil) que a guerra civil provocou.

Como num sonho, temos à nossa frente o governador de então, Ferreira de Carvalho, não saindo do Palácio do Governo de Díli, quando os bombardeamentos japoneses atingiam a ilha. E recordamos Lemos Pires, fugindo apressadamente para Ataúro (depois de ordenar aos "páras" que o acompanhavam que não lutassem), enquanto no cais uma manifestação popular o viajava.

Estamos a ver os timores beijarem os pés a Almeida Santos quando lá foi — nunca tinha ido a Timor um ministro de Portugal! Estamos a ver aquele culto timorense, um homem que dizia: "No dia em que o último português sair de Timor eu vou despedir-me dele ao cais e meto uma bala na cabeça." Estamos a ver toda aquela gente que ainda não parou de perguntar: "Mas porque foram embora os portugueses?"

MAGGIOLO GOUVEIA FOI FUZILADO COM ARMAS PORTUGUESAS?

Quando no dia 7 de Dezembro do ano passado as forças do movimento anticomunista e lusófico de Timor (UDT) iniciaram a tomada da ilha aos comunistas da FRETILIN (a quem tinha sido praticamente abandonada, com os quartéis e armas, pelo governo de Lemos Pires), este partido transferiu cerca de 800 prisioneiros para o campo de treinos de Aileu. Entre esses prisioneiros encontrava-se o tenente-coronel Maggiolo de Gouveia (18 louvores) que fora comandante da PSP de Díli até 20 de Agosto, dia em que foi preso.

Quando no dia 11 do mesmo mês a UDT se revoltou contra a maneira como a ilha estava a ser abandonada, pelas autoridades, aos comunistas, começou a guerra civil em Timor, durante a qual Maggiolo de Gouveia se refugiou no campo da UDT. Por volta do dia 20, ao saber que o governador Lemos Pires tinha ocupado a sua própria casa, Maggiolo ter-se-ia dirigido, empunhando uma bandeira branca, ao quartel-general da FRETILIN, para parlamentar. Nessa altura teria sido imediatamente preso.

No dia 21 compartilhava a sua cela (sem luz) com mais 30 prisioneiros.

Quiseram-no convencer a assinar um papel aconselhando a UDT a render-se. Recusou. No dia 22 apanhou 50 chicotadas, sucedendo-se os maus tratos a partir dessa data e na primeira semana de Novembro baixou ao hospital com uma costela partida.

Ao mesmo tempo que este oficial português era vítima de maus tratos, uma corveta da nossa Marinha pairava ao largo de Timor "para manter a soberania portuguesa".

Entre 7 e 15 de Dezembro (altura em que a UDT conquistou Aileu), Maggiolo de Gouveia foi fuzilado e enterrado, juntamente com mais 60 companheiros de cativeiro, na berma da estrada.

Aileu-Maubisse, depois de todos terem rezado o terço. Foi morto por um estrangeiro, segundo relata Lúcio da Encarnação, ex-prisioneiro de Aileu, que ouviu a narrativa da boca dos próprios soldados algozes do grupo de Maggiolo.

São conhecidas as palavras, cheias de nobreza, que disse aos que o iam matar.

Alberto Maggiolo de Gouveia "morreu como herói da Fé e da pátria", diz dele o bispo de Díli (a pessoa que mais acompanhou os prisioneiros e que sempre se manteve no seu posto, refugiando-se na montanha durante os dias de mais violento domínio da FRETILIN, em Novembro).

JÁ TINHA ACABADO A COMISSÃO

Maggiolo acabara a comissão de serviço em Timor, mas uma petição assinada pelos seus subordinados e o sentido do dever impediram-no de deixar a ilha, precisamente no mês de



Agosto, quando se previam horas difíceis. Assim, mandou a mulher para Lisboa e ficou.

Neste momento está em constituição uma comissão que lhe vai promover uma homenagem nacional em Sintra, sua terra natal.

As pessoas que estão lançando a ideia encontraram-se há dias em missas celebradas pelos mortos portugueses em Timor e perguntam: porque é que o povo português só soube do fuzilamento de Maggiolo de Gouveia, mais de três meses decorridos sobre a sua morte? E, há pouco, Pires Veloso, amigo de Maggiolo de Gouveia, teria perguntado: "Porque morreu o tenente-coronel Alberto Maggiolo de Gouveia?"

Os militares portugueses prisioneiros em Timor. Na foto só aparecem 22 dos 23 presos. O sétimo a contar da esquerda, de pé, é José Martins, o elemento do partido Kota que tem servido de "correio"

HÁ DEZ MESES PRESOS EM TIMOR

Vinte e três militares portugueses estão presos em Timor desde o dia 27 de Agosto. Ao longo do seu cativeiro estiveram numa escola, no antigo forte português de Batugadé, em dois acampamentos no mato e na cidade indonésia de Atapupu. De 20 a 24 de Setembro foram bombardeados pela

FRETILIN. Desde Setembro que não escrevem e as últimas notícias que temos deles são de Janeiro deste ano. De entre os militares que vieram de Díli alguns pensam que se está tentando preparar a opinião pública portuguesa para receber a notícia da morte dos prisioneiros. A Comissão dos Familiares dos Detidos acusa o Governo Português de desinteresse.

"Vida Mundial" ouviu várias pessoas ligadas ao assunto. E acabou por apurar os seguintes factos:

A partir do dia 20 de Agosto de 75 a parte portuguesa de Timor começou a ser abandonada à FRETILIN, movimento esse que já antes de 11 de Agosto detinha grande influência nos meios de comunicação social da ilha.

Timor

No dia 26 o major Viçoso, comandante do principal quartel português junto da fronteira, recebeu uma mensagem do Comando-Chefe, vinda de Ocusi. Segundo essa mensagem o comandante de Bobnaro (nome do quartel) devia enviar no dia seguinte a maioria dos militares brancos para Batugadé onde uma lancha da Marinha iria recolhê-los, para os levar para Atauro. Os "militares do comando" (como são designados pelo Gabinete de Timor), o major, os dois capitães, o alferes Pedro e o sargento Camilo deveriam ficar ainda em Bobonaro para fazerem a entrega do quartel ao sargento nativo mais graduado, conhecido militante da FRETILIN.

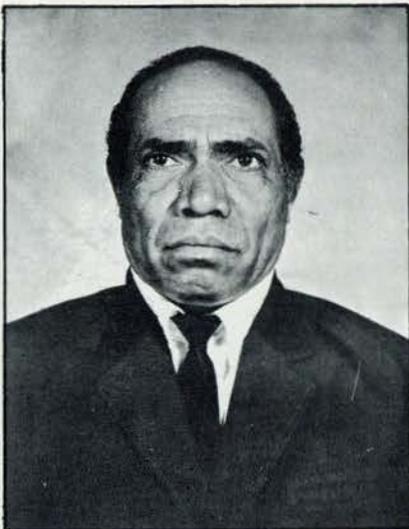
No dia 27, ao fim da manhã, 19 militares, uma mulher e uma criança, transportando bagagens, armas e rádios, metidos num unimog, saíram de Bobonaro, a caminho da praia de Batugadé (a poucos quilómetros da fronteira), onde um antigo forte português recorda os tempos heróicos das descobertas. O percurso foi feito através de uma zona controlada pela UDT, o que, somado ao facto de a lancha prometida ter chegado com atraso considerável, motivou a detenção de todo o grupo por uma patrulha deste movimento.

Logo que soube da prisão (para a UDT estavam apenas "recolhidas como refugiados"), o major Viçoso enviou uma mensagem-rádio ameaçando todas as posições da UDT dos arredores de bombardeamento, caso os detidos não fossem imediatamente libertos. Este ultimato teve apenas como consequência o cerco de Bobonaro pelas forças da UDT, que aprisionaram também o major e os quatro "militares do comando".

Entretanto o governador Lemos Pires abandonava Díli e refugiava-se no ilhéu de Atauro (em frente da capital) com dois pelotões de pára-quedistas. Para trás deixou diversos militares portugueses prisioneiros da FRETILIN que foram, a maior deles, libertados.

REFÉNS DA UDT

Os detidos, revoltados com a situação criada na ilha, atribuíam a maior parte das culpas pela situação criada a



Arnaldo dos Reis Araújo, chefe do Governo de Díli que pretende a integração da parte oriental da ilha na Indonésia



Alberto Maggiolo de Gouveia teve em vida 18 louvores e soube morrer com dignidade

alguns oficiais portugueses, entre os quais os majores Costa Jonatas (actualmente em Lisboa, na Direcção da Arma de Infantaria) e Francisco Mota. Alguns dos prisioneiros (entre os quais o major Viçoso) eram, por outro lado, acusados pela UDT de actos de hostilidade em relação ao movimento.

Os presos recebiam visitas, uma das quais conseguiu dos indonésios (que entretanto, através dos seus serviços secretos, exerciam já um certo controlo sobre a UDT) a libertação do

sargento Rodrigues e da sua família. Quando já tudo estava "arranjado" foi a mulher do sargento que se recusou a partir sem que todo o grupo fosse libertado. Mas os próprios detidos convenceram-na a aproveitar aquela oportunidade que se lhe oferecia.

INSTALADOS NO MATO

Mudados para um acampamento no mato, mais perto da fronteira, os detidos foram interrogados em Setembro por diversos dirigentes da UDT e pelo capitão Lino (que se presume seja um dos militares portugueses que aderiram à UDT). Os interrogatórios, que não incluíram maus tratos, procuraram determinar qual tinha sido o papel desempenhado em Timor pelos majores Jonatas e Mota, pelo capitão de Aileu (onde a FRETILIN montou uma base) e por outros oficiais portugueses.

Vivendo no mato, em instalações rudimentares desde que tinham saído de Batugadé, os presos portugueses ouviam rádio, liam, recebiam jornalistas e dirigentes políticos — e **chateavam-se**. No dia 18 de Setembro foram visitados por um delegado suíço da Cruz Vermelha Internacional a quem os representantes da UDT e os agentes indonésios (disfarçados de elementos da Cruz Vermelha indonésia) prometeram tratá-los de acordo com a Convenção de Genebra.

BOMBARDEADOS POR UMA LANCHA PORTUGUESA

A 20 de Setembro a FRETILIN bombardeou o local onde se encontravam (juntamente com centenas de refugiados). Com morteiro de 60 o bombardeamento foi feito a partir da lancha da Marinha de Guerra Portuguesa abandonada à FRETILIN. Toda a gente que se encontrava no acampamento se pôs em fuga, procurando abrigar-se do fogo, nas valas e buracos que encontravam.

Foram para Mota-Ain, na fronteira. Com eles foram muitas centenas de timores, militantes da UDT, prisioneiros **fretilins** (mais tarde mortos), um padre, e alguns brancos que tinham fugido de Díli.

De uma carta escrita por um dos detidos em 23 de Setembro, e só recebida pelos seus familiares em 15 de Janeiro devido ao facto de a pessoa que ficou encarregada de a entregar à Cruz Vermelha (José Martins, do partido Kota) só o ter feito em 6 de Janeiro, extraímos algumas passagens:

"O pessoal do movimento anticomunista recolheu-nos primeiro numa escola, depois num forte e finalmente num acampamento de refugiados encostado à fronteira. Estamos cerca de 1000 pessoas numa cidadela improvisada, construída de paus, estacas e folhas de palmeiras. Crianças choram dia e noite, galinhas voam pelos ramos das árvores, famílias reúnem-se junto de fogueiras ou juntas rezam o terço; jovens passam constantemente com vazilhas de água, rapazitos entretêm-se em inocentes folgedos, enfim, ferve tudo um mundo novo, numa mata abandonada outrora às formigas e aos caranguejos. (...) Construimos dentro da improvisada cidade as nossas próprias cabanas e eis-me feroz praticante de campismo. De vez em quando vou à praia lavar-me e refrescar-me. A água é bastante tépida. No meio disto tudo anda um sacerdote. (...) Não sei nada do que se passa em Bobonaro e muito menos estes refugiados que aqui estão comigo sabem dos seus familiares e dos seus haveres. O movimento comunista

tem os morteiros todos e grande quantidade de material na mão e, sendo um grupo esmagadoramente minoritário, consegue, ao que penso, dominar regiões inteiras, mas não populações porque estas andam a monte, concentram-se na fronteira, ou fugiram para a Indonésia ou para a Austrália. (...) Quando voltaremos a estar juntos? Ouço dizer que a burocracia na Indonésia é muito demorada e minuciosa. Lisboa também não tem ajudado. (...) De modo nenhum nos sentimos abandonados e esquecidos (a não se pelo Governo Português daqui e daí) dada a quantidade de estrangeiros, sobretudo indonésios e australianos, bem como dirigentes timorenses que nos vêm aqui visitar. Até o "New York Times" já cá chegou!"

(assina a carta um dos alfêres detidos)

A LISTA DOS PRISIONEIRO

Os militares portugueses que se encontram presos desde o dia 27 de Agosto de 1975, na ilha de Timor, são os seguintes:

1—Major António Ivo Nascimento Viçoso; 2—Capitão Alfredo Jorge Gonçalves Farinha Ferreira; 3—Cap. Mário Delfim Guimarães Tavares de Almeida; 4—Alferes Mil. Rui Manuel Baptista Palma Carlos; 5—Alf. Mil. António Carlos Marques Cabral; 6—Alf. Mil. Hernâni Joaquim dos Santos Pedro; 7—Alf. Mil. José Carlos Dias Tavares; 8—Alf. Mil. Benjamim dos Santos Barroso; 9—Alf. Mil. Henrique António Pereira Mestre; 10—Sargento José Pedro Miguel Camilo; 11—Sarg. Francisco Augusto; 12—Furriel Luís Manuel Barata de Carvalho; 13—Furr. José Manuel Moreira de Andrade; 14—Furr. Manuel Pereira Duarte; 15—Furr. José Manuel Fernandes de Sousa Gomes; 16—Furr. José Manuel Rodrigues da Silva Raimundo; 17—Furr. Guilherme Alberto Marco Vieira; 18—Furr. António Luís Soares Florindo; 19—Furr. Daniel Francisco Silva Coelho de Moura; 20—Furr. Rui Manuel Carvalho Cruz; 21—Furr. José António de Matos Cristóvão; 22—Furr. António Manuel Lopes Novo; 23—Cabo João Albano Carreira Dias Correia.

De 27 de Agosto a 16 de Setembro, estiveram detidos com eles: 24—Sargento Artur Agostinho Rodrigues; 25—Maria dos Santos Martins (sua mulher); 26—Maria Teresa Martins Gomes Rodrigues (filha, de 14 anos).

Foi no dia 23 que os detidos (à excepção de dois) escreveram as últimas cartas. Recebeu-as um timor, José Martins, elemento com amizade na Indonésia que agora se encontra em Portugal, ao que parece. José Martins só em Janeiro entregou as cartas à CVI, razão por que elas demoraram quatro meses a chegar aos destinatários.

No dia seguinte o novo acampamento foi por seu turno objecto de um grande ataque por parte da FRETILIN. Assistiu-se então à fuga desordenada de centenas de pessoas, com crianças, galinhas, bagagens, numa confusão indescritível. Pelo caminho, algumas das crianças morriam nos braços das mães que as deitavam fora. Dirigiram-se todos para a Indonésia.

para a cidade fronteiriça de Atapupu, onde os 23 militantes portugueses (os cinco "do comando" já se lhes tinham reunido, depois de terem passado, presos, pela cidade indonésia de Kupang), ficaram no sótão do quartel da Polícia. Pelo caminho encontraram o delegado da CVI que, de jipe, ia a caminho de Mota-Ain para os visitar e lhes receber as cartas. Ajudou-os a transportar as bagagens, no carro, para Atapupu.

A CRUZ VERMELHA PREOCUPADA

Por esta altura, a Cruz Vermelha Internacional, que tinha efectuado diversas diligências, informou os governos português e indonésio de todos os factos que conseguiu apurar e acrescentou "estamos profundamente preocupados".

Passaram-se os meses.

Ao mesmo tempo que o controlo indonésio (não oficial) parecia aumen-





Imprensa indonésia ou australiana que se lhes refere. Mas não se sabe em que local exactamente se encontram, nem se recebem as cartas que os familiares lhes enviam, ou se estão bem ou mal de saúde. Nada. E no dia 27 faz dez meses que estão detidos.

QUANDO SÃO LIBERTADOS?

Fontes ligadas ao actual Governo da ilha opinam que os 23 militares detidos junto da fronteira com a Indonésia serão libertados antes do dia 17 de Agosto (data da independência da Indonésia), altura em que a integração do Timor Leste deverá estar consumada, como província federada da Indonésia (com ou sem o reconhecimento da ONU). O actual Governo de Timor alega que tem vários assuntos (respeitantes à moeda, às reformas de funcionários administrativos e outros) a tratar com o Governo de Lisboa, antes de proceder à libertação dos detidos.

Contactadas sobre o assunto, fontes indonésias informaram nada ter o seu Governo a ver com a detenção dos portugueses, que é da exclusiva responsabilidade da UDT e do actual

Governo Provisório de Timor Lore Sae.

O Governo português não reconheceu o Governo de Dili e, por outro lado, cortou relações com a Indonésia (outra das partes com quem seria importante negociar a libertação). Além disso, acaba de fechar a nossa representação diplomática nas Filipinas (representantes da Indonésia em Lisboa desde o corte das relações) o que vai implicar o fecho da embaixada das Filipinas em Lisboa.

O Governo de Portugal fez no entanto algumas diligências. Como, por exemplo, intercede junto da nunciatura apostólica em Camberra, quando seria lógico que pedisse o concurso da diplomacia do Vaticano através da nunciatura de Lisboa.

Da Comissão de Familiares dos Detidos informaram-nos ainda terem recebido uma carta, de 29 de Abril, do Estado-Maior General das Forças Armadas, onde se afirmava que iria ser tentada a ida a Timor de um membro da Cruz Vermelha Portuguesa. Dois ou três dias depois de ter recebido a carta, este familiar dirigiu-se à sede da Cruz Vermelha, onde o informaram não terem conhecimento de nenhuma tentativa feita no sentido de levar a

tar sobre os prisioneiros, a Cruz Vermelha deixava de ter possibilidades de os contactar.

As últimas notícias que conseguimos apurar partiram de fontes indonésias. Trata-se de uma carta enviada pela embaixada de Jacarta em Londres à Câmara dos Comuns, em 13 de Novembro, que refere continuarem os 23 detidos à guarda da UDT, e desejar o Governo indonésio que as autoridades portuguesas iniciassem rapidamente conversações com aquele movimento com vista à rápida libertação dos detidos. A últimé de Janeiro. Trata-se de uma carta de uma alta figura indonésia de 6 desse mês, que informa continuarem os 23 portugueses em poder do actual Governo Provisório de Timor Lore Sae.

E outras notícias não temos. Julga-se que continuam junto da fronteira pois é aí que têm sido localizados pela



Nas paredes de uma escola, ainda são visíveis manchas de sangue de vítimas espancadas pelos soldados da FRETILIN.

Timor um elemento da CVP.

Da mesma Comissão informaram que receberam uma carta assinada pelo coronel Lemos Pires, onde este oficial se declara magoado pelas críticas que lhe são feitas pelos familiares dos detidos e de "consciência tranquila".

FALTA DE INTERESSE DO GOVERNO PORTUGUÊS

Falámos com o pai do furriel José António de Matos Cristóvão (colaborador do "Expresso" e um dos detidos) e perguntámos-lhe porque pensava que os prisioneiros não tinham ainda sido libertados:

— Por falta de interesse do Governo Português.

Este problema tem estado na dependência do Presidente da República, do ministro Vítor Crespo e do ministro Melo Antunes.

— E hoje, quem é o responsável?

— O ministro dos Negócios Estrangeiros.

— Foram recebidos pelo Primeiro-Ministro...

— Pinheiro de Azevedo recebeu-nos já por duas vezes. Disse-nos que não concordava com a forma como o assunto estava a ser conduzido, que ele, como Primeiro-Ministro, não tinha força política para resolver o assunto, mas apenas força moral, junto do CR, e que pensava que só os militares podiam resolver o assunto.

— E Melo Antunes?

— Há vários meses que lhe vimos pedindo audiências. Fomos recebidos logo que se formou o VI Governo e nunca mais.

— Porquê?

— Só o ministro o poderá dizer. Para falar francamente eu noto nele falta de interesse e de respeito para com os militares detidos.

— Bom, mas se o Primeiro-Ministro declara não ter força política e o MNE mostra não ter interesse, qual é neste caso o futuro que espera os 23 detidos?

— É pena que os ministros não tenham lá nenhum dos seus filhos porque então gostaríamos de ver a sua actuação.

— Que pensa das afirmações de Melo

Antunes à partida para Roma?

— Ele acusa-nos de demagogia, mas o facto é que fomos solicitados para darmos uma conferência de Imprensa e têmo-lo evitado para mantermos o máximo de discrição. Uma das coisas que nos preocupa é que nas fotografias aparecem sempre 22 militares quando eles são 23.

— Uma delegação vossa foi à ONU. Era composta por um cunhado de um

dos capitães detidos, pela mulher do major Viçoso, pelo dr. Luís Tomás e por João Severino (ligado por afinidade na ONU)?

— Conseguimos contactar com o Governo de Dfili e com o da Indonésia. Eles disseram-nos estarem abertos a iniciar negociações, mas que o Governo português, até então, pouco tinha feito nesse sentido. ● F.S.

A possibilidade de praticar Artes Orientais ao seu alcance ENCICLOPÉDIA—CURSO DE ARTES DE COMBATE ORIENTAIS

CURSOS DE TODAS AS ARTES MARCIAIS

KUNG-FU

REVISTA MENSAL DE ARTES MARCIAIS — ANO I — N.º 1 — MAIO DE 1974 — 488\$6

YOGA
KENDO
SAI
NUNCHAKU
KICK-TAILANDÊS
ZEN
BUDISMO
"FULL CONTACT"
TAOISMO
MARIKIGUSARI
SHURIKEN
TONFA
MAGINATA



karate

REVISTA MENSAL

DE ARTES MARCIAIS

À VENDA EM TODO O PAÍS



distribuidora **O SÉCULO**



A criança cega "sente" no dedo indicador da sua mão esquerda a letra enquadrada pela câmara de televisão que segura com a outra mão, sobre o livro. Através desse aparelho, o Optacon, ela pode ler qualquer texto

OS CEGOS JÁ PODEM LER

Um sistema que permite transformar em sons qualquer texto é invento sensacional de um português.

Jaime Magalhães Filipe, engenheiro técnico, com uma vida dedicada ao campo da investigação aplicada aos deficientes físicos, concebeu um dispositivo que permitirá aos cegos ouvir o jornal que pretendem ler. Contudo, o inventor tem consciência que o produto da sua imaginação e da sua técnica não será reconhecido. Daqui a uns anos, é natural que surja um aparelho igual, ou pelo menos análogo, nos Estados Unidos ou noutro país qualquer. Os jornais anunciarão então: "Revolucionária invenção americana permite a "leitura" do jornal pelos cegos, por meios auditivos."

Assim já sucedeu, várias vezes, a Jaime Magalhães Filipe...

Em 1959, o inventor português registou a patente de um aparelho, o electrovisor, que transforma a intensidade luminosa em sensações tácteis, permitindo aos cegos a percepção dos objectos. Posteriormente, em 1967, dois investigadores americanos concebem um aparelho análogo. Passados poucos anos, o Optacon é lançado no mercado. Hoje, está imensamente divulgado, nos Estados Unidos, como em outros países.

As possibilidades de utilização dos inventos portugueses são mínimas. O mesmo sucede, aliás, com a própria investigação e a criação de protótipos, uma vez que não existem estruturas que possibilitem o desenvolvimento das ideias e das iniciativas dos nossos inventores.

As investigações de Jaime Filipe são efectuadas com os meios de que ele próprio pode dispor. Com material pago por si e nas horas disponíveis, constrói protótipos onde a sua ideia é ensaiada. Por vezes, trata-se simplesmente da concepção de um sistema, de um aparelho. Aquela é reduzida,

então, a esquemas, desenhos e a um texto explicativo, à falta de meios que possibilitem o ensaio necessário.

À ESPERA DE VERBA

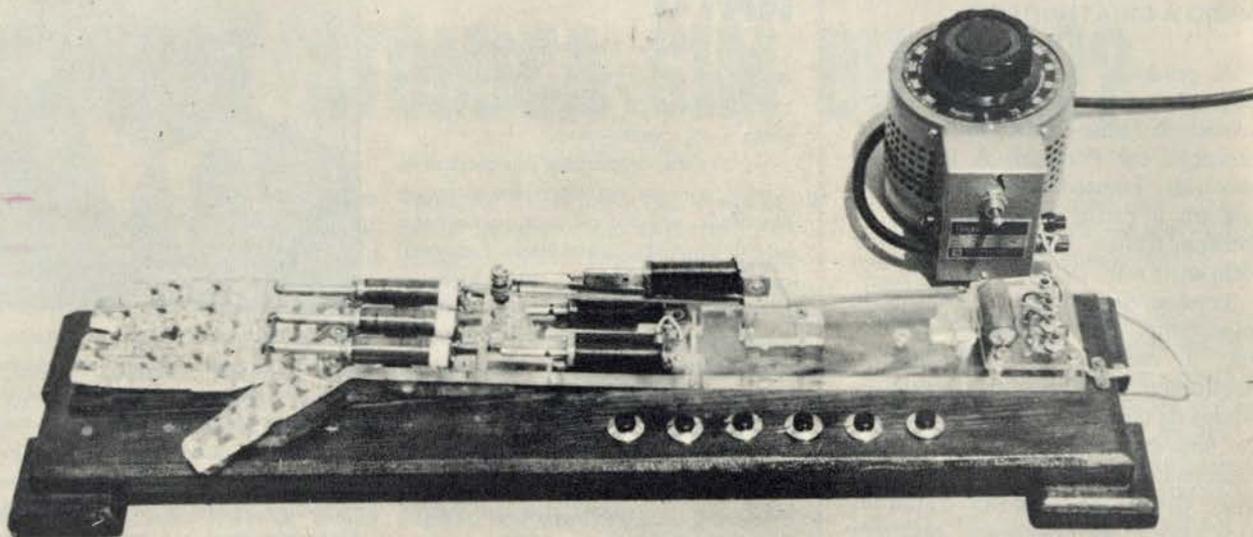
Aquando do electrovisor, Jaime Filipe, que já havia solicitado apoio de diversas entidades estatais e privadas para a criação de estruturas que assegurassem o andamento dos seus trabalhos, recebe, finalmente, um subsídio da Fundação Gulbenkian para se deslocar aos Estados Unidos. Aí estabeleceu frutuosa contactos com os cientistas que conceberam o Optacon, os quais, aliás, desconheciam a iniciativa do técnico português, bem anterior à sua.

Nos Estados Unidos, o Optacon nascera devido aos esforços conjugados de uma empresa, a Telesensory Systems Inc. e de um departamento universitário, o Department of Visual Sciences, da University of the Pacific. Era necessário, pois, organizar, em Portugal, algo que lhe pudesse corresponder e constituir a base de trabalho

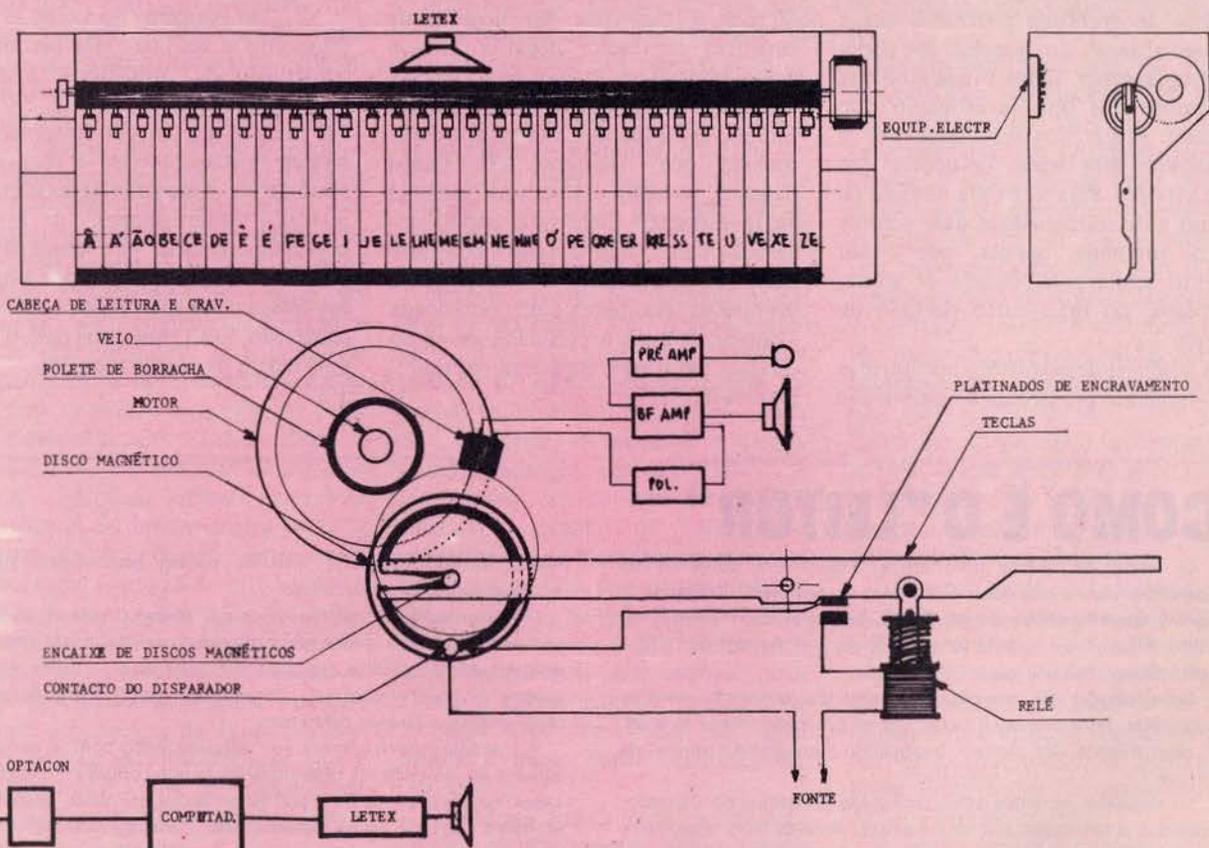
para uma equipa poder levar em frente os projectos previstos.

Jaime Filipe, que tantas tentativas fizera e que já conhecia sobejamente as respostas das entidades governamentais de então às iniciativas deste tipo, tentou novamente. Conseguiu que uma verba de 1000 contos fosse aprovada para o efeito. Entretanto, havia-se formado uma equipa composta por um engenheiro electrotécnico, um médico e o próprio inventor, que iria trabalhar no campo da investigação relativa aos invisuais. Ainda na sequência desses esforços, deslocaram-se ao nosso país os cientistas americanos que haviam lançado o Optacon e que se mostravam interessados em colaborar na iniciativa do promotor inventor português.

O tempo passa. Questões burocráticas impedem que a verba aprovada possa ser movimentada. De início, porque não havia director; depois porque já tinha passado o prazo. Na realidade, todas as razões foram válidas para paralisar um projecto destinado a melhorar a situação dos cegos e que traria um estímulo à actividade criativa



Uma invenção com aplicação em próteses — músculo electromagnético por motor linear. Inovação: utilização de motores lineares no lugar dos rotativos, habitualmente utilizados. Vantagens: possibilita a variação de velocidade dos movimentos e permite individualizar determinados movimentos como, por exemplo, o dos diferentes dedos de uma das mãos



no nosso país. Ainda hoje, Jaime Filipe está à espera de poder utilizar tal verba...

APOIO À CRIATIVIDADE

A produção para o mercado do Optacon assim como do Letex, novo invento de Jaime Filipe, seria de difícil execução em Portugal. A tecnologia envolvida, nomeadamente no que diz respeito a certos componentes — os fototransistores —, ainda não é dominada entre nós.

Trata-se, contudo, de um contributo importante, de dimensão internacional, à evolução do equipamento electrónico, destinado a minorar os efeitos da cegueira. Portugal, dispondo de um inventor e de uma equipa capacitada, pode obter benefícios reais, desde que se dêem condições para esses investigadores poderem trabalhar.

Jaime Filipe, recordando-se do que sucedera com o seu electrovisor, escreveu para a 'Tlesensory Systems Inc. apresentando a sua mais recente descoberta, o Letex. Não o movem intuídos lucrativos. Assinou, mesmo, um documento no qual declara prescindir de eventuais proventos que a comercialização do aparelho lhe poderia proporcionar. Jaime Filipe sabe que os americanos têm investigação que permite chegar aos resultados por si alcançados sem terem de recorrer aos seus serviços. Para si, é uma questão de tempo e de solidariedade para com os cegos: pretende, apenas, que o seu invento tenha possibilidade de ajudar os cegos, no mais curto período de tempo.

A ausência de estruturas apropriadas que apoiem e promovam a criatividade

UM INVENTOR NATO

Jaime Octávio Magalhães Filipe, chefe do Serviço de Formação e Aperfeiçoamento Profissional da Rádio Televisão Portuguesa, é um inventor nato.

Há 30 anos, os locutores dos desafios de futebol punham um lenço em torno do microfone, nos dias ventosos, para evitar o ruído. Em 1947, Jaime Filipe construiu, com um mecânico da então Emissora Nacional, uma bola de rede de cobre forrada de pano. Hoje em dia — e desde há muitos anos — não há construtor de microfone que não utilize a "bola de vento".

Embora tenha dedicado a maior parte da sua actividade criativa aos deficientes físicos, tem uma vasta obra que abrange numerosos campos.

Escolhemos ao acaso: motor de pistão quadrático que resolve diversas falhas apresentadas pelos motores de combustão interna; um simples aquecedor eléctrico (mas de rendimento superior aos conhecidos); dispositivo para o aproveitamento da



energia das ondas do mar (sistema simples, que o Laboratório Nacional de Engenharia Civil considerou não ter, de momento, viabilidade de aplicação prática); extractores de odores de instalações sanitárias (inérito, muito simples e eficiente); submarino monolugar, ligado ao barco-mãe, recebendo energia deste e funcionando como o seu dispositivo de defesa (ideia concretizada no estrangeiro, já depois da concepção de Jaime Filipe); etc.

Em 1972 concorreu ao Salão Internacional de Bruxelas. O electrovisor dá-lhe a medalha de ouro.

técnica e científica no nosso país constitui um factor negativo para o desenvolvimento económico. Depois do 25 de Abril, nada se adiantou neste campo, exceptuando, talvez, a medida tomada pelo Governo, em Março passado, ao criar o Instituto Nacional de Investigação Científica. Sendo ainda cedo para avaliar o papel e o âmbito deste novo organismo no conjunto de problemas levantados pela criatividade científica e a sua necessidade em apoio estatal, uma esperança fica, contudo, levantada.

No caso concreto do Letex, o apoio financeiro e técnico teria permitido a construção de protótipos, a experimentação e, eventualmente, o registo da patente no âmbito internacional. Nestas circunstâncias e perante a situação de concorrência existente no mercado internacional, o inventor português estaria em condições de poder vir a ser disputado por empresas interessadas na sua produção e comercialização. Com vantagens para o nosso país e para os nossos técnicos.

COMO É O "LEITOR"

O leitor de textos para cegos integra um conjunto de aparelhos, alguns dos quais já em fase de produção industrial. O Letex, aparelho-chave do conjunto, baseia-se num invento de Jaime Filipe, cujo registo de patente data de Agosto de 1972 e tem a designação oficial de Ooquestrola.

Uma câmara de televisão de reduzida dimensão permite enquadrar, letra a letra, o texto que se pretende tornar audível. O cego maneja esta câmara, deslocando-a no sentido normal da leitura.

Os impulsos captados pela câmara são recebidos no Optacon, aparelho já divulgado em vários países. Através dele, o cego tem a percepção da letra enquadrada pela câmara através de um

relevo sentido no dedo que ele coloca previamente numa cavidade existente no aparelho.

Um computador recebe o sinal correspondente à letra enquadrada, separa e identifica o mesmo, enviando um impulso diferenciado ao sistema reproduzidor de sons. Este, o Letex, é uma espécie de órgão electrónico possuindo um disco magnético onde estão gravados 29 sons diferentes.

À medida que o utente for enquadrando, com a pequena câmara de televisão, as diferentes letras que compõem o texto, o Letex reproduzirá os sons correspondentes, os quais, desde que emitidos com um ritmo determinado, tornarão perceptíveis os vocábulos.

CENTRAL ATÔMICA: SIM OU NÃO?

Acabo de ler o artigo "Energia Atômica" ("Maquinações Políticas por detrás da Central"), publicado no número 1889 da "VM". Reconheço que o autor foi animado de um exemplar espírito de defesa da independência nacional. Mas não posso deixar de notar que um assunto basicamente técnico tem de ser tratado em termos realmente técnicos, antes de se tentar extrair dele qualquer conclusão. Não basta proceder a uma colagem de afirmações ou notícias (que podem até ter sido deficientemente interpretadas ou deformadas pelo relator inicial) para com elas tentar ilustrar uma tese muito importante e delicada.

Em primeiro lugar, há que notar uma contradição quando se afirma (no artigo) que "no seio daqueles que atacam a opção nuclear para Portugal se destacam duas correntes: os oponentes a todo o transe e aqueles que atacam *sobretudo* a compra de equipamento americano". Melhor seria dizer precisamente o contrário: que entre os que defendem a via nuclear há os que propõem a compra de equipamento americano (o grupo da CPE e alguns técnicos "independentes" mais ou menos ligados a empresas dos EUA), e há os que propõem a compra de equipamento de outra origem (o grupo que tem orientado a campanha feita no "Diário"). Por outro lado — destacando-se em absoluto desses dois grupos — há quem combata essas duas propostas e, de uma maneira geral, o recurso à via nuclear. Entre esses combatentes (porque de um combate se trata) há os que são animados simplesmente pelo receio da poluição radioactiva, e há os que, sem esquecer os perigos reais da energia nuclear, recebem principalmente (e por muito fortes razões) as consequências que a "opção nuclear" pode ter para a nossa economia e, em última análise, para a independência nacional.

Quais as "muito fortes razões" dessa

posição? Para começar, e apesar de tudo quanto se diz, o preço do kw/h nuclear. Não basta citar números importantes nem "considerar inadmissível duvidar da competência dos técnicos do Gabinete de Planeamento Económico da CPE para efectuar os referidos estudos", para se ter o assunto por definido. A verdade — não desmentida pela CPE — é que, nos cálculos e nos números referidos, entrou em consideração o lucro obtido pela venda do plutónio produzido pelos reactores. Quem o compra, nos países que forneceram os números citados no artigo da "VM" (e noutros) é, evidentemente, o Estado. Quem o vai comprar em Portugal? O Estado, para fazer bombas atômicas? Ou para o vender a outros países? Quais?

Acrescente-se que os encargos com o desmantelamento das centrais, no fim da sua vida útil de cerca de 25 anos, não são normalmente considerados. Nem os efeitos das novas normas de segurança, sugeridas nos fins de 1975, e que determinam a paragem das centrais, para fins de inspecção e beneficiação, durante cerca de 200 (duzentos) dias em cada ano.

Note-se também que, quando a CPE fala da utilização do "urânio nacional", não dá, com isso, qualquer garantia de futura independência nacional em matéria energética, ainda que, em geral, se pense o contrário. Como, aliás, se diz na "VM", se recorrermos às centrais de origem americana, teremos de usar urânio enriquecido — e o enriquecimento está em absoluto fora das nossas possibilidades. Mas é também preciso dizer que, se, como quer o grupo antiamericano, optássemos pelas centrais canadianas a urânio natural, teríamos de procurar um fornecedor de água pesada. E, então, dependeríamos desse fornecedor.

E pense-se que as nossas reservas de urânio não são eternas. Tanto quanto se sabe, não permitem alimentar uma

central durante mais de 20 anos. Depois, estaremos na mesma situação que hoje estamos com o petróleo. Ou pior.

Outro aspecto gravíssimo, em termos de independência nacional, é o dos efeitos que se pode prever no capítulo da poluição térmica — e que não foram negados nem podem ser negados, porque temos aqui mais ou menos ao pé da porta (em Barcelona) um triste exemplo. O aquecimento das águas pelo reactor que se pretende instalar em Ferrel deve traduzir-se por um aumento de temperatura de cerca de 10 graus, capaz de destruir quase toda a fauna e flora marítimas numa área da ordem dos 300 km². Recorde-se que Peniche é o nosso primeiro porto de pesca e pergunte-se a quem se irá comprar o peixe que deixaremos de ter.

Mesmo admitindo que, no "medo" da poluição radioactiva, há muito dogma e apenas algumas realidades (preocupantes, em qualquer caso), há que notar que, segundo tudo indica, o reactor que a CPE pretende instalar em Ferrel é do tipo de "água fervente". Ora esses reactores têm sido ultimamente objecto de tremendas críticas, nos Estados Unidos e na França (aqui por parte do próprio CNRS), devido à maneira como foi calculado o respectivo "vaso de contensão". Nos EUA, houve que suspender o funcionamento de um desses reactores, para fins de investigação, e os outros 24 — metade do total agora em serviço nos EUA — estão sob rigorosa vigilância.

Acontece ainda que, segundo uma hipótese oportunamente formulada e não desmentida, o reactor que se projecta instalar em Ferrel seria um, cuja construção foi iniciada em 1970 (segundo as normas de segurança então em vigor), por ordem do governo de Porto Rico, e que foi agora recusado por esse mesmo governo.

E, se, na verdade, um reactor não é uma bomba atômica, também é

verdade que um reactor a água fervente é como uma caldeira gigantesca. Uma explosão que não seja contida pelo "vaso de contenção" dará origem a uma nuvem de vapor radioactivo que poderá espalhar-se por um raio de 50 km ou mais. Para a central de Ferrel, a zona de perigo vai da Nazaré a Rio Maior e daí à Ericeira. Possivelmente até Lisboa, se houver nortada forte.

O maior mal do artigo da "VM" é, no entanto, a convicção, que transparece, de que a construção da central de Ferrel resolverá TODOS os nossos problemas de produção de energia eléctrica. É uma convicção muito vulgarizada e muito errada. A central em questão aumentará de 20 por cento a nossa capacidade de produção de ponta — o que não é muito — mas dado o tempo de inactividade forçada por procedimentos de segurança, o aumento que ela trará à produção anual será apenas de cerca de 8 por cento. Para se realizar o sonho de um aumento da produção da energia eléctrica à razão de 10 por cento ao ano, seria necessário duplicar essa produção dentro de 7 anos. Para isso, se recorrêssemos somente à via nuclear, necessitaríamos de instalar entre 8 a 15 centrais de 1000 Mw. E, depois de outros 7 anos, teríamos de instalar nada menos de 20 ou 30 outras centrais. Não é só o dinheiro (e o urânio) que nos faltam para tais sonhos. É também o espaço. Com 45 centrais, todas nucleares, e mesmo reduzindo para metade (para 25 km) o raio de perigo admissível, ocupar-se-ia uma superfície total de 90 000 km². Teoricamente, porque convém não esquecer que o nosso país tem apenas 89 000 km².

A solução não está, pois, na "opção nuclear". Está na economia de recursos, única via da verdadeira independência nacional. Está em viver com aquilo que temos. O vento, por exemplo, apesar das dúvidas contidas no artigo em causa. O vento, que os árabes, quando por cá andaram, souberam usar tão bem, e que os americanos, agora, dizem poder fornecer, daqui a 20 anos, um quinto da

energia eléctrica consumida nos Estados Unidos. E que entre nós podia fornecer — para "já" — tanta energia quanto a pressupostamente será gerada pela central nuclear de Ferrel. Mas os geradores a vento — os antigos "aerodínamos", que foram mais de 100 mil, nesta terra — continuam a ser coisa proibida, ou perto disso. A sua instalação depende da autorização da empresa distribuidora de energia eléctrica, que, por sua vez, depende da empresa produtora. Seria muito fácil revogar tal lei — e então as 600 000 pessoas, distribuídas por 11 000 povoações, que em Portugal ainda não

sabem o que seja energia eléctrica, teriam uma solução para o seu problema, exclusivamente com recursos nacionais e com um mínimo de investimento: nada que se compare com os 15 milhões de contos que teremos de pagar, de qualquer modo.

De uma coisa pode o autor do artigo da "VM" estar certo. As empresas produtoras de energia eléctrica interessam-se exactamente por isso: pela produção de energia. Qualquer semelhança entre esse interesse e a independência nacional é pura coincidência.

EURICO DA FONSECA

UM LIVRO SEMPRE ACTUAL!

factos e nomes
da ditadura salazarista

**BÔNUS ESPECIAL
COMEMORATIVO
DA FEIRA**

ESC. 62\$50
(DESCONTO DE 50%)

capitão
Fernando Queiroga

**PORTUGAL
OPRIMIDO**

EM LISBOA — «Stand» n.º 16



Distribuidora «O SECULO»

O CONTRADICIONISTA



CAMARADAS ! O SOCIAL-IMPERIALISMO É
UM BOATO DA REACÇÃO ! IMPERIALISMO
HA' SÓ UM ! O YANKEE E MAIS
NENHUM !



TEMOS QUE BANIR PARA SEMPRE
TUDO O QUE DE PERTO OU DE
LONGE TRAGA O ESTIGMA DA
CORRUPTA SOCIEDADE CAPITALISTA
AMERICANA !



SEXTA FEIRA À
NOITE QUANTA
QUANTO ?

QUERES IR LOGO
VER UM FILME
SOBRE A REVOLUÇÃO
CUBANA ?



...OBRIGADO MAS
VOU COM UM BARRACHO
VER UM WESTERN ...



Banhos de São Paulo

AS TERMAS VÃO MORRER ?

Originárias do século passado, erguem-se, em plena Baixa lisboeta, as termas de São Paulo. Consideradas das melhores da Europa, com uma frequência que chegou a atingir as 2 mil pessoas por mês, essas termas estão agora ameaçadas de fechar, para sempre.

Para além do facto de todos quantos trabalham nas termas de São Paulo caírem no desemprego, o público português fica privado das únicas termas acessíveis às camadas economicamente mais débeis. Estes dois factos são suficientes, em nossa opinião, para

despertar o interesse, até agora inexistente, das entidades oficiais ligadas ao problema.

Tudo começou em Setembro de 1974, quando a Direcção-Geral de Saúde mandou analisar as águas do poço abastecedor das termas e con-

cluiu estarem inquinadas. Como o período de funcionamento dos tratamentos era de Abril a Novembro, a gerência recebeu ordens para, a partir de Dezembro, iniciar obras de melhoramento. Assim foi feito e no início da época de 1975, quando os trabalhadores se apresentaram para ocupar os seus postos, foram informados de que não poderiam trabalhar, pois ainda estavam a analisar as águas. Relativamente aos ordenados, a gerência garantiu os meses de Abril e Maio, mas, de Junho em diante, os trabalhadores tiveram de, custosamente, emprender uma série de contactos com a entidade patronal para receberem os vencimentos. Isto porque se opuseram ao encerramento das termas, alegando que, embora não se pudesse fazer tratamentos à base das águas, existiam outros perfeitamente possíveis de continuarem, como, por exemplo, os de fisioterapia.

Pressionada pelos trabalhadores, a administração acedeu e, ao longo de 75, ainda foi feito um bom número de tratamentos. Quanto aos ordenados, os meses de Junho e Julho garantiu-os o Ministério do Trabalho; o de Agosto foi pago após contactos havidos entre a comissão de trabalhadores das termas e a de um banco, enquanto os de Setembro a Dezembro deveram-se a indemnização dada pelo Ministério da Marinha, de que as termas são, também, propriedade.

Ainda durante o ano passado, avançaram-se novas tentativas para descobrir quais os problemas que afectavam as águas. Fizeram-se obras

no poço, a cargo do Ministério da Marinha, de que também nada resultou.

BOICOTE À RECONVERSÃO

Ao fim de vários estudos concluiu-se que, para voltar a pôr as águas em bom estado de utilização, seria necessário um investimento orçando alguns milhares de contos. Segundo a DGS, haveria duas maneiras de resolver o inquinamento: ou utilizar máquinas

especiais que só existem no estrangeiro e que poderiam purificar as águas ou adoptar o sistema de perfuração, à semelhança do que foi feito nas Caldas da Rainha. E, tanto numa como noutra hipótese; seria inevitável uma participação oficial, dado que o capital particular da empresa era insuficiente.

Entretanto, ultrapassa-se de novo o período de férias e, na manhã de 15 de Março deste ano, os trabalhadores voltam a apresentar-se nas termas. A administração informa-os de que estão despedidos e de que, nessa mesma tarde, encerraria as portas.

No dia seguinte, os trabalhadores têm uma reunião com técnicos do Ministério do Trabalho, que dá ordens para recomeçarem as actividades na empresa. Assim, desde essa data, mantêm-se os tratamentos, dispostos os trabalhadores a não ceder nas suas reivindicações, que consideram de total justiça.

Dos contactos havidos com o Ministério, surgiu como solução a hipótese de reconversão das termas. Não havendo capital para investir nos processos purificadores das águas e existindo um edifício totalmente aparelhado para vários tipos de tratamento, os trabalhadores tomariam em mãos a tarefa de manter aberta a empresa, assegurando, desse modo, os seus postos de trabalho e não permitindo que o povo português perdesse o acesso às termas mais baratas do País.



Não havendo capital para investir na purificação das águas, sem ajuda do Estado, os trabalhadores pensaram na reconversão das termas, uma vez que estas estão totalmente aparelhadas para vários tipos de tratamentos

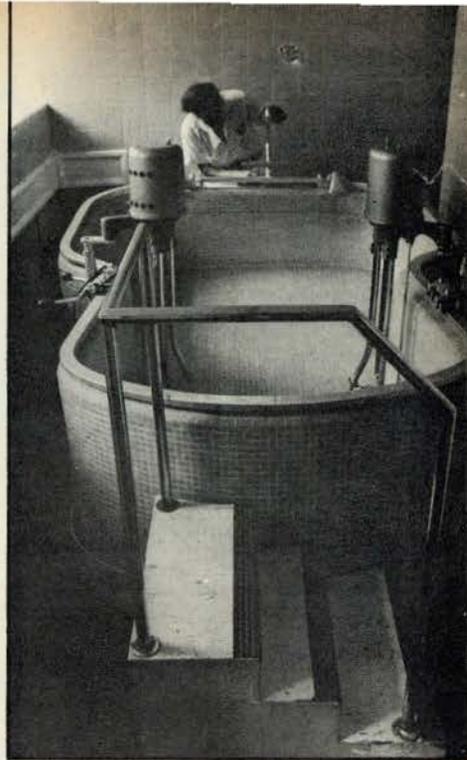
Outra decisão saída das reuniões com o MT foi a de se fazer publicidade anunciando que as termas voltavam a funcionar e que, à excepção dos tratamentos com águas sulfurosas, tudo o resto continuava. A gerência concordou, mas a publicidade não passou de um anúncio, num único jornal e apenas numa edição.

No meio de tudo isto, os ordenados desapareceram. A administração não paga, as entidades oficiais não ajudam e algumas dezenas de famílias viram-se, assim, privadas dos seus meios de subsistência. Note-se que o leque salarial dos trabalhadores é muito pequeno, já que a grande maioria recebia o salário mínimo nacional, enquanto outros, muito poucos, ganhavam cerca de sete contos.

E A ADMINISTRAÇÃO?

Não nos foi possível saber, ao certo, o número de accionistas da empresa. Disse-nos um elemento da direcção que ultrapassaria a centena, mas só uma pequena parte comparecia às assembleias gerais, deliberando sobre o destino da Companhia das Águas Medicinais do Arsenal de Lisboa — Banhos de São Paulo. Adiantou que, face à situação actual, realizar-se-ia, em breve, nova reunião de accionistas, para darem a última palavra sobre o assunto. No entanto, adiantou que, “a

Desde há um século, nestas instalações, centenas, milhares de portugueses economicamente mais débeis procuraram cura para os seus males. Com que irão contar, agora que as termas vão fechar?



priori”, não vêem grandes hipóteses para a reconversão, pois o que dava realmente lucro eram os tratamentos à base das águas. Queixaram-se, por outro lado, de que os preçários eram muito baixos e que manter as tabelas existentes seria uma verdadeira “loucura”.

Os elementos da direcção por nós contactados fizeram questão em frisar que, tanto eles como os trabalhadores, estão no mesmo “barco” e, se este se afundar, também eles morrerão afogados.

Os trabalhadores não concordam. Porque, da parte dos empregados, não existem quotas nem acções a retirar ou receber. Porque eles têm, apenas, os seus braços e a memória de que antes do 25 de Abril recebiam pouco mais de mil escudos mensais. Também porque eles, na situação de trabalhadores à beira do desemprego, têm, à sua frente, o mesmo futuro negro de outros 500 mil portugueses.

As termas de São Paulo não são caso raro. Centenas de empresas encontram-se na mesma situação, enquanto outras tantas se “apressam” em seguir-lhe os passos.

A quem pedir contas? Às direcções, às administrações ou a um sistema social que cada dia que passa mais estrangula o nosso povo?

Jogamos na última hipótese. Os trabalhadores das termas também.

OBRIGAÇÕES DO TESOURO 1976

Dinheiro que vale mais 10 a 15%

Veja com atenção o plano de juros que vem indicado na parte de baixo deste anúncio. Agora sim, pode ter a certeza que o seu dinheiro vale mesmo mais! Cada Obrigação de 1.000\$00 pode chegar a render um juro de 15% ao ano e nunca renderá menos de 10%. E por cada 5 Obrigações de 1.000\$00 pode comprar uma Obrigação-Ouro no valor de 500\$00, que lhe renderá 6% ao ano

e será reembolsada ao preço do ouro. Comprar Obrigações do Tesouro 1976, é ter dinheiro seguro e a render bem. Dinheiro com reembolso garantido, a partir do 3.º ano da emissão e até ao 8.º. Dinheiro completamente livre de quaisquer impostos. Adquira as suas Obrigações ao balcão de qualquer instituição de crédito, a partir do dia 10 de Maio e até 30 de Junho.

reembolso garantido



Juros das obrigações do tesouro

	1ºANO	2ºANO	3ºANO	4ºANO	5ºANO	6ºANO	7ºANO	8ºANO
OBRIGAÇÕES DE 1000\$00	10%	10%	11%	11%	12%	13%	14%	15%
OBRIGAÇÕES-OURO DE 500\$00	6%	6%	6%	6%	6%	—	—	—

Pregador, teólogo, e padroeiro do amor, as duas primeiras facetas de Santo António de Lisboa apagam-se para darem primazia à última no culto que o povo lhe vota. E porque Santo António é, nesta perspectiva da sensibilidade popular, o santo tutelar do amor, atribuem-lhe dons de milagreiro quando o invocam para esconjurar os diabretes que fazem desaparecer objectos e pregam outras partidas semelhantes aos mortais.

Santo António consubstancia a religiosidade dos portugueses profundamente marcada por um franciscanismo naturalista e por isso é um santo cujo verdadeiro altar é o coração do povo português.



Santo António Meu Sant'Antoninho

COORDENAÇÃO DE TOMAZ RIBAS

Santo António de Lisboa

SANTO António de Lisboa é, com certeza, ainda hoje, o português mais conhecido e festejado. Despretensiosamente encapuchado no seu hábito franciscano, ao colo o Menino-Deus, há sete séculos que ele sem cansar nem envelhecer corre mundo, numa pressa que lhe multiplica a presença, para acudir com a esmola de um conselho ou conforto, de uma esperança ou meiguice, nas horas amargas e difíceis em que os homens, de atentos que se põem, vão até sentir as presenças transcendentais que junto deles passam.

Desta forma conquistou o coração de pequenos e grandes, de sábios e ignorantes, de pobres e ricos; e entre as mais desvairadas gentes e nas terras mais distantes, muitos, de agradecidos, o querem na sua roda como a pessoa de família ou lhe montam casa mesmo à sua



beira para gozar sua boa vizinhança.

E por toda a banda, em humildes choupanas perdidas nos retegões das serras, em palhotas esquecidas nos sertões, em tugúrios de aldeias e casas ou palácios de vilas e cidades, entre os retratos da família enfileira o seu retrato. Mais aqui, mais além, à porta dos caminhos, em nicho devoto a sua imagem sorri a abençoar os atarefados vian-

dantes e a animar quantos moirejam nos campos de ao redor. E quase não há igreja, por toda a Cristandade, onde o santo português não tenha o seu altar para atender os devotos.

A benemerência de se ficar no mundo a acender esperanças na cerração de vida em que nos desorientamos e sofremos assim o tornou querido e festejado. Como chegou a tanto, vou eu ver se acerto em explicar.

FR. FERNANDO FÉLIX LOPES
(in «Os Grandes Portugueses»
— Arcádia Editora)



Igreja de Santo António, em Lisboa, erguida no local onde Fernando de Bulhões nasceu

PEQUENA NOTA BIOGRÁFICA DE SANTO ANTÓNIO DE LISBOA

Santo António, de seu verdadeiro nome Fernando de Bulhões, nasceu em Lisboa a 15 de Agosto de 1195, durante o reinado de D. Sancho I, e morreu em Pádua a 13 de Junho de 1235. Assim, quando popularmente se festeja este santo, fazemo-lo no dia do aniversário da sua morte.

Filho de Martinho de Bulhões, que segundo alguns agiografos era descendente de Godofredo de Bouillon, primeiro rei de Jerusalém, e de Dona Maria Teresa Taveira, nasceu numas casas modestas junto da Sé de Lisboa, em cujas aulas de Gramática e de Artes o pequeno Fernando inicia os seus estudos. Alegre e folgazão de espírito, nem por isso deixou de sentir, desde menino, uma especial atracção pela liturgia e pelas leituras místicas. Sentindo-se atraído para a vida religiosa, aos quinze anos decide ingressar na Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho. F. breve e ardente o seu noviciado e

de Lisboa parte para Coimbra, onde, no Convento de Santa Cruz, prossegue os seus estudos teológicos e inicia a sua carreira de teólogo e escritor místico.

Tomando conhecimento da mística franciscana e do ardor dos pregadores companheiros de São Francisco, de Assis, António decide dedicar toda a sua vida à pregação evangélica e à pobreza e, assim, conseguida a autorização superior, ingressa na Ordem Franciscana, passando a viver no Convento dos Olivais, em Coimbra. Dali parte para o Norte de África, dando

início à sua carreira de evangelizador; adoeceu em África, segue para Itália, tendo, durante a viagem, passado larga temporada em França. Fixando-se em Pádua, e nessa cidade que conquista a sua grande nomeada de pregador, teólogo, místico e comentador dos textos divinos e dos padres da Igreja, e finda os seus dias.

Santo António enfileira na ta-lange dos grandes místicos da Idade Média. A bula da sua canonização surge logo um ano depois da sua morte, exarada pelo Papa Gregório IX.

A imagem de Santo António que o povo criou

O povo através dos tempos criou a sua própria imagem de Santo António. Imagina-o antes de santo, na sua mocidade, impetuoso e brejeiro. Vê-o, por essa Lisboa, quebrando bilhas às raparigas ou cortando-lhes as tranças, para, em risinha brincadeira milagrosa, voltar a repor tudo no seu lugar: as tranças de novo nas cabeças estovadas das moças e as bilhas intactas ao calor das suas moldadas ancas.

Com esta noção um tanto maliciosa e afastando-o do seu mundo de teólogo, filósofo e pregador exímio, o povo prefere-o sorridente, amigo de fazer favores, casamenteiro e compreensivo, milagreiro.

A expressão «Nem Santo António te vale» afirma bem quanto favor é devido a tão popular santo.

Quantas vezes ao dia não será evocado, por tudo quanto se perde?! Mas o santo é interesseiro, e é de boa diplomacia oferecer-lhe prendas em troca — flores, velas acesas ou uma jarrinha de prata...

E não é ele casamenteiro? Segundo a imaginação do povo, quem quiser casar deve roubar uma imagem de Santo António. Mas cuidado, logo após o casório há que voltar a colocá-la exactamente no mesmo sítio de onde foi tirada.

É antiga a história da rapariga já desesperada com a demora com que o santo a fazia sofrer na espera de marido; zangada, atirou a sua imagem pela janela fora. A imagem atinge alguém que passa; e os cuidados requeridos, depois dos protestos de tão insólita agressão, em resumo, o contacto assim logrado entre ambos, a moça e o agredido, levou-a ao tão almejado casamento. Mas atirar fora uma imagem de Santo António talvez seja demasiado agressivo. Para pe-

quenas falhas, de que o santo possa ser responsável, o melhor, diz o povo, é entalar-lhe a cabeça numa gaveta ou metê-lo de pernas para o ar dentro de uma jarra de flores. É o suficiente para castigar tão compreensivo santo.

Muitos pensam que bem felizes são aqueles que ainda têm umas velhas e pequenas imagens ocas por dentro, onde se colocam, bem enrolados, os bilhetinhos com os favores pedidos... Esta fórmula, pensam, é infalível, desde que não se peça a terra e o céu também.

— T. M. S.



O SANTO DO AMOR

Ó meu querido Sant'António,
acompanhai os perdidos;
acompanhai meu amor,
quando vem falar comigo.

Se o bendito Sant'António
este ano me casar
cá voltarei para o ano
pôr flores no seu altar.

Ó meu rico Sant'António
Ó meu santinho maior;
arranje-me um bom casório
se me faz esse favor!

Eu hei-de ir ao Sant'António
que me hei-de regalar
c'um Raminho de cerejas
que o meu amor me há-de dar.

O meu amor é António
tem o nome do meu santo;
se ele se não chamasse António,
talvez não gostasse tanto.

Sant'António milagroso
da vila de Santarém
como hei-de eu casar com Ana
se não temos um vintém.



Santo António de Lisboa num registo popular

Iconografia antoniana

É vastíssima a iconografia antoniana, em imaginária, telas, frescos, gravuras, azulejos, pois múltiplos são os grandes artistas que se inspiraram no maior pregador e filósofo português do século XIII. Citemos alguns: Donatello, Mezzastrri, Giotto, Perugino, Simone Martini, Bartoli, Callandrucci, Morini, Van Dick, Goya, Murillo, Ribera, Frei Carlos, Columbano, Gregório Lopes e tantos mais.

De realçar é, também, a pintura mural de Taddeo Gaddi, de 1342, executada no coro da igreja de São Francisco de Piza.

Os mais belos azulejos portugueses são dos séculos XVII e XVIII, em azulóio ou policromos, e não cremos ter existido santo que mais inspirasse e fizesse florescer das mãos da arte anónima e popular.

SANTO ANTÓNIO GORDO E MAGRO

Gregório Lopes, pintor do rei D. João III, deixou-nos uma tela, existente no Museu de Arte Antiga de Lisboa, na qual Santo António nos surge gordo, de acordo, parece, com a verdade histórica.

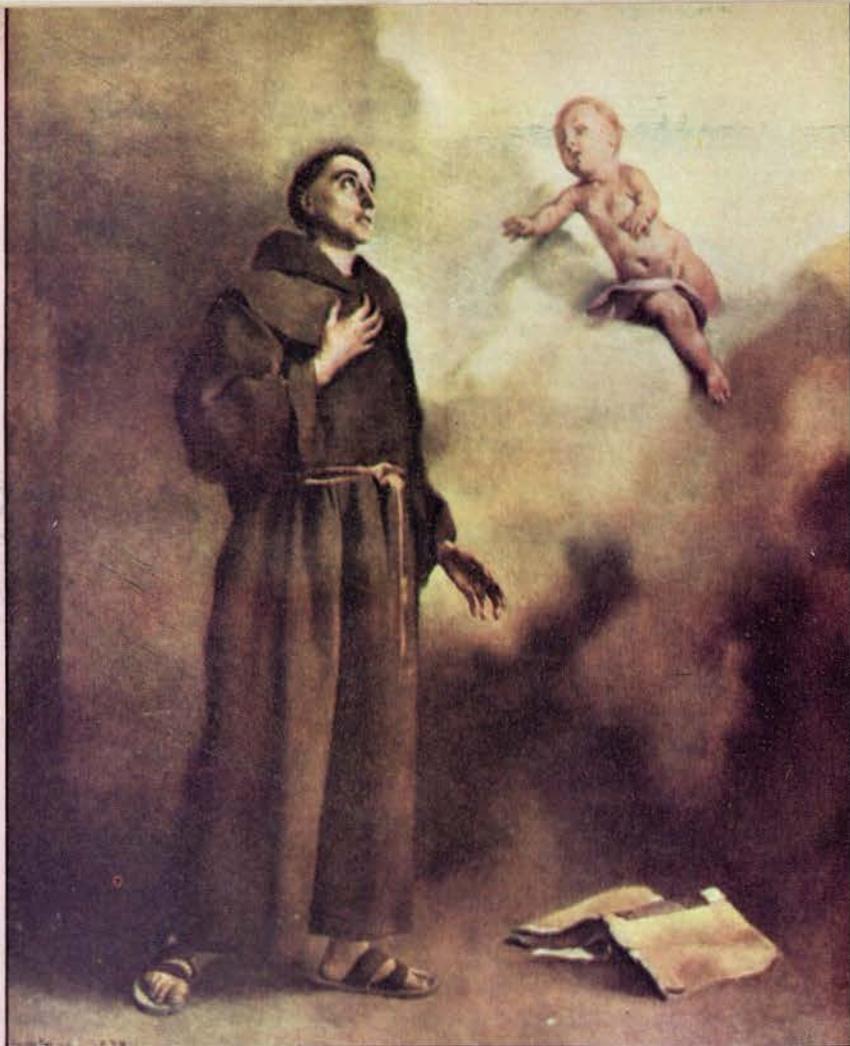
Mas Santo António aparecerá aos nossos olhos magro um sem-número de vezes.

Em três imagens de Mezzastrri (Santo António nos seus Milagres), existentes na igreja de São Francisco, em Montefalco, não saberíamos escolher, dentre elas, em qual veríamos o santo mais diáfano. A tradição da magreza de Santo António fica definitivamente estabelecida na arte. Quer Van Dick, na sua célebre «Madona com o Menino», como no seu «Santo António de Pádua», quer o próprio Donatello rendem-se à ideia de que a magreza é símbolo de santidade.

Todos os grandes artistas que se inspiraram em Santo António e nos presentearam com as suas obras dão-lhe, quase invariavelmente, uma figura própria de santo: estilizada, transparente, etérea.

A verdadeira imagem lírica do taumaturgo está patente na notável tela conhecida pelo nome de «Quadro de Frei Carlos».

Curiosíssima é a figura do santo na tela de Ribera (Museu Nacional de Nápoles), onde temos um Santo António peninsular: moreno, magro, adolescente e com uma expressão mística fascinante. Aqui é o frade português, como deveria ter sido quando viveu nos Olivais de Coimbra.



Quadro de Columbano Bordalo Pinheiro (museu de arte Contemporânea)

Columbano, o pintor dos celebrados «castanhos», na tela em que a sua cor predilecta é toda uma sinfonia, dá-nos um Santo António português e mantém-se fiel à tradição clássica da magreza, onde insere a espiritualidade física do santo. — T. M. S.

O que é um pregador

O que deve ser o pregador diz-lo António com muito bom critério no trecho seguinte de um dos seus sermões:

«A palavra do pregador deve ser de paz e de vida, de graça e de verdade. Não deve despedaçar os corações, mas sim inebriá-los; deve, cheia de doçura, derramar a bem-aventurada esperança no fundo das almas atribuladas; deve ser um refrigerante para as almas que têm sede.»

Este excelente programa explica o sucesso da sua pregação.



Quadro existente no museu Nacional de Arte Antiga, atribuído a Gregório Lopes (século. XVI)

A respeito do mesmo assunto, ajunta em outro sermão a conceituosa alegoria que segue:

«Como Elias, o pregador deve subir ao cume do Carmelo, isto é, ao ponto mais elevado da santa conversão, em que se adquire a ciência de eliminar por uma circuncisão mística quanto é vão e supérfluo. Em sinal de humildade e conhecimento das suas próprias misérias, proste-se com a fronte no chão, meta o rosto entre os joelhos, para manifestar a profunda aflição que sente por causa das suas antigas iniquidades. Elias diz ao seu servo: *Vai e olha para o mar*. Este servo é o corpo do pregador, que deve ser puro e olhar continuamente para o mundo submerso no pecado. Olhar sete vezes com o propósito de o combater pela palavra; olhar sete vezes, isto é, meditar sempre nos sete artigos fundamentais da nossa fé, a encarnação, o baptismo, a paixão, a ressurreição, a vinda do espírito santo e o juízo final, que enviará os réprobos ao fogo eterno. Mas, à sétima vez, o pregador verá erguer-se do fundo do mar uma nuvem ténue e do fundo da alma dos pecadores um movimento de compaixão e contrição. Este vestígio da graça de Deus subirá ao coração do homem; converter-se-á numa grande nuvem, para cobrir com a sua sombra as coisas terrestres; depois soprará o vento da confissão, que arrancará até às últimas raízes do pecado, e por fim a grande chuva da satisfação regará e fecundará a terra. Assim opera o bom pregador... Todavia, desgraçado daquele cuja pregação é resplandecente de glória, mas que traz a vergonha nas suas obras.»

reservados. Deus deu-vos barbata-nas para ir onde quiserdes. A vós foi concedido, por mandado de Deus, conservar o profeta Jonas e depois, ao terceiro dia, lançá-lo em terra são e salvo. Vós oferecestes a nosso Senhor Jesus Cristo o censo, que ele, como pobre, não podia pagar e dele fostes o alimento antes e depois da ressurreição, por singular mistério. Por todos estes motivos e por muitos outros estais obrigados a louvar e glorificar Deus, de quem recebeis mais benefícios do que os outros animais.»

(Excerto da lenda do «Sermão de Santo António Falando aos Peixes»).

Santo António pregador

Foi em 1223 e em Bolonha que Frei António exerceu pela primeira vez a sua função de mestre de Teologia, e fê-lo com tanto brilho, que foi logo admirado. A aula encheu-se de ouvintes, que o escutavam com atenção, e entre eles estavam professores e alunos da Universidade; e os ouvintes nem todos eram sacerdotes ou candidatos ao

Sermão de Santo António aos peixes

«Irmãos meus peixes, muita obrigação tendes de agradecer, segundo as vossas possibilidades, ao vosso Criador por vos ter dado tão nobre elemento para vossa habitação e ainda águas doces ou salgadas, como vos agrada, e muitos refúgios para vos abrigar das tempestades. O elemento que vos deu é claro e transparente e tem o que vos é necessário para comer, a fim de nele poder viver. E Deus, vosso criador liberal e bom, ordenou, ao criar-vos, que crescésseis e vos multiplicásseis e vos abençoou. Depois, quando foi o dilúvio geral, morrendo todos os animais, só vós fostes



Pintura do século XIII (Pina-coteca de Perugia)

sacerdócio, havia também, entre eles, muitos leigos, atraídos pela eloquência do verbo do mestre e pelo interesse dos assuntos que expunha.

Pouco tempo, porém, se demorou naquela cidade. Em 1224 veio com efeito, em Vercelli, onde foi, segundo alguns cronistas, pregar os sermões da quaresma; segundo outros, aperfeiçoar-se nos estudos teológicos com o Doutor Tomás Galo, Cónego Regular de Santo Agostinho, considerado como um dos maiores teólogos daqueles tempos. Há também quem diga que foi àquela cidade duas vezes, uma com o primeiro fim, outra com o segundo. A verdade é que nesta cidade se encontraram os dois grandes teólogos medievais, que de certo reciprocamente se ensinaram, sendo cada um mestre e discípulo do outro.

Tomás Galo professara no Convento de S. Vítor de Paris, da Ordem mencionada, e fora encarregado de governar como Abade o Convento de Santo André de Vercelli, pertencente à mesma Ordem e fundado em 1220. Deixou um nome notável como comentador das obras ultramísticas, cheias de simbolismos de difícil interpretação, de S. Dionísio Areopagita e, segundo alguns escritores, deu sobre elas lições ao frade português.

Crê-se que na mesma cidade se encontrou Frei António com o Padre Gersen, um dos místicos a quem se tem atribuído o célebre livro *Imitação de Cristo*, e há mesmo quem admita que se refere ao Santo português a passagem deste livro em que Cristo diz:

«Uma pessoa que muito me ama aprendeu os mistérios divinos e falava deles admiravelmente. Aproveitou mais deixando todas as coisas, do que aplicando-se às mais altas subtilezas.»

Estas palavras são realmente aplicáveis a António, místico puro, que não se envolveu nas subtilezas da Escolástica, e nós cremos que a ele, de facto, se referem, por motivo que vamos expor.

Lêem-se em um velho Comentário às doutrinas do mencionado S. Dionísio Areopagita atribuído a Tomás Galo, a respeito de Santo António, as palavras seguintes:

«Muitas vezes o amor penetra onde a ciência das coisas da natureza não pode chegar... Eu mesmo tive experiência disto na pessoa do irmão António, da Ordem dos Frades Menores, a quem me ligaram relações muito íntimas. Era menos versado que outros nas letras profanas; porém tinha tal pureza de alma e era dotado de tão grande ternura de coração, que todo o esforço das suas faculdades tendeu

para a Teologia mística. Assim, depois de ter buscado apaixonadamente esta ciência, nela fez progressos maravilhosos. Dele posso dizer o que o Evangelho escreveu de João Baptista: era uma lâmpada que ardia e iluminava. Abraçava-o por dentro o fogo do amor; fora projectava raios de luz sobrenatural.»

Há tanta semelhança entre o pensamento que estas palavras exprimem e o que exprimem as palavras da *Imitação* acima mencionadas, que parecem escritas pelo mesmo autor e referir-se à mesma pessoa.

Na *Imitação*, o autor deste livro fala de um estudante das coisas divinas, cujo nome não indica, e refere-se à sua isenção no que diz respeito às coisas mundanas; no *Comentário*, o Abade de Santo André de Vercelli fala de um amigo íntimo, cujo nome é António e é frade da Ordem dos Menores, e o pensamento da passagem que nele se refere a António é no fundo semelhante ao da passagem da *Imitação* que se refere a um personagem desconhecido.

F. GOMES TEIXEIRA

(in «Santo António de Lisboa»)

A moral nos sermões de Santo António

A colecção de todos os sermões de Santo António pode ser considerada como um livro notável de Moral. Há neles, com efeito, ataques enérgicos a todos os vícios: à usura, doença cancerosa que corroía a sociedade do seu tempo, a avareza, às ambições desmedidas, aos mercadores de má fé, que procuram por diversas artes iludir o comprador, etc. E há também neles apoteoses luminosas das virtudes.

Assim, falando dos advogados e dos usurários, diz num sermão do duodécimo domingo depois da Trindade:

«Os dentes são para dividir e triturar os alimentos. Os primeiros chamam-se incisivos, os que seguem a estes caninos e os últimos molares. Eles correspondem a três classes de avarentos e a três espécies de latrocínios. Os primeiros mordem a presa, porque levam dela só uma parte e deixam o resto. Os segundos são mais incisivos: estes são os legistas e decretistas, que, para ganhar dinheiro, latem como cães em seus libelos. Os últimos, semelhantes aos dentes molares, são os usurários, que trituram os pobres para os devorar. Mas o Senhor quebrará os dentes dos pecadores e os molares dos leões.»

Falando dos avarentos, diz em outro sermão:

«Os avaros deste mundo são verdadeiros lagares que esmagam os pobres e lhes fazem separar de si todo o dinheiro que possuem. E com eles que ralha o profeta Miqueas, quando diz: *vós lhes arrancais com violência a pele que lhes*



Sant'António salva o pai da força — (Dos «Milagres de Sant'António» — Tavira)

cobre os ossos. Com tais homens é inútil fazer vibrar a trombeta da pregação; as lágrimas vêm fora de propósito, porque a trombeta não lhes poderia comover a dureza do coração, nem as lágrimas apagar o fogo da avareza que os consome. Por isso acrescenta o profeta: *este fogo arde sempre na casa do ímpio; há ali tesouros de iniquidade e medidas falsas, cheias da cólera de Deus*. Isto denuncia a malícia do avarento, que compra por uma medida e vende com outra.»

Nos seus ataques aos vícios, era António principalmente duro para os maus sacerdotes. Já apresentamos, a este respeito, o extracto de um sermão. Vejamos outros:

«O Bispo de hoje assemelha-se a Balaam montado na sua burra, não vendo o Anjo que esta via. Balaam



A Mula ajoelhando — (Dos "Milagres de Sant'Antônio" — Tavira)

é o símbolo de quem rompe a fraternidade, inquieta as nações, devora o povo. O Bispo insensato precipita com o exemplo o seu rebanho no pecado e no inferno; a sua loucura convulsiona as nações e a sua avareza devora o povo; vê, não o anjo, mas o diabo, que o impele para o abismo, ao passo que o novo, simples e recto na sua fé, pensa nos seus actos, vê o anjo da guarda, conhece e ama o filho de Deus.»

«O mau sacerdote e esses homens

que especulam com a Igreja são cegos, sem vista nem ciência; são cães mudos que um açaimo diabólico não deixa ladrar... Dormem no pecado, amam os sonhos, quer dizer, os bens terrestres, e são joquete dos homens; o seu rosto, como o da cortezá, não sabe corar; não conhecem medida e gritam sempre *traze, traze...* Abandonaram o caminho de Jesus por sendas tenebrosas e ignóbeis. Eis o que hoje sois, amanhã envolver-vos-á uma eternidade de castigos...»

As lendas de Santo António

São inúmeras as lendas acerca de Santo António de Lisboa ou de Pádua que, desde há séculos, correm mundo e que nos dão os mais variados aspectos humanos ou religiosos desse frade franciscano português que o povo e os místicos tornaram universal. Desde o santo milagroso ao fradinho brejeiro, desde o pregador moralista ao místico ansioso de pureza, as lendas dão-nos bem a imagem de uma personalidade humana que certamente não deixou de ser fulgurante.

Como nasceram estas lendas? Não se sabe. O que se sabe é que foi Frei Bernardo de Pisa quem primeiro as divulgou, dizendo que as ouvira contar. O que se pode estranhar é que nascessem na Itália e não em Portugal. Talvez sejam a tradição de algum drama, passado na Itália, em que a influência da palavra quente e da auréola de bondade de António tenham livrado algum infeliz de castigos injustos, e que a imaginação do povo deturpasse, fazendo do teatro do drama Lisboa e do protagonista o pai do Santo.

Recordemos algumas dessas lendas.

A lenda da mulher de Nápoles

Um dia, uma mulher de Nápoles correu aflita ao palácio do vice-rei para lhe pedir misericórdia para o marido, que fora condenado à morte por delito que não praticara.

Não a deixaram entrar! As suas lágrimas não puderam abrir-lhe a porta do palácio!

Ficou desolada; já nada poderia esperar da justiça humana. Que fazer? Restava-lhe recorrer ao amparo divino. Lembrou-se então de Santo António; talvez este lhe valesse na sua grande desdita. E então dirigiu-se para a igreja de um convento de frades menores que existia naquela cidade, prostrou-se de joelhos diante de um altar daquele santo e colocou sobre este altar o memorial que pretendia apresentar ao vice-rei. Depois rezou muito e com muita devoção e por fim saiu e foi à masmorra onde o esposo estava encarcerado levar-lhe palavras de esperança ou pelo menos de conforto para as últimas horas de vida.

No dia seguinte voltou à igreja a procurar o papel que ali tinha deixado. Encontrou-o no mesmo lugar onde o pusera, mas, abrindo-o, notou que tinha novas letras e, apresentando-o a pessoa que sabia ler, soube que nele estava a assinatura do vice-rei com a ordem de soltura do preso.

Mas os empregados da prisão que tinham de executar esta ordem, desconfiando da assinatura, foram consultar o vice-rei, o qual disse ser dele a ordem dada naquele pa-



Milagre de Sant'Antônio — óleo de Goya (Ermida de San Antonio de la Florida — Madrid)

pel e ter sido procurado por um franciscano que lhe recomendou o pedido nele feito com palavras tão tocantes que não pôde deixar de o satisfazer.

Quem era o frade?

Não se soube. O povo disse que era Santo António.

Neste conto faz-se a apologia da fé e memora-se, com a beleza moral da Ordem de São Francisco, o poder suggestionador da palavra de

Santo António. A fé da mulher e a caridade eloquente de um franciscano desconhecido, em quem a imaginação do povo de Nápoles viu o santo dos paduanos, salvaram um inocente ou, pelo menos, um criminoso arrependido.

Este facto foi primorosamente contado pelo nosso grande Vieira num sermão em honra de Santo António, pregado no Maranhão.

DEPOIMENTO

FREDERICO ALVES

Escritor e jornalista, Frederico Alves desde há muito que se interessa pela personalidade e pela verdade biográfica de Santo António, de quem é hoje um dos mais distintos especialistas.

Eis o que nos afirmou sobre esse que na vida laica se chamou Fernando de Bulhões:



«De Fernando de Bulhões, Santo António de Lisboa e de Pádua, pouco se sabe. Por isso, à falta de fontes, a Igreja e seus fâmulos puderam impunemente submergi-lo em quinquilharia de alegorias milagreiras, alcançando-o de alfacinha de talhe rústico, atarracado, barbudo e, no fim, opado de hidropisia, tal como o pintou o artista quase coevo da catedral de Peruggia, até à espiritual vergôntea, esguia e dúctil como um lírio, do Carrara esculpido por Donatello. Entre ambos, o fosso que distancia a realidade da lenda. Foi preciso que, já em pleno século XX, Afonso Lopes Vieira (arriscando-se, embora, à excomunhão dos púlpitos) empunhasse, qual escopo, a caneta com que reduziu o pobre cidadão dos caminhos à sua pureza nua. Tarefa, porém, longe do fim, porque ele arrimou-se ao texto da «Legenda Prima», e este, além de muito mais, escamoteia meses obscuros na moirama (para onde partira, do Tejo, na miragem dos chamados cinco mártires de Marrocos) até à passagem (talvez) fortuita à Sicília sob as bacanais do Barbarroxa, e daí palmilhou rumo à Porciuncula, ao encontro de Francisco de Assis, Clara e Domingos.

«Depois, terá missionado pelo sul de França, reentrando na Itália para expirar, empoleirado no galho alto de uma nogueira, e subir aos altares com uma pressa que nos põe perplexos. Cronistas mais modernos tentaram preencher o intrigante buraco: amealharam patranhas inconfirmáveis e de-

ram-no predicando contra os heréticos e teorizando pelas universidades, nalgumas das quais, em época recente, não lhe ferejou rasto Veríssimo Serrão — pelo que a sua docência (tão grata a Santa Cruz de Coimbra) subsiste em pertinente dúvida. Quanto à outra face da missão, há que achá-la crível, pois em algo ele se afadigou durante a longa deambulação entre o Norte de Itália e os Pirinéus, tanto mais que o seu trilho, no espaço e no tempo, ficou bem demarcado pelos sinistros clarões de fogueiras, reduzindo albigenses a churrascó. Ou crês ou morres. Da extensíssima, porém medíocre, bibliografia antoniana (com raras e brilhantes excepções) não consta investigação que tenha esgaravatado para relacionar a maior ou menor sanha das perseguições político-religiosas com o itinerário e o calendário do taumaturgo através do «mida».

«Como jamais ninguém agarrou a pista discretamente deixada cair, algures, apontando um códice em certo mosteiro da Europa setentrional, códice, esse, colecionando o tesouro de numerosas cartas de Frei Fulano, companheiro de António de Lisboa e de Pádua. Porque eles caminhavam sempre aos pares e, neste caso, ficou esquecido «o outro», que, por sinal, possuía veia epistolográfica. Esquecido é como quem diz. Eu bem formulei propostas à Câmara Municipal de Lisboa que — sonsal — quis deitar a fateixa à minha ideia e dá-la de bandeja a um afilhado. Claro, calei o bico e o assunto morreu. E agora — agora, demasiado tarde. Outros que cavem, fundo, fundo.»

Cravos e manjericos na noite de Sant'António em Lisboa



O POVO DE LISBOA ELEGEU O SEU SANTO

Sant'António de Lisboa
casamenteiro das velhas:
porque não casais as moças?
Que mal vos fizeram elas?

Sant'António de Lisboa
não quer que lhe chamem santo;
quer que lhe chamem António
do Divino Espírito Santo

Sant'António de Lisboa
guardador de olivais:
guardaj lá a minha azeitona
do biquinho dos pardais

Sant'António de Lisboa
não quer que lhe chamem santo:
quer que lhe chamem António
e ser marechal de campo.

Sant'António de Lisboa
espelho de Portugal
vinde ajudar-me a vencer
esta batalha real

Sant'António de Lisboa
venha ver o que cá vai:
deu a rabugem aos homens,
como dá aos animais.

A HUMANIZAÇÃO DE SANTO ANTÓNIO NAS QUADRAS POPULARES

Sant'António era atrevido
quando em Coimbra andou no estudo;
ninguém cuidava que ele desse
em Santo assim tão síduo.

★

Em moço, gastava António
sapatos a namorar;
depois de frade, gastava-os
a dar voltas ao altar.

★

Sant'António de Cabanas
Tem uma pipa no monte;
as mulheres bebem vinho,
os homens, água da fonte.



Jã somos 4 biliões

MALTHUS OU MARX? AS DUAS INTERROGAÇÕES

Há quem suponha que o Homem, tal como o conhecemos, surgiu sobre a Terra há cerca de 50 mil anos. E há quem afirme que ele apareceu muito antes — há uns 200 mil anos, ou, talvez, ainda há mais tempo. Seja como for, se se atender unicamente aos elementos científicos existentes (ignorando, portanto, fantasias), pode-se admitir que, no princípio da era cristã, não havia mais de 250 milhões de pessoas, em toda a Terra.

Foram necessários cerca de 1600 anos para que a população mundial passasse para 500 milhões. Mas, nos 200 anos seguintes, a população aumentou outros 500 milhões. Em 1850, a Terra tinha já 1100 milhões de habitantes. Em 1930, 2000 milhões. Actualmente chegámos aos quatro biliões! No ano 2000, haverá cerca de sete biliões.

Se a população mundial continuar a aumentar no mesmo ritmo, no ano

2200 haverá no nosso Globo 550 000 milhões de pessoas. Caso essa gente for distribuída igualmente por toda a superfície firme — incluindo os desertos, as selvas, as montanhas e as regiões polares — a densidade populacional será comparável à que hoje existe em Lisboa.

As causas de “explosão populacional” são bem conhecidas. Encontram-se no progresso das ciências e das técnicas — nomeadamente no plano da

medicina e da produção de alimentos. Não foi por acaso que o aumento da população se tornou mais rápido — e cada vez mais rápido — após a Renascença e a descoberta dos novos continentes. Nos tempos romanos, a duração média da vida humana era de cerca de 25 anos. Em 1700, na Europa ou na América do Norte, atingia os 33 anos. Mas, em 1950, era já de 69 anos e, actualmente, excede os 72 anos.

Mais impressionante ainda é a redução do número de mortes em relação ao número de habitantes. Entre 1940 e 1960, a taxa de mortalidade desceu para menos de metade em muitos países — nomeadamente no México, Costa Rica, Chile, Venezuela, Ceilão, Malásia e Japão. Em Singapura, foi ainda mais além: passou de 20,9 óbitos por 1000 habitantes, em 1940, para 6,3 em

1960, ou seja para menos da terça parte!

Quanto à taxa de natalidade, acontece que, contra o que se poderia supor, se tem mantido quase constante nos últimos anos. Foi o que aconteceu no México, na Costa Rica, no Chile, no Ceilão, para citar apenas alguns exemplos. Na Venezuela aumentou de 36 para 49,6 por 1000 habitantes, entre 1940 e 1960, enquanto na Malásia e Singapura e, em particular, no Japão, se manteve constante entre 1940 e 50, para descer entre 1950 e 1960. Teve-se aí, obviamente, um efeito de pós-guerra e é de notar que, em Singapura, a redução da taxa de mortalidade tenha sido acompanhada por uma redução da taxa de natalidade, em algo que sugere a possibilidade de um mecanismo corrector automático, instintivo.

O pior é que esse mecanismo não existe, nem no homem nem em qualquer espécie conhecida. O processo evolutivo — dotou todos os animais e todas as plantas de um potencial de reprodução que só pode ser limitado pela doença, pela escassez de alimentos e pela competição na luta pela existência. Portanto aparentemente, uma vez que a maior parte das doenças tem hoje prevenção, tratamento e cura, e uma vez, também, que o tempo das grandes guerras se vai tornando mais e mais distante, a escassez de alimentos surge como o único factor de limitação previsível para o crescimento populacional. Não é uma ideia nova, uma vez que a primeira pessoa que a expôs foi Thomas Robert Malthus, no seu "Ensaio sobre o Princípio da População", publicado originalmente em 1798 e, depois, remodelado e publicado de novo, várias vezes.

As Teorias de Malthus

Poucos autores têm visto a sua obra tão maltratada e deformada como Malthus, ainda que, em regra, aqueles que a comentam não a tenham lido e aqueles que a lerem apenas conheçam uma ou outra das suas versões. O facto compreende-se, porque Malthus era, essencialmente, um pessimista. Segundo ele, é improvável que o Homem venha a passar por qualquer alteração orgânica que possa contribuir para a melhoria da suanatureza. Portanto, tudo aquilo que prejudicou a espécie humana no passado prejudicá-la-á no futuro. O Homem continuará a ser vítima dos seus próprios impulsos e das suas próprias tendências. E a mais perigosa das tendências é a da propagação da espécie. Porque o Homem, como todas as coisas vivas, tende a aumentar de número mais rapidamente que os alimentos de que pode dispor.

Ao expor a sua teoria, Malthus escreveu: "A população, se não tiver o seu crescimento limitado, elevar-se-á para o dobro em cada 25 anos, ou aumentará segundo uma progressão geométrica". Enquanto isso, a subsistência (a produção de alimentos) "mesmo nas circunstâncias mais favoráveis à indústria humana, não parece possível aumentar mais depressa do que uma razão aritmética". O que, em poucas palavras, correspondia a dizer que, enquanto a população crescia na razão de 1, 2, 4, 8, 16, 32, 64, 128, 256, a produção de alimentos crescerá





na razão de 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, etc. Ao fim de 200 anos, considerando o período básico de 22 anos proposto por Malthus e correspondente a uma geração, a população mundial teria aumentado 256 vezes, enquanto a produção de alimentos apenas teria aumentado 9 vezes.

Malthus afirmava ainda que os governos nada podiam fazer para alterar esse desequilíbrio. “Nenhuma alteração de ordem social pode auxiliar o Homem”, pelo contrário: a pobreza e a doença constituíam métodos “positivos” de limitação do crescimento populacional. Para além deles, havia apenas os métodos “preventivos”: o celibato, o casamento tardio e as “restrições morais”.

Ainda que Malthus considerasse que ambos os métodos não eram suficientes para salvar a Humanidade de catástrofe por ele prevista, não tardou a verificar que os factos desmentiam os cálculos. Até à sua morte, em 1834, alterou e desenvolveu, várias vezes, o seu “Ensaio”. Admitiu que outros factores, além da subsistência, podiam influir no quantitativo da população mundial, mas continuou a defender os seus princípios gerais e a insistir em que nada podia salvar a espécie humana.

Os anos passaram e, se a população do Globo continuou a aumentar, o mesmo aconteceu com a produção de alimentos, antes pelo contrário. No entanto, por volta de 1880, surgiu, na Grã-Bretanha, um grupo cujos componentes se classificaram de “neomalthusianos”. Encabeçados por Annie Besant e Charles Bradlaugh, defendiam as

ideias de Malthus, mas afirmavam que a limitação dos nascimentos retardaria a catástrofe, e, além disso, “melhoraria o estado sanitário das mulheres e das crianças, aumentaria o nível de vida das populações e elevaria as suas normas morais”. Annie Besant e Charles Bradlaugh publicaram um folheto sobre a limitação de nascimentos, a que deram o título de “Os Frutos da Filosofia”. Isso valeu-lhes serem levados a tribunal, sob a acusação de “imoralidade”. Acabaram, no entanto, por ser absolvidos e as suas ideias foram a base do movimento de “Planned Parenthood”, ou seja, do actual planeamento familiar.

Entretanto, para além da moral victoriana e dos preconceitos religiosos outra força surgiu a opor-se a Malthus e aos seus seguidores. A teoria da redenção do homem pela educação, que tantos adeptos tivera na Europa de meados do século XVIII, renasceu. William Godwin afirmaria mesmo: “transformem os homens em sábios, e dessa maneira, torná-los-ão livres... Não haverá guerras, nem crimes, nem mortes, nem administração de justiça tal como a conhecemos, nem governo. Além disso, não haverá doenças, nem angústia, melancolia ou ressentimento”. Fora lançada a semente da filosofia libertária. Mas Marx, um século depois, notou que o malthusianismo, ao negar a possibilidade de prevenção da catástrofe populacional pelo recurso às reformas ou às revoluções sociais, negava também — implicitamente — as suas teorias. Portanto, o “excesso populacional” de Malthus foi definido por Marx como fenómeno tipicamente

capitalista — um “excesso relativo” de mão-de-obra, inexistente numa sociedade socialista. O seu pensamento foi definido muito mais tarde por Ryabushkin, como segue:

“Todos os sistemas sociais têm as suas leis concretas de população... Nas condições existentes no sistema de produção capitalista, uma certa parte da população torna-se sistematicamente supérflua, de uma maneira relativa... Na sociedade socialista, o problema da população excessiva já não existe. Portanto, a teoria malthusiana é completamente errada e incapaz de explicar os factos históricos. Terá ela algum sentido para a política populacional no futuro? Fará algum sentido reduzir a taxa de crescimento populacional, nos países economicamente atrasados, para aumentar, de algum modo, o bem-estar da população no futuro imediato? A nossa resposta a essas perguntas também é negativa. A teoria malthusiana é prejudicial porque distrai a atenção das formas verdadeiramente científicas de melhorar o bem-estar das classes trabalhadoras”.

Acrescente-se que Lenine, antes da revolução russa, se opusera às propostas de “greve dos nascimentos” contra as intoleráveis condições de vida então existentes. Em princípio, essa oposição baseava-se no carácter “derrotista” de tal “greve”. Mas, no fundo, ela representava o respeito pela atitude de Marx em relação às ideias de Malthus. Note-se também que a atitude da China nas conferências organizadas pelas Nações Unidas sobre o problema populacional é exactamente a que foi adoptada por Marx e Lenine, ainda que haja

uma certa tendência para apresentá-la como uma característica algo original da política de Pequim.

O DOGMA E OS FACTOS

No entanto uma coisa é o dogma e outra são os factos. Ao afirmar que um regime socialista podia enfrentar a pressão do crescimento populacional, Marx partiu do princípio de que o esforço pessoal, a organização do trabalho e o saber técnico e científico poderiam resolver o problema da produção de alimentos e bens de consumo, ao contrário do que pressupunha Malthus. E há que confessar que a análise histórica favorecia a sua teoria, desmentindo a do pensador inglês. Mesmo depois da segunda guerra mundial, quando homens como Fairfield Osborn e William Vogt começaram a afirmar que não havia terras aráveis suficientes para sustentar as populações sempre crescentes, outros métodos de produção surgiram.

Lenine, apesar da sua oposição anterior à "greve dos nascimentos", teve de promover a contracepção e o aborto, para reduzir os encargos com as camadas mais jovens (e não produtivas) da população nos primeiros tempos do regime. O resultado dessa política — que deve ser classificada como neomalthusiana — foi tal, que no começo da II guerra mundial, a URSS dispunha de menos 10 milhões de jovens em relação aos que poderia ter, se a taxa de natalidade tivesse continuado a ser igual à de 1920.

Poderá alegar-se que Lenine teve de enfrentar uma situação muito especial, mas a verdade é que o facto de a situação normal — histórica — ser a de equilíbrio entre a produção e a população, não significa que ela se possa manter eternamente. Pelo contrário: o equilíbrio está, pela primeira vez, a quebrar-se. A produção de cereais por exemplo (e esse é um aspecto extremamente importante, que a grande maioria dos analistas e dos políticos desconhece), não está a aumentar, desde 1973, ao mesmo ritmo do aumento da população. É a primeira confirmação da teoria de Malthus e o pior é que ninguém sabe como resolver o problema.

É verdade que se pode aumentar o rendimento das terras, ou tornar fecundas as terras relativamente estérteis,



utilizando adubos especiais, mas está a verificar-se que o aumento da produção exige quantidades cada vez maiores de fertilizantes, para um rendimento cada vez menor. Essa é uma das causas da redução da taxa de crescimento da produção, embora haja outra bem mais importante. A temperatura média ambiente baixou de 1 a 2 graus, no hemisfério Norte, durante os últimos seis anos. Ninguém sabe a causa do fenómeno e as teorias formuladas vão desde a existência de alterações climáticas cíclicas — verdadeiras "mini-eras dos gelos" — cuja existência não se conhecia mas parece ter sido confirmada pelos geólogos, até ao obscurecimento da alta atmosfera pela poluição. Seja como for, o fenómeno é bem real e responsável pela redução do volume das chuvas na Europa, nos Estados Unidos e na África do Norte,

principalmente na região do Sahel, em que a seca originou uma situação de fome endémica, para a qual não foi ainda encontrada qualquer solução, uma vez que a falta de comunicações e o nomadismo da população impedem um auxílio eficiente. É também por isso que, em Portugal, as barragens estão quase vazias, no fim do Inverno e, em França e na Grã-Bretanha (como aliás também em algumas zonas do nosso País), se está perante uma seca que pode tornar-se catastrófica. E, pela mesma razão, a União Soviética está a ver-se perante a necessidade de comprar ao estrangeiro grandes quantidades de cereais: o abaixamento da temperatura impede o amadurecimento dos grãos, além de dificultar o funcionamento das máquinas agrícolas nas regiões mais a Norte.

Considerando, portanto, que a si-

tuação é já malthusiana e não se vislumbra possibilidades de incrementar a produção básica a um ritmo correspondente ao do aumento da população, só dois caminhos parecem possíveis: ou a redução da qualidade da vida ou a imposição de limites para a natalidade. Afinal, os métodos "positivos" e "preventivos" que Malthus preconizou, mas em cuja eficiência nem ele próprio acreditou. E que, de resto, não funcionam como ele previu.

O DIREITO DE TER AUTOMÓVEL

Como se disse, Malthus considerara que a miséria e a doença eram males necessários" e até "convenientes", na medida em que actuavam "positivamente" contra a multiplicação excessiva da espécie. Mas as estatísticas provam que os povos mais pobres são os que mais se multiplicam: a América Latina tinha 63 milhões de habitantes em 1900. Em 1960, 206 milhões e, no ano 2000, deverá ter cerca de 650 milhões. Mesmo considerando a imigração, é um aumento explosivo. E o mesmo acontece na Ásia, que, de 857 milhões, passará para 4250, e na África, que, de 120 milhões atingirá cerca de 700. Em contrapartida, a Europa que (incluindo a Rússia), tinha 423 milhões de habitantes em 1900, terá menos de 1000 milhões no ano 2000. Os povos com nível de vida mais alto têm uma taxa de natalidade menor, o que se explica pelo facto de quererem conservar (ou mesmo melhorar), a todo o custo, esse nível; como diz Daniel Callahan, "o direito de ter um automóvel (sem o qual os seres humanos conseguiram viver durante milhares de anos) atingiu um plano de igualdade com o direito de ter filhos, transmutação essa de valores extremamente notável".

Tal tendência conduz a uma situação já presente, mas de que raros analistas se apercebem. Como o homem pobre ocupa a maior parte do tempo na solução dos seus problemas materiais, o número de pessoas com uma cultura deficiente ou mesmo mínima é cada vez maior, em relação ao número de pessoas com uma cultura mediana ou superior. Mesmo nos países industrializados, a expansão numérica do "lumpen", em relação às outras classes, é um fenómeno óbvio, mas que, em regra, é atribuído a causas que nada têm a ver com a realidade. Uma solução é a que decorre da teoria mar-

xista da população e que está a ser praticada na China, através de um gigantesco esforço educacional. É curioso notar que a promoção social do "lumpen" tem suscitado críticas dos ideólogos soviéticos, que persistem em considerar que só a classe operária (cada vez mais difícil de definir) pode ter um papel concreto na construção do socialismo. Com isso, no fundo, opõem ao conceito da promoção cultural generalizada o da promoção das classes mais aptas. É um procedimento que fica mais próximo de Darwin que de Marx, mas que pode também ser encarado como a resposta lógica a um dilema que põe em causa a própria essência do socialismo.

Fazer o possível e o impossível para que todos os membros de uma sociedade tenham um grau razoável de cultura é, sem dúvida, um objectivo justo. Mas se, para alcançar esse objectivo, for necessário sacrificar os meios de dar aos mais inteligentes e mais aptos a oportunidade de desenvolverem integralmente as suas capacidades e de as colocarem ao serviço dos seus semelhantes, todos serão prejudicados.

Admita-se que no meio está a virtude, que a verdadeira solução é de compromisso e que, portanto, se deve promover simultaneamente a cultura dos mais aptos e a dos menos aptos. Mas, como os recursos são limitados, isso significa que uns e outros serão prejudicados. E sê-lo-ão tanto mais quanto maior for a população, porque, se isso implicar (como em regra implica) uma redução do nível de vida, implicará também uma redução das oportunidades de contacto com a cultura, assim como da qualidade desta. Em vez de um processo de promoção, ter-se-á um processo de degradação.

E PORTUGAL?

Portanto, as soluções "positivas" do problema populacional nada resolvem, sejam elas malthusianas ou socialistas (e, sob este último prisma, libertárias, marxistas ou maofistas). Restam as soluções "preventivas", em relação às quais também é difícil conservar algum optimismo. As vias indicadas por Malthus serviram as sociedades primitivas, mas não tiveram efeitos significativos nos tempos modernos: o celibato é uma relíquia, as relações sexuais iniciam-se muito cedo e não dependem em absoluto do vínculo matrimonial,

enquanto as "restrições morais" têm hoje um significado muito restrito.

Essa a razão porque, somente há três anos, a ideia da imposição legal de restrições à natalidade parecia inadmissível. Afirmava-se que se tratava de "uma ideia intragável para muitos". Mas observa-se já que "As alternativas podem ser muito mais horríveis. A sobrevivência humana exigirá, por certo, programas de limitação populacional". Era, então, muito a medo que se sugeria: "Se leis relativamente não coercivas não forem bastantes para limitar a taxa de natalidade, poderá ser necessário promulgar outras que transformam numa acção ilegal o nascimento de um terceiro filho e que exijam o aborto, nesses casos".

Uma hipótese de pesadelo? Assim se dirá, mas a hipótese de 1973 é a realidade de 1976. O governo indiano, perante a relativa ineficácia do programa de limitação voluntária de nascimentos, está a adoptar medidas coercivas. Os funcionários públicos que tenham mais de três filhos estão agora sujeitos a esterilização obrigatória, sob pena de prisão ou multa e perda de alojamento. Na prática, a medida pode ser aplicada a qualquer pessoa: os tumultos sangrentos havidos em meados de Abril, em Nova Deli, no bairro de Turkman Gate, foram devidos ao facto de os professores das escolas elementares terem comunicado aos pais dos alunos que não lhes passariam o certificado de fim de curso, sem que eles, pais, se submetessem, no prazo de dois dias, à esterilização.

Para a maioria das pessoas, a China é o maior "formigueiro" humano que se pode conceber; no entanto, a China tem uma densidade populacional de apenas 79 habitantes por quilómetro quadrado, enquanto na Índia, tal densidade é mais do que dupla: 165 habitantes por quilómetro quadrado.

Note-se — e esse número parece ser já o último dos limites — que Portugal tem actualmente uma densidade de cerca de 110 habitantes por quilómetro quadrado, recorde-se que o nosso País é extremamente pobre em recursos energéticos e sem a abundância de recursos naturais, e compreender-se-á que o problema populacional é um dos mais angustiantes, se não o mais angustiante que enfrentamos, hoje em dia. Ainda que, pelos vistos, poucas ou nenhuma pessoas tenham consciência dele.

GUSTAVO CUDELL, LDA.

PORTO + LISBOA

Bombas, Conduitas forçadas Estações elevatórias

Possuímos em stock: bombas centrífugas até 450 m³/h; 50.000 metros de conduta forçada, de acoplamento especial - desde 50 mm Ø (2") até 200 mm Ø (8"); motores eléctricos e diesel até 100 CV; bombas para poços profundos; viaturas-cisternas para aspiração, transporte e espalhamento de produtos de esgoto ou resíduos industriais.

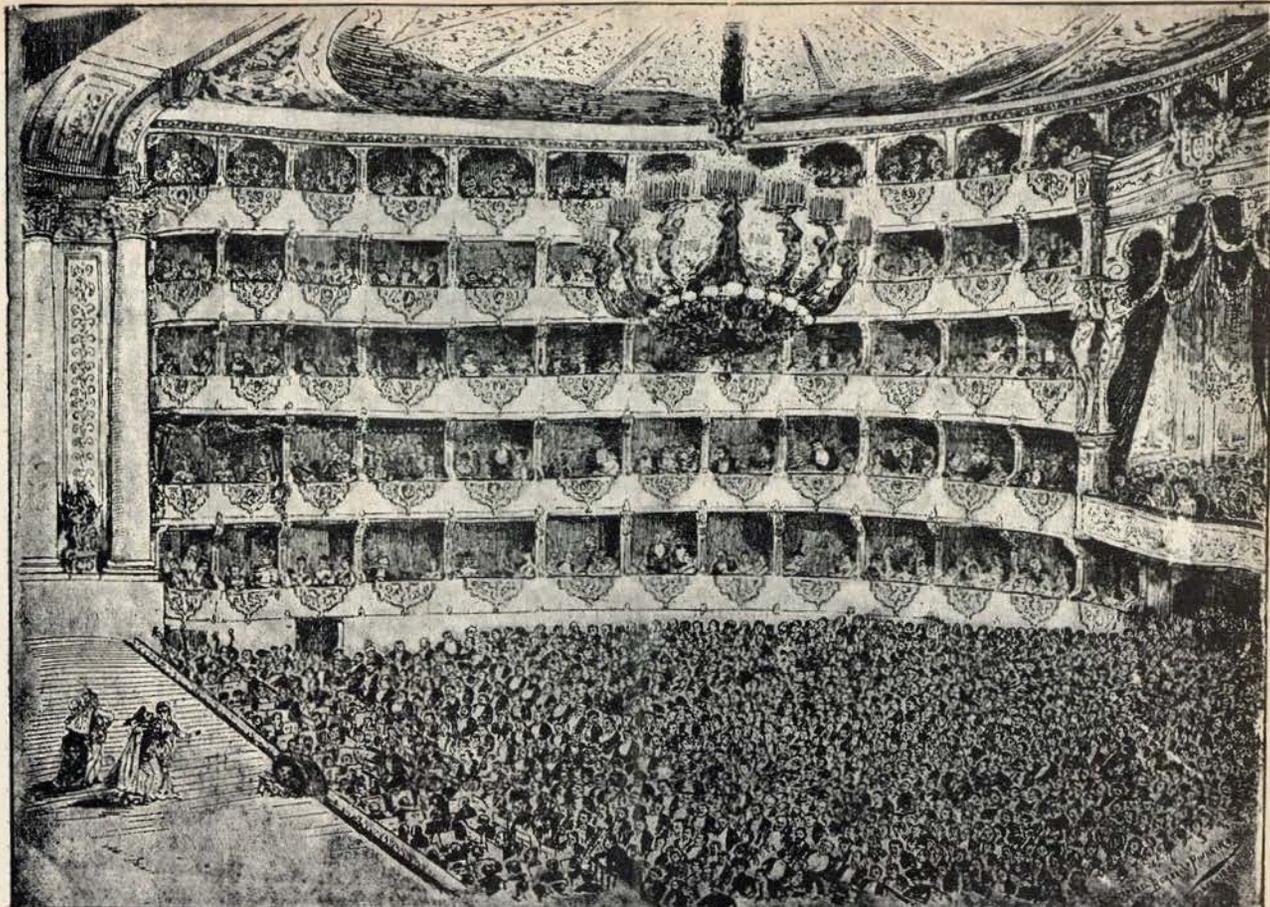
Algumas instalações por nós projectadas e executadas:

- **Soc. Central de Cervejas, Vialonga:** 2 electro-bombas, cada de 100 CV - 250 m³/h; 1 grupo de 20 CV - 35 m³/h; desnível geod.: 52 m; conduta forçada de 400 mm Ø;
 - **Complexo de Sines:** 1 grupo diesel de 90 CV; cerca de 3.000 metros de conduta de aço de 6" Ø.
 - **Roncanito (Guadiana):** 2 grupos electro-bomba, cada 220 CV - cerca de 250 m³/h; conduta de 250 mm Ø; 130 m.a.m.;
 - **Sagrepe (Elvas):** 7 grupos diesel, de potência total de cerca de 750 CV; cerca de 6.000 metros de conduta de 5 a 8" Ø;
 - **Viv. Monte Branco (Elvas):** 2 grupos diesel, total 200 CV;
 - **Torralta:** 4 grupos diesel, total 410 CV e respectivas condutas;
 - **Mais de 50 instalações** para trasfega de produtos de esgotos ou resíduos industriais, para Serviços Municipais e diversas indústrias.
- etc.



Estação elevatória por nós projectada e executada, para abastecimento de água da S. C. C., Vialonga

LISBOA-5 — Avenida do Brasil, 88 A-B
P O R T O — Rua do Bolhão, 157 - 133
(Delegações em Beja e Elvas)



Teatro de S. Carlos

S. Carlos, em 1883, durante uma r cita de gala (Desenho de Raphael Bordallo Pinheiro)

DE "DOIS BOCHECHOS" A UM "NOVO FIGURINO"

Teatro real de ilustres tradi es, "assembleia" das mais movimentadas, dois séculos de arte e política passaram sob as velhas, belíssimas paredes de S. Carlos.

João Pais, seu actual director, conta dos problemas e dificuldades daquela casa. Do novo tipo de programa o, também.

Foi em 1735 que, por ordem do rei D. José, se construiu, em Lisboa, o grande teatro régio dos Paços da Ribeira, sucedendo aos antigos "patios de comédias". Muito antes, contudo, ouvira-se  pera em Portugal, importada de Itália, segundo alguns, no ano de 1578, segundo outros, apenas em 1720, no teatro da Ribeira, festejando o aniversário do rei D. João V. Fontes

mais dignas de crédito, porém, remontam a 1735 a primeira representa o de  pera pública, dada por uma companhia procedente de Madrid, num teatro fronteiro ao Convento da Trindade.

Mais tarde, construíram-se os teatros reais de Salvaterra, da Ajuda e Queluz, os da Rua dos Condes, do Salitre e o teatro do Bairro Alto,

hom nimo do que, em 1812, se viria a construir perto de São Roque. E em todos eles se cantou  pera.

No tempo do marqu  de Pombal, fixaram-se os preços da  pera italiana — 16 e 32 tostões os camarotes, e 1 pinto (480 réis) a plateia superior — e com estes se inaugurou, em 1793, o Teatro de São Carlos, assim denominado em honra da princesa D. Carlota Joaquina, mulher do regente D. João. Em 30 de Junho, subia   cena, como espectáculo inaugural, a  pera "La Ballerina amante", de Cimarosa.

Desde então, muitas vicissitudes, empresários, ingerências e compras pelo Estado, circunstâncias políticas, as mais diversas passaram por São Ca- >

Teatro de S. Carlos

ros: festejos de assinaturas de tratados (o de Badajoz, por iniciativa de Pina Manique, entre outros), o empresariado de Junot, o anúncio do regresso de D. João VI, a manifestação a Saldanha, no seu regresso do exílio, a entrega das medalhas de ouro a Capello e Ivens, récitas, festejando casamentos reais, o restabelecimento das relações diplomáticas com o Brasil, em 1895. Em S. Carlos se aclamaram os companheiros de Mouzinho em África e se tocou a "première" do hino da Carta Constitucional.

À parte os sucessos políticos — explicáveis, de resto, num teatro que foi quase repartição do Estado — por lá passaram os maiores artistas de todo o mundo, da música, do belo canto, do bailado — de Rubinstein a Saint-Saens, Paderewsky, Coralli, Alicia Markova, Maria Callas, Nureiyev, Gigli.

A São Carlos se chamou, muitos anos atrás, "teatro de luxo, ponto de reunião quase oficial, onde é vergonha não ir quando se tem um nome ilustre".

A São Carlos se referiu, ainda há bem pouco tempo, a Imprensa diária, acusando-o de não ter sido atingido pelo 25 de Abril.

Sobre esta casa, tão rica em tradições — como em beleza — sobre os seus problemas actuais, perspectivas para o futuro, ouvimos quem é, neste momento, mais responsável ali dentro — o director, João Pais.

O "BALLET" NA PRATELEIRA

V.M. — Era tradicional na programação do Teatro Nacional de S. Carlos, até ao 25 de Abril, a apresentação de uma temporada de ópera, à qual se seguia uma outra, de "ballet". Após aquela data, e com excepção da companhia cubana de Alicia Alonso, alguns, poucos, espectáculos de ópera outros tantos concertos, preencheram integralmente a programação desta casa de espectáculos. Ainda este ano, os "baletómanos" ficaram, uma vez mais, desiludidos. Porquê tal ausência?

J.P. — A resposta é simples: por falta de verba. Este é o motivo principal. Não o único, em todo o caso. Após o 25 de Abril, por outro

lado, reformou-se basicamente a distribuição dos espectáculos: em lugar das épocas tradicionais, de "dois bochechos" de ópera e bailado, foi criado um novo figurino, incluindo ópera, música e bailado.

Naturalmente que, para programar nestes novos moldes, surgiram dificuldades de variadíssima ordem. Entre elas, a necessidade, que não pôde perfer-se, da antecedência no estabelecimento de contactos e contatos, a qual é particularmente grave no caso das companhias de bailado, que necessitam de dois e três anos de antecipaço.

O meu antecessor, João de Freitas Branco, teve, por razões essencialmente económicas, de fazer grandes restrições aos planos estabelecidos. Talvez por se tratar de um espectáculo estrangeiro — e muito caro — foi o "ballet" o preterido. E, por ora, continua "na prateleira".

Em contrapartida, houve a possibilidade de trazer, em condições excepcionalmente vantajosas, uma grande companhia completa de ópera — cantores, coros, orquestra e corpo de baile — que, naturalmente, preencheu o espaço e a verba normalmente dedicados ao bailado. Foi o grande teatro de ópera de Varsóvia.

V.M. — Falou-nos em novo figurino. Em que consiste, basicamente, a nova programação?

J.P. — Aquilo que, em princípio, planeámos consiste na ininterrupta realização de espectáculos, do princípio ao fim do ano, divididos, para efeito de facilidade de bilheteira, em duas temporadas a que chamámos "de Inverno" e "de Primavera", incluindo mostras de ópera e concertos ou recitais.

Este ano, conseguimos que as duas épocas fossem substancialmente diferentes, o que, a meu ver, muito lhes acresceu o interesse: a primeira temporada, de Inverno, aproximou-se bastante da antiga programação. Apelinada de "Homenagem a Verdi e Wagner", permitiu a apresentação de grandes nomes da ópera estrangeira, os quais actuaram em conjunto com os melhores cantores nacionais, em realizações de alto nível.

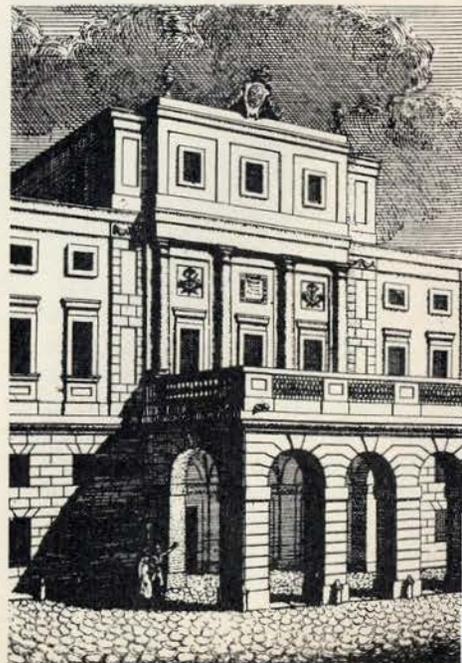
A temporada de Primavera — prestes

a terminar — incluiu uma maior variedade de espectáculos: concertos corais e sinfónicos, recitais e ópera, esta última dividida em duas séries. A companhia polaca preencheu a primeira, sendo a segunda integrada por artistas portugueses, artistas da companhia residente no Teatro S. Carlos, na sua quase totalidade. Será este o elenco que, dirigido pelo maestro Álvaro Cassuto, encerrará, no próximo dia 29, a temporada, com um espectáculo que eu considero uma pequena obra-prima, e que é estreia absoluta em Portugal: as "Raridades do Teatro de Mozart", que incluem "Thamos, Rei do Egipto" e "O Empresário".

Durante o Verão, trabalharemos no que será a terceira temporada, a de Outono, exclusivamente destinada a "tournées", na província e no estrangeiro, este ano apenas Espanha. Aliás, ainda durante o corrente mês, deslocar-nos-emos a esse país, assim como ao Alentejo, com a ópera portuguesa "Spinalba", de Francisco António de Almeida.

Depois do Verão, outras serão as províncias portuguesas a visitar, de acordo com as facilidades conseguidas junto das câmaras municipais e as condições encontradas nas salas de espectáculos.

A fachada principal do Teatro S. Carlos. Gravura do século XVIII



PERNAS PARA ANDAR

V.M. — Como reagiu o público, juiz imprescindível, ao novo tipo de programação?

J.P. — A uma programação definitiva só pode chegar-se através de experiências sucessivas, onde o público tem sempre, efectivamente, uma palavra a dizer. E disse-o de forma entusiástica, desta vez.

A temporada de Inverno foi acolhida de forma espantosa. Verdi, a tetralogia wagneriana, foram saudadas entusiasticamente por um público que pensava que o S. Carlos já não tinha pernas para andar. Basta dizer que os bilhetes para todos os espectáculos se esgotaram no próprio dia em que foram postos à venda! E creio que, se a mesma programação se mantivesse por mais um ou dois meses, outro tanto teria sucedido.

A segunda temporada foi muito diferente da primeira: mais modesta, mais variada. Nela, a procura de bilhetes foi muito diversificada. Sem tanto entusiasmo quanto aos autores modernos, os espectáculos de ópera quase voltaram a esgotar. Os concertos corais sinfónicos obtiveram cerca de três quartos da casa, enquanto os recitais de canto e piano — encheram 50 por cento da sala.

De resto, esta é a média normal do público da cidade, o qual, excepção feita aos festivais, se acomoda, geralmente com a dimensão da sala em que o espectáculo se realiza: a ópera em salas que admitem 1500 a 3000 espectadores, o recital e o concerto em salas normalmente de menor capacidade.

Regra geral, um bom espectáculo de ópera está sempre vendido na totalidade. O recital, mesmo apresentando grandes solistas, tem um público mais escolhido, mais reduzido.

V.M. — Falou de Companhia do S. Carlos. Pode considerar-se, desde já, com características de companhia o núcleo de artistas radicados neste teatro?

J.P. — A Companhia do S. Carlos é, neste momento, uma realidade. Antes do 25 de Abril, este teatro era, principalmente, uma entidade contratante e organizadora de espectáculos.



João Pais: "A Companhia do Teatro de S. Carlos é, neste momento, uma realidade"

Hoje, para além dessa actividade, temos uma companhia constituída por orquestra, corpo coral, solistas, maestros e técnicos de teatro, num total de cerca de 200 artistas.

Trinta mil dos 50 mil contos — sensivelmente metade do que tínhamos, há 3 anos — que o S. Carlos dispõe como verba anual são despendidos com estes artistas residentes. Com eles poderemos, finalmente, levar os espectáculos para fora desta sala — à província, ao estrangeiro, contratados ou em relações de intercâmbio artístico.

V.M. — Até 1973, segundo cremos, funcionou aqui no S. Carlos uma escola de bailado, onde se ministravam cursos de aperfeiçoamento (numa primeira fase, também de iniciação), que chegou mesmo a dar origem a uma companhia, a Companhia Portuguesa de Bailado. Porque se extinguiu o Centro de Estudos de Bailado, que foi, além do Conservatório Nacional, a única escola oficial de formação de profissionais de bailado?

J.P. — A extinção do Centro de Bailado é muito anterior ao início das minhas funções, razão por que desconheço o que a motivou. No entanto, creio que terá sido por razões ligadas com a reestruturação do ensino. Penso, contudo, que no teatro não deve funcionar uma escola, antes o bailarino deve ingressar nele completamente formado. O resto será, apenas, trabalho de agrupamento, de criação de um estilo de companhia e formação de um repertório.

Neste teatro está prevista, aliás, a formação de uma companhia de bailado a integrar na companhia residente e existe a noção de que essa companhia é necessária, mesmo indispensável. Simplesmente, são necessá-

rios instrumentos para isso. É preciso apoio. O bailado não pode, nem deve, continuar a ser um parente pobre na família da expressão artística, antes terá de ser encarado com o mesmo nível e dignidade que cabe às outras artes. E, para isso, é necessário dispor de uma verba considerável, neste momento inacessível. A falta de verba é, uma vez mais, o óbice.

CRÍTICAS "MAL INFORMADAS"

V.M. — Muito se tem especulado sobre a dissolução da Companhia Portuguesa de Ópera, a funcionar no Teatro da Trindade, e não poucas severas críticas têm recaído sobre o TNSC quanto à diminuta atenção que terá prestado ao grupo de artistas líricos portugueses, lançados no desemprego. Parecem-lhe justas, ou com algum fundamento, tais apreciações?

J.P. — Na verdade não são de forma alguma de justiça. Porque foi preocupação deste teatro, desde a primeira hora, considerar, caso a caso, os problemas dos artistas que ali tinham garantido o seu salário, ao longo de todo o ano. Julgo, de resto, que somos a única entidade, com uma excepção no teatro declamado, que lhes dá trabalho.

Do elenco da companhia de ópera faziam parte doze cantores. Seis deles, a nata do nosso belo canto, transitaram, por mérito próprio, para a nossa companhia, como solistas. Outros, integrámo-los em categorias, de acordo com as suas capacidades. Outros, ainda, estudantes que eram, concluem, neste momento, os seus cursos, no estrangeiro. Existem, apenas, dois casos, entre estes artistas, fora da nossa "alçada": um deles reformou-se e o outro trabalha no teatro declamado.

Se não foram mal-intencionadas, foram, pelo menos, mal informadas as críticas de que fomos alvo.

No Teatro Nacional de S. Carlos já não se festejam tratados. Não se restabelecem relações diplomáticas. Não se entregam condecorações. A arte, essa tem que continuar. Para ser servida. Com dignidade. Com humildade. Com dedicação.

● Manuela de Sousa Rama

DIÁLOGO FECHADO

Nestes tempos políticos que correm, os diálogos, as entrevistas, os "painéis" revestem-se, por vezes, de um interesse invulgar.

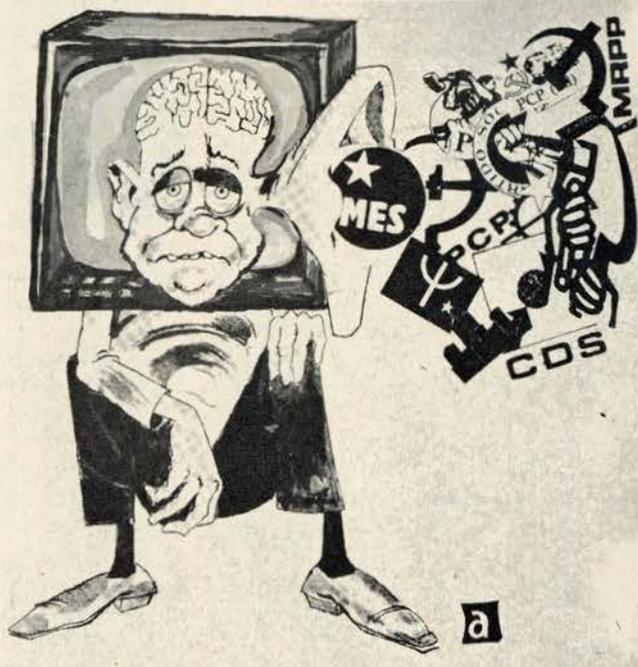
Assim, as novas rubricas que agora ocupam a Imprensa escrita e falada são importantes do ponto de vista informativo e, tantas vezes também, decisivas de uma tomada de posição, face a um qualquer candidato, ou, até, capazes de influenciar definitivamente a opinião pública sobre o personagem entrevistado.

É nesta última perspectiva que focamos, hoje, os passos mais importantes de uma entrevista que, em exclusivo, conseguimos trazer à luz do dia, melhor dizendo, à luz das letras impressas, pois o seu verdadeiro destino era a gaveta, como nos velhos tempos...

E era esse o seu destino porque, logicamente, como vão ver, o "diálogo aberto" entre entrevistador e entrevistado foi por de mais fechado e deprimente para o primeiro, razão essa, quanto a nós, a verdadeira para o suspender das entrevistas há tão pouco iniciadas na TV. Senão vejamos:

Tinha o brilhante entrevistador, Portaló Fi(a)lho, na sequência de diálogos que embeveceram a sua "larga" assistência, convocado para uma entrevista um desconhecido do grande público e das lides políticas, que o entrevistador queria apresentar como o indivíduo anónimo, o grande espectador e actor desta cena política que vivemos, enfim, o "Zé Povinho" de Bordalo em adaptação 76, que, no decorrer da entrevista, mostraria aos espectadores a verdadeira face da Revolução.

Mas, na sua selecção, ou, melhor, na sorte que lhe calhou ao pretender um entrevistado da massa média



deste país, saiu-lhe um em adiantado estado de surdez, pois, à de nascença, veio juntar-se a surdez política necessária para aguentar todo este processo. Além disso, dado os múltiplos afazeres do entrevistador e a sagacidade do entrevistado — dar sempre resposta mesmo sem entender a pergunta — aquele não se apercebeu desta faceta do seu novo "cliente", senão após o diálogo.

Daf resultar o que a seguir transcrevemos:

P. F. — Temos, pois, perante nós o português médio, aquele para quem e com quem a Revolução tem de ser feita. Perguntamos, em primeiro lugar, ao Sr. Fulano de Tal, o que pensa do 25 de Abril?

F. T. — (partindo do princípio de que a primeira pergunta seria obviamente sobre o 25 de Abril, respondeu): Estava eu na horta, a regar os feijões, quando veio a mulher com o transístor a dizer que o Caetano tinha caído. Não me admirei, pois como o sr. Salazar também tinha caído e tudo tinha ficado na mesma, continuei a rega. Pelos vistos não me enganava, pois isto está tudo na mesma...

P. F. (sorrindo): — Está na mesma? Então a liberdade, as nacionalizações, a reforma agrária? ...

F. T. — Como eu ia dizendo, tudo na mesma.

P. F. — Então, as várias conquistas revolucionárias? O rumo ao socialismo que diariamente se processa...

F. T. — Completamente de acordo. Só promessas!

P. F. (tentando manter-se calmo, graceja) — O Sr. F. T. está a brincar, ou não vê, e então devia era usar óculos.

F. T. — O do monóculo, desde que meteu o Gonçalves no Governo, nunca mais o ouvimos.

P. F. (rápido, mudando de assunto) — Olhe, como estamos de semente de batata?

F. T. — Sim senhora, à batatada é que isto devia ir. Agora com falinhas mansas...

P. F. — Não, eu pergunto pelas colheitas...

F. T. — Ah, o Dr. Freitas, é mesmo o que se chama um homem. E o senhor a querer enrolá-lo. Mas olhe que comigo também não consegue nada.

P. F. (desapertando o nó da gravata) — O que me diz ao crédito agrícola? Não lhe "tocou" nada?

F. T. — Olhe, ó sôr doutor. Isso do camarada é cá comigo? Olhe que arreiou aqui mesmo uma bronca...

P. F. (a medo, cordial, quase humilde) — Eu não lhe chamei isso, homem! Procurei foi pelo crédito.

F. T. — Olhe que eu de prédios também não percebo nada, além dumas casitas lá na terra, que eram minhas e agora nem o cheiro... Tantos anos a juntar o "meu", a trabalhar...

P. F. — Isso mesmo. O trabalho...

F. T. — Ah, o Ramalho. Esse é fixe. Vai pôr isto tudo a andar. É cá uma fezada...

P. F. — Mas já lá vamos. Falemos das legislativas, primeiro...

F. T. — Não me venha cá com o Pinheiro. A mim não me engana. Sim senhor, um homem que fez cá falta. Que meteu muita coisa direita, isto é, em pé. Nunca me esquecerei dele.

P. F. (irrequieto) — Homem, vamos lá a ver... (rebuscando os bolsos, como se lá estivesse o esquema ou a ordem das perguntas) Oiça, não me dê conversa, dê-me um facto!

F. T. — O Pato! O sôr Portaló, olhe que eu desgraço-o...

P. F. — Senhor Fulano, eu não disse tal! Acalme-se. Mas, de qualquer maneira, caiu como sopa no mel!"

F. T. — O Otelo? Tou tramado. Agora dá-me com a psiquiatria. Então o que tenho eu e o povo a ver com estas demagogias (sim, que eu sei o que é isso!)

P. F. (despindo o casaco...) — Olhe, só uma coisa. Eu queria que me falasse do que para si significa a eleição do Presidente da República. Sem dúvida uma mudança de ares...

F. T. — Quais poderes populares, qual nada. A gente quer é trabalhar e ter paz. Não estamos para andar af a ver reuniões nas horas de serviço, a tomarem posições em nosso nome...

P. F. (arregaçando uma manga da camisa) — Eu disse ares, mudança de ares.

F. T. — Ah, Mário Soares. Esse já me convenceu, mas agora não sei...

P. F. (disfarçando mal a irritação, solta uma gargalhada) — Então, a maioria de esquerda? O senhor não votou, não foi lá pôr o papelinho?

F. T. — Estamos de acordo. O povo ainda tem sentido de humor: isto é um autêntico papelinho.

P. F. (pede um copo de água, faz sinal com a mão ao operador de câmara e tenta a saída triunfal, disfarçando mal a derrota e o suor na fronte) — Mas olhe que agora não pode negar que está melhor. Eu, que sou esclarecido, digo-lhe que para si só serve o socialismo. É o que se vê!

F. T. — O PC? É só passarem à minha porta! Garanto-lhe que nenhum escapa. E o senhor, hoje, escapou porque eu prometi à mulher que não me irritava. E, afinal, as suas perguntas não foram tão matreiras como se diz...

P. F. (ombros caídos, retrato do verdadeiro derrotado) — Obrigado, sr. F. T., confesso que isto foi um jogo de sorte como a roleta, ou o "par ou nunes".

F. T. — O Melo Antunes? O senhor atreve-se? O sr. goza-me? Então eu não lhe disse? ...

A câmara cortou. E Portaló fugiu para só parar em casa com um bom úsque, enquanto F. T., a esse, ninguém mais conseguiu calar!

OTO RINO



LIVRARIA «O SECULO»

ÚLTIMAS NOVIDADES LITERARIAS

REVISTAS NACIONAIS E ESTRANGEIRAS

VISITE A NOSSA SECÇÃO INFANTIL E JUVENIL

SERVIÇO RÁPIDO DE ENCOMENDAS

EXECUTAM-SE FOTOCOPIAS

A LIVRARIA ENCONTRA-SE ABERTA DAS 9 ÀS 20 HORAS

RECEPÇÃO DE ANÚNCIOS

ROSSIO, N.º 23

UM HOMEM APANHADO NA TEIA DO "MARKETING"

● "O Uso e o Abuso", de Armando Silva Carvalho. Edições Afronite/Fernando Ribeiro de Mello. 157 páginas.

"Posso ver-lhe no rosto, já a contorcer-se, a desviar-se para os tais planos do instinto, podia ver-lhe o gozo antecipado pelo diálogo sobreposto: você, dum lado, senhor doutor, do outro; esse diálogo todo salpicado de reminiscências de criança, salpicos que vinham dum diálogo muito mais complexo, mudo, definitivamente irreversível e agora presente."

"Águas Menores" é a primeira narrativa, com 98 páginas, deste livro, seguindo-se-lhe "Os Cegos", "A Boca Branca" e "A Morte É Um Produto Natural".

Como roteiro turístico de "Águas Menores", invoca o autor, entre outros, Camilo, Eugénio de Andrade, Nietzsche, Jorge Luís Borges e Manuel da Fonseca.

Armando Silva Carvalho ergue dialecticamente as suas narrativas, fazendo delas o espelho claro das suas opções. O seu diálogo delimita a luta travada entre ele e os outros, entre ele e ele.

Serve-o nestes propósitos, no mapa caligráfico de quem atravessou a vida olhando para cima, onde está alguém, amante, patrão ou senhora, como de quem sempre terá sentido igualmente a sutura dos que se afastam para lá dos cânones, ou que por isso mesmo são postos à margem, exautorados, colocados à sinistra de um deus pessoal — uma linguagem exuberante e precisa, cruel e castradora.

O fio sempre presente dos seus relatos é o separador contínuo da

ortodoxia que interpreta dialecticamente a vida em termos de luta, a costura que permanentemente separa o forro do tecido. Assim cosida, torna-se a vida em obra de costura, de alta costura neste caso, desenhando sempre um modelo que visa cobrir o homem e muito mais em função das suas contradições sociais, de um acesso ao que não se explicita, ou não é explicitável, mas apenas laicamente materializável em termos de ideal, que é aquilo com que certas pessoas gostam de exprimir o que combatem com as balas-rebuçados dos combatidos.

Seguindo pois linearmente o carreiro da vida que interrompe o minguado regato do pobre campo, tecendo com nitidez a cercadura narcisista do homossexual-possidente-culto-decadente encharcado num suicídio de banheira de sangue, esculpida essa homossexualidade num mármore hefenístico, enquanto o espelho é empunhado pela mão do homem que procura nas raízes infantilidades, bruxarias e invocações estilo arsénico e rendas velhas, fica-se o herói realista de Silva Carvalho encostado à balaustrada da história — e este tipo de história binomial é sempre de H grande por merecer apenas letra pequena — escarafunchando permanentemente na visão bilateral da vida em tudo semelhante a essa dualidade nasal, atavismo biológico de onde se retiram confrontos passados a papel químico.

Em "A MORTE É UM PRODUTO NATURAL" não rejeita o autor o drama corrosivo e dilacerante do homem apanhado na teia capilar do marketing, aglutinado num esparregado material que o confunde em marionette habilmente manipulada pelas falanges obscenas do monstro construído pela Arábia Saudita e a América". Fica-nos dessa visão a

Distância Liberto Cruz Poema

p&r
perspectivas & realidades

amputação da outra realidade, a do marketing da ideologia, servido nas terrinas fumegantes da imprensa do Estado, da televisão do Estado, do sindicato do Estado, do teatro do Estado, que fazem do pobre zé-ninguém daquelas bandas um ser também lamentável e ainda mais lamentável, a quem nunca é concedida a sua catarse lamentosa, fora dos muros correctos das clínicas psiquiátricas.

Esta camuflagem pertinente dos muros isoladores dos cidadãos mal-comportados, esta espuma de "nylon" com que se forram as paredes por dentro e por fora, sujeitos como estão aqueles que nas ruas andam à sua liberdade condicionada, faz parte da verdade de um fato imensamente reproduzido e que, se nas formas da linguagem, na exuberância do estilo, na riqueza e rigor do vocábulo, se torna admirável, logo se transmuda em pesadelo pela generalização, pela moldagem, pela reprodução do homem que acaso se pretende mecanicamente parir.

Não deixa de ter piada que Armando Silva Carvalho se permita dizer, implicitamente, de Vergílio Ferreira: "É preciso atravessar a literatura da menopausa.

"Os existenciais constroem muros brancos, nítidos, nulos, depois de verem um dia Monica Vitti aos soluços junto à cal e ao inferno roxo do compadre italiano."

Parece tornar-se pois intolerável o cântico de libertação de Vergílio Ferreira, a martelada que faz soar a quebra das algemas ao invés do

martelo que crava a grilheta, o encontro com o homem, ao contrário da "ferra", da estigmatização do homem.

Tornar-se-ia fácil, no engendrar do lugar-comum, repetir da visão maniqueísta da vida, simetrizada pelo ponto de fuga comum aos dois olhos e à linha do horizonte, a irremediabilidade do homem generativamente curvado sobre si, feto boiante de um mar amniótico opaco, ligado pelo umbigo à grande mãe de um Superstado.

A sombra de Camilo que ASC invoca é-lhe, entretanto, tutelar. O corpo dissecado é português, são portuguesas as fezes que trespassam a obra: a pelagra que lhe alastra num rosto alimentado de milho e fome, o vermelho brunido de uma cara que cozeu as rugas com vinho, o olhar pisco do homem pequeno que encontra à sua frente outro homem pequeno, num pequeno campo; a paixão contida no punho homicida que se cerra, o erotismo frustrado no passeio inesquecível que intercala a viagem de comboio do primeiro texto.

Obra perfeita, é-nos servida em termos gráficos excelentes, como tudo o que oferece Ribeiro de Mello, aqui tão bem coadjuvado por Henrique Manuel (autor da capa).

● Jorge Guimarães

UM IMENSO ADEUS

● "DISTÂNCIA", de Liberto Cruz, edição "Perspectivas e Realidades"

Sintomaticamente, Liberto Cruz acabou de escrever este poema cinco dias antes de eclodir o 25 de Abril de 1974. Nele, o exílio voluntário do autor surge portuguesamente repassado de saudade e adivinha uma certa manhã a surgir. Poema de distância, de quem, desde 1967, vive em terras de França e é hoje Conselheiro Cultural da Embaixada de Portugal em Paris.

A Editora Perspectivas e Realidades editou o mais belo poema de Liberto Cruz, sem dúvida. Maturidade, rigor de palavra, movimento de imagens, são as tónicas evidentes de um poema que também tem muito de discreto, de pensado, de recolhido. "Distância" é um bem medido hausto de sete pequenos tempos. Tempos em que Pátria e exílio se misturam e a memória campeia, à solta, o pensamento. Portugal é a inesgotável musa, a bem amada de olhos de bruma e inacessível. As praias

são as suas ancas, sensualmente evocadas; o mar, o sémen que a banha e metástase de um desejo longínquo. Balcante adormecida com um corpo luxuriante mas por habitar. E, de longe, os amantes acenam-lhe, esperando, um dia, o seu despertar.

Liberto Cruz dá o melhor do seu amor por esta Pátria que abandonou e agora só visita de quando em vez. É um imenso e entrecortado adeus que lança através deste poema, com a certeza de não mais viver o seu dia-a-dia na terra sua. Deixa para trás o seu berço com amargura e a renúncia de não se readaptar a este quotidiano (conquanto libertado) e às suas gentes (ainda a libertar, por dentro).

As nuvens memoriais de Liberto Cruz, trouxeram-nos de si esta "Distância", em forma de poema. Outras se lhe seguirão, decerto, sob as várias formas que tem o rosto de um ausente e esporádico visitante da sua própria casa.

Desencantado desterrado de vontade e destino, fere-se a carne do poeta onde "sôfrega a memória brilha."

● D. G.

OS DEZ MAIS

Os dez livros mais vendidos em Portugal, na última semana. Esta rubrica, isenta de qualquer intuito publicitário, é elaborada com base em informações prestadas pelas principais livrarias de Lisboa e Porto. (Entre parêntesis, as classificações da semana passada).

Título	Autor	Editor	Preço
1 (1) Moçambique, Terra Queimada	Jorge Jardim	Intervenção	200\$00
2 (2) 26 anos na União Soviética	Chico da Cuf	Afrodite	130\$00
3 (7) Constituição Política	----	Imprensa Nacional	20\$00
4 (3) A Tentação Totalitária	Jean-François Revel	Bertrand	125\$00
5 (4) Portugal Depois de Abril	Avelino Rodrigues e outros	António dos Reis	100\$00
6 (—) A Burla do 28 de Setembro	António Maria Pereira	Bertrand	150\$00
7 (5) Portugal, que Revolução	Mário Soares	Perspectivas e Realidades	120\$00
8 (—) A Revolução Sexual	Wilhelm Reich	Centro do Livro Brasileiro	120\$00
9 (—) Princípios e Fundamentos da Filosofia	Politzer	Centro do Livro Brasileiro	140\$00
10 (—) Trópico de Câncer	Henry Miller	Livros do Brasil	140\$00

FEIRA: O RITUAL DE SEMPRE

Todos os anos, pelo fim da Primavera, o livro corta o passo ao homem da rua. Interpõe-se à sua circulação cidadina, sugerindo-lhe uma pausa de meditação e de respiração entre um destino e o outro.

O livro ganha a avenida e, no instantâneo que vai de um pé para o outro, detém a pressa abstracta de quem passa com uma proposta concreta que não passa.

É o livro que, saindo da livraria, vem para o ar livre falar com o povo, encontrá-lo por acaso, como um amigo que se depara numa esquina e com quem, saborosamente, cavaqueamos alguns minutos. Mas um amigo que nos vai dizer coisas novas e talvez, porventura, alterar o percurso que seguíamos. Quem sabe?

Mais do que funcional é este o estigma sentimental da Feira do Livro. O lugar de encontro com a cultura que surge nisto, como uma hipérbole, nas horas cruas da nossa realidade. A Humanidade em forma de livro que suspende o imediatismo das nossas vidas e nos convida ao enlevo e ao sonho, como se um anjo se interpusesse, sadio, ao comezinho das nossas preocupações e nos arrebatasse, num golpe de sorte breve, até ao país das ilusões. Assim mesmo, em pleno sol, no meio da rua, no cerne dos problemas.

Lembro o meu tempo de adolescente em que todos os tostões que

amealhava se reservavam para um único fim anual: a Feira do Livro. Abdicava de tudo, cigarros, refrescos, paródias, mulheres, para concentrar o fruto das minhas economias num sonho, o Livro. E celebrar o Livro na sua festa maior. A Feira. Ir ao seu encontro no meio da sua liberdade, a rua. E imiscuir-me com ele, entre atmosferas de sol, poeira e mai-los cinco sentidos.

E, no meio disto tudo, o mistério envolvente de capas, milhões de palavras comprimidas, ideias imprevisíveis em quadriláteros de papel. E, no fim disto tudo, o desconhecido revelado página a página. O orgasmo do conhecimento estabelecido no corpo-a-corpo de olhos e escrita.

Era assim e ainda o ritual de acompanhar meu pai, todos os fins-de-semana, ordenado fresco no bolso, feira abaixo, feira acima, esbulhando títulos e autores, comprando impacientemente os que a gula impunha ler e, por fim, de pernas doridas e regozijo de espírito, regressar a casa com o apetite aguçado pelas prometidas leituras nocturnas que os braços sobraçavam.

Passam-se os tempos, mas a vontade fica. Com outra disposição mas o mesmo estímulo. A Feira é sempre a Feira. O Livro mantém-se, quaisquer que sejam os ventos que soprem. As motivações circunstanciais podem diferir, mas o movimento interior que

impulsiona o homem repete-se, cumpre-se. O sonho é a meta, as paixões o veículo.

É tempo de Feira do Livro. Disponíveis, passeemo-la, com o ar prazenteiro de quem vê. É bom ver, com o propósito de registar com palavras o que fala de livros e do seu tempo de desfilar na rua de toda a gente.

Paro defronte da editora cujo "stand" é o mais antigo de presenças neste certame. Será que o livreiro é também o mais idoso de quantos há tantas feiras aqui vêm vender livros? Que importa? E que interessa perguntar-lhe quantos escritores conheceu, quantos exemplares de determinado "best-seller" vendeu, quanta coisa lhe passou pela sua experiência livresca? Se é a qualidade pressentida daquele homem que devotou uma vida à causa de difundir o livro que está em causa. Causa que redundou num misto que cansaço e amor, de renúncia e expectativa, de crença profissional ou de pretexto de sobrevivência. Nesse "stand" e nesse homem, somos livres de, em silêncio, e por via de imaginação, ver o que satisfaz a curiosidade contemplativa e obter todas as respostas da nossa generosidade íntima e criativa.

Depois observo os velhos que deambulam ou se sentam nos bancos e olham os livros e os compradores em trânsito com a indiferença resignada de quem já nada tem a apreender.

Depois ainda os arroubos dos pares enlaçados que sonham títulos, "stand" aqui, "stand" acolá, quase sempre esquivos a adquirir seja o que for,



"Política", a palavra de ordem maior para a Feira-75. Em todo o espaço deixado livre (ou quase) por dois pavilhões oficiais de venda, logo surgiu a presença dos partidos, frentes ou movimentos — grandes (des)animadores da vida colectiva deste país, nos últimos dois anos



UMA QUESTÃO DE MILÍMETROS

A questão de ser ou não rendível a exploração comercial dos filmes de 16 milímetros em Portugal vem desde os tempos heróicos do nosso cinema.

Os "marginais" que, em pleno domínio do fascismo, tanto lutaram para levar melhor e mais longe a divulgação da sétima arte, ficaram pelo caminho com umas quantas tímidas experiências, inevitavelmente amadoras, e, quiçá, elitistas. Sessões privadas, pequenos festivais de "carolas", projecções para clubes de entusiastas.

Mas a "eficaz expansão cultural" gorou-se. A questão volta a agudizar-se, agora, em parâmetros adaptados a objectivos com outros alcances.

Os distribuidores debatem-se com inúmeros problemas que vão desde os preços dos melhores filmes a importar até à colocação em salas que, no seu circuito de perímetro nacional, compensem as verbas despendidas. Do valor comercial de transacção desses quilómetros de celulósido, sobressai uma incógnita. Dos filmes eróticos aos de tese, perfaz-se uma distância que ninguém se dispõe a percorrer, em termos de avaliação em moeda. Nunca se sabe quais os caprichos de ocasião do consumidor. Tanto pode valer um opulento peito de mulher, bem à mostra, traduzido em parcimoniosos minutos de exposição, como a África descrição de um sonho metafórico de imagens em câmara lenta.

Em medidas de película, vender a mercadoria, eis a questão. Aqui intercalam-se outras variantes não exactamente estéticas ou científicas, mas em valores de número, multidão e

mercê dos seus corações preenchidos de tudo.

Acelero a trajectória, não sem os inevitáveis encontros próprios de quem se aproxima muito das bancas onde abunda a profusão de livros ao sol ou sob os néones, com suas cores e fascínios multivalentes, seus sortilégios de mundos por desfolhar. E desvendo o barro humano que se debruça sobre lombadas, prefácios, índices, badanas, contracapas, preços.

Ó maravilha, aqui, ao ar livre, todo o livro é mais barato! Tem o desconto que o sombrio interior das livrarias não concede. Tem o gritante das capas que se expõem nuas à nossa atenção e se algumas se encaracolam à forte luz solar ou esmaecerem sob a pressão da electricidade não influi no nosso entusiasmo de as usufruirmos fora do regimento de escaparates ou prateleiras. É o Livro que se oferece frágil e desprotegido, acessível e público na sua exposição sem fronteiras. É o Livro, tal como foi criado, livre, público, cidadão para cidadão.

E são as barracas dos alfarrabistas, cercadas pelo anel de ferro dos seus consumidores tradicionais; marginais, estudantes, bibliófilos, pobres.

E são os franco-leitores, que no seu afã nervoso e cleptómano, espreitam a oportunidade de furtar um exemplar tentador.

E são as banquetas dos vendedores ambulantes dos partidos, disputando com "slogans" políticos e demagógicos os clientes "burgueses" que procuram a literatura sem ideologias partidárias.

E são os olhares invejosos dos livreiros que não perdem a cena de um freguês que no "stand" vizinho adquire um livro.

E é toda esta humanidade perpassante, confusa, irresoluta, atordoada em torno do sonho em forma de livro, como miríades de borboletas reunidas em orgias de luz.

Todos os anos pelo fim da Primavera este espectáculo se repete, com a imprescindibilidade de um rito; festa móvel de cultura, se para o editor é o seu grande mercado de venda, para o leitor é o contacto orgânico com o livro, única vez no ano em que se chega a um balcão de "self-service" para comer literatura, esfomeadamente. ● DÓRDIO GUIMARÃES

massas simplesmente a atingir. Onde os 35 mm são o luxo concentrado das minorias das grandes cidades, devem os 16 mm acorrer às maiorias disseminadas que anseiam na província.

Aqui, se não fosse apenas uma voz, a gritaria seria estridente. Quer dizer, porque não importar para barracões, ginásios recreativos, adegas, etc., pequenos filmes de formato reduzido, esses tais 16 mm, que tanto podem actuar para públicos amplos, circunferenciais, expoentes. Subalimentados de cultura, é evidente, mas disponíveis para apreenderem uma linguagem que, entrando pelos olhos, se transmite e educa a alma.

O povo é um barro a haver. Não só as primeiras letras se devem aprender. As primeiras imagens relacionam-se com o mundo que vemos. Os 16 mm são uma soma de viável conhecimento que, na nossa política de austeridade, temos de adicionar. Importar filmes nessa dimensão é uma economia, um realismo, um rigor. Há recintos que esperam, com 80 pessoas de lotação de cada vez, tal oportunidade. Há divisas que é forçoso reduzir e não fazer escapular lá para fora. Há distribuidores se cuja vocação é também dar, podem defender-se financeiramente contribuindo para um certo bem comum. A qualidade não é prejudicada. A intimidade é mais respeitada. "Ler" cinema é uma alfabetização intensiva — logo, um algarismo que vamos acrescentar a este país tão carecido de instrução artística. Vamos começar pela imagem, poupando? Uma proposta a que escasseiam iniciativas pontuais.

Os 16 mm, desde que devidamente apetrechados por máquinas que nos faltam, vêm a ser uma solução apetecível — dizem-nos, prevendo, os distribuidores profissionais. Para isso, é

necessário pensar-se numa propagação em profundidade a levar por estas terras. Para isso, é urgente uma voluntariedade sistemática que trará, com o tempo, proventos materiais e espirituais. Para já, é imprescindível investir nas gentes, no futuro, na acelerada vontade de saber. Talvez que a cultura, a todos os níveis, não desiluda ninguém. ● D.G.

É esta a libertação sexual da mulher?

● "Emanuelle Negra". Realização de Albert Thomas. Interpretado por Emanuelle, Angelo Infanti, Karin Schubert, Isabelle Marchall e Gabriele Tinti. Produção italiana. Distribuída em Portugal por Filmes Castello Lopes. Em exibição no Cinema Condes, de Lisboa.

Gostaríamos de compreender certas coisas. O que faz fazer filmes como este? Simploriamente especular com o sexo? Vender uma mercadoria para impotentes ou desmotivados sexuais que abundam a esmo por esse mundo? Estimular apetites adormecidos ou subalimentados, para quem se sente vocacionado para práticas sexuais mais periodicamente regulares e extravagantes? Talvez um pouco disto tudo, que é já domínio da psicanálise.

Mas que temos nós a ver com isto, os medianamente saudáveis, que, estupefactos, assistem a espectáculos tão exteriores às preocupações que fazem mover o mundo e nos distraem, insignificadamente, da sua alegria que perseguimos? Respondemos com uma interrogação que nem epidermicamente nos toca. Esta filosofia de misturar celulóide com pele não lembra nem ao diabo...

É lícito fazer com o cinema todas



Uma cena de "Emanuelle Negra": o que faz fazer filmes como este?

as mixórdias que se queiram. Aliás, a liberdade permite as combinações mais díspares, desde que se respeitem as regras do jogo da verdade, por mais impuras que sejam. O que se não admite é que nos pretendam impingir gato por lebre. Aí não. Zangamo-nos.

"Emanuelle Negra", por inóvias encruzilhadas de raciocínio, quer-se apologia da "libertação total do ser humano". Por via sexual, claro. Sequências de prazer instintivo e competitivo não são suficientes para organizar um com-

pêndio de profilaxia erótica. Seria fácil de mais. É alienante, por querer brincar com coisas demasiado sérias. A alegria da libertação é ter a consciência do jogo que se faz, sem remorsos nem falsos pruridos, mas com uma ética de comportamento em que os valores do ser humano prevalecem às tortuosidades de uma psicose que os amarra a outros convencionalismos. Libertação é respeito pelo semelhante e não porcaria em que parvamente chafurdamos. E sem consolo... ● D.G.

Mã jogada feminina

● "Jogos Nocturnos". Realização de Mai Zetterling. Interpretado por Ingrid Thulin, Keve Hjelm, Lena Brundin e Jorgen Lindstrom. Produção sueca. Distribuída em Portugal por Filmes Ocidente. Em exibição no "Quarteto", Sala 3, de Lisboa.

Filme pretensioso e balofo, este da ex-actriz sueca que foi relativamente famosa em Hollywood, nos anos 50. Filme de um certo elementarismo freudiano, arrastado, sensaborão e estereotipadamente nórdico, no que estes têm de mau. Com uma pitada de absurdo mal digerido, uma gramática narrativa sem chispa e pastosa, uma ironia ingrácil e forçada.

A loura e masculinizada Mai Zetterling quer-se um Bergmann de saias, mas se o intento é, já de si, menor porque epigonal, a prática é um clamoroso fracasso. Continuamos a aguardar que o cinema dê o primeiro grande caso de uma grande mulher criadora. Ida Lupino quase prometeu qualquer coisa, mas ficou pelo caminho e pela mediocridade. Mai, enveredando por um mal decorado caminho de Bergmann, está igualmente predestinada ao esquecimento.

"Jogos Nocturnos" é uma estopada. Filme que dificilmente aguentamos até ao fim e durante o qual assistimos a uma sucessão de quadros "edipianos" que não conduzem a nada ou apenas a uma inútil criatura que se quer afastar da atracção carnal exercida pela mãe. Carnal, sublinho. Porque o resto está ausente. Por muito más mãos anda o exemplo do príncipe da Dinamarca... Enfim, uma indigesta manifestação de cinema, empreendida por uma mulher, infelizmente. ● D.G.



QUATRO ASES NA MANGA

Sem se poupar a despesas e num esforço derradeiro para se antecipar às limitações que a lei impõe ao uso da TV durante o período da campanha eleitoral propriamente dita, a nossa RTP, secundada pelo seu produtor e apresentador privilegiado, conseguiu duas coisas memoráveis: transmitir a rubrica "Confronto", que há semanas permanecia no purgatório, e reunir na "soirée" de gala do reaparecimento os "quatro ases" do momento político-eleitoral!

A notícia, soprada de véspera nas gazetas, concitou o interesse geral. O apetite de um amplo debate; a curiosidade acerca do comportamento dos quatro "adversários" entre si; a esperança, de alguns, de poderem vir a assistir a uma "luta de galos" e a convicção de outros de que as eleições poderiam ficar resolvidas ali mesmo, "à boca das câmaras" —

atraíram, sem dúvida, uma audiência incomum para a emissão. E a vigília do feriado camoniano, despido agora dos ouropéis das celebrações nacionais, mas festejado pelo rigor com que aproveitam todos os pretextos para descansar, converteu-se, assim, num longo e prouvera aos deuses que proveitoso serão televisivo. Com as famílias, ou os grupos de amigos, reunidos diante dos "pequenos ecrãs"...

O cenário fácil e pobre do costume, sem que à modéstia correspondesse funcionalidade, deixando aos intervenientes, nem sempre repousadamente sentados, o incómodo de resolverem por si o que poderiam fazer às pernas e de se entregarem, em consequência, às soluções mais inestéticas. Em televisão, os pés têm muito mais a ver com a cabeça do que se possa imaginar... Um homem torturado pela posição a que

se sente coagido, com os joelhos defronte dos queixos ou as mãos a esfregarem-se-lhe nas coxas, não adrega muitas das vezes a descontração propícia ao calmo raciocínio nem à exposição fluente. Daí, o não bastar fazer alinhar umas tantas cadeiras iguais, com os assentos à mesma altura do chão e os espaldares a formarem idêntico ângulo: numa fornada de entrevistados, há os mais altos, os menos altos, os pernalongos, os de torso comprido, os de perna curta.

E, quando o debate "a vários" se reveste de um certo espírito de competição (como era o caso), importa proporcionar a todos condições iguais, à partida — para que todos se considerem com as mesmas possibilidades "materiais": os miolos e as aptidões de cada um serão, depois, ajuizados, julgados pelo espectador...

(Continua na página 64)

Líbano

VOLUNTÁRIOS PARA A GUERRA CIVIL

"A mais terrível das batalhas, em Beirute, é correr pelas ruas à procura de abrigo. Embora por detrás de uma parede nos sintamos em segurança, a verdade é que aquela, em qualquer momento, pode vir abaixo com uma bomba" — palavras de Charles, jovem estudante francês que combate no Líbano, ao lado dos cristãos.

Mesmo depois da entrada das tropas sírias no Líbano, a guerra civil prossegue neste país, numa luta que tende a agravar ainda mais todas as tensões acumuladas no Médio Oriente e às quais não são estranhos os interesses das duas superpotências: União Soviética e Estados Unidos da América.

"É uma luta difícil, nunca se sabe em que rua cairá o próximo morteiro", diz um dos três jovens estudantes franceses, recentemente regressados daquelas paragens, depois de terem lutado ao lado dos falangistas de Pierre Gemayel.

Para Emmanuel R., Robert D. e Charles M., terem lutado ao lado dos cristãos em Beirute foi mais um privilégio do que uma tarefa. Emmanuel, de 21 anos, estudante em Paris de Ciências Políticas, Robert, de 22 anos, estudante de Direito, e Charles, de 23 anos, estudante de Economia, dizem: "Isto foi uma questão ideológica, política, nós somos antimarxistas e religiosos."

Estes estudantes regressaram agora a Paris depois de duros combates em Beirute, onde tiveram por missão defender uma secção controlada pelos



Robert, Emmanuel e Charles, três dos nove jovens nacionalistas franceses que lutaram no Líbano, em plenos Campos Elíseos



Voluntários franceses num momento de descanso, entre os combates, em Beirute. "É nesta altura que sentimos o medo", confessam eles



“Operação de limpeza” num edifício da zona portuária de Beirute, onde luta a maioria dos voluntários franceses empenhados na guerra civil libanesa

cristãos e, também, algumas vezes fazer missões de comandos. O seu equipamento eram espingardas M-16 e metralhadoras Relachmilov, despojos do Exército libanês.

“Não ganhávamos nada... Bem, um maço de tabaco, habitação e comida. Mas fomos nós que pagámos as nossas próprias passagens para Beirute, assim como o regresso a Paris”, diz Robert após um mês de combate.

Para Emmanuel a experiência durou 6 semanas, enquanto para Charles se resumiu a 15 dias.

Militarmente falando, Emmanuel é o mais treinado dos três. Robert e Charles dizem que nunca tinham tido uma arma nas mãos, excepto de caça. Emmanuel já tinha tido algum treino como pára-quedista, mas só fará o seu serviço militar daqui a 3 anos.

Estes estudantes-guerreiros, que se consideram nacionalistas, tiveram a ideia de ir lutar ao lado dos cristãos

por influência de colegas seus, libaneses, a estudarem em Paris. Sentiram renascer o espírito de cruzada que outrora animara os franceses naquelas paragens. “Foi a França que deu a prosperidade ao Líbano — comenta Robert — ao assegurar-lhe 55 anos de paz e ordem, desde 1869, data da intervenção de um corpo de 6000 soldados sob as ordens do general Beauford, até 1915 e à agressão turca.”

Charles, por seu turno, é da opinião que os cristãos no Líbano depositam as suas esperanças numa intervenção militar francesa que lhes restitua a paz e soberania. “Poderemos dizer que somos como que uma pequena guarda avançada.”

Estes três estudantes fazem parte de um grupo de 9 jovens que voluntariamente foram lutar com os falangistas. Três deles já foram atingidos por estilhaços de morteiro, estando um deles internado num hospital de

Beirute em estado bastante grave, com um fragmento de granada no crânio. “O mais terrível das batalhas é correr pelas ruas à procura de abrigo. Embora por detrás de uma parede nos sintamos em segurança, a verdade é que em qualquer momento pode vir abaixo com uma bomba.”

Sentem medo? “Sim, quando estamos repousados. Frequentemente dão-nos 48 horas para repousar, conforme a dureza da luta. Quando estamos muito cansados, esquecemos o medo — e é precisamente quando nos arriscamos mais. Os palestinianos e muçulmanos só avançaram 300 metros e nós sentimo-nos orgulhosos de termos ajudado a sustentar o seu avanço.”

Segundo Emmanuel, o Líbano acabará por ser dividido em dois, um sector cristão e outro muçulmano. Ele pensa também que dentro de 2 meses a guerra estará terminada com a intervenção síria contra os palestinianos. Robert, no entanto, não se atreve a fazer qualquer previsão, enquanto Charles transmite a opinião de um oficial falangista: “Estamos preparados para continuar a guerra por mais 3 anos. Temos visto cristãos que preferem matar membros da sua família a deixá-los cair nas mãos do inimigo.”

É também opinião destes jovens que os cristãos não se opõem à causa palestinianas: a sua luta é pela soberania do Líbano. Luta essa de que estes voluntários desejam continuar a fazer parte: em breve regressarão para a frente de combate. Eles insistem na sua qualidade de não mercenários, pois além de não receberem qualquer pagamento (inclusivamente para custear as viagens tiveram de vender as suas motorizadas), não lhes é dado qualquer treino militar nem tão-pouco fardamento, ao contrário do adversário.

Do outro lado, segundo eles, existem, de facto, mercenários líbios, somalianos, argelinos, paquistaneses e membros do Exército Vermelho Japonês, todos uniformizados, com transporte pago e remuneração mensal. “Até existem esquerdistas franceses a lutar ao lado dos palestinianos recrutados em Paris pela OLP e treinados no Campo de Sabra”, diz Charles.

Atrás de uma barricada, na zona portuária de Beirute, jovens franceses trocam rajadas de metralhadora com as milícias muçulmanas, a 100 metros de distância



Arábia Saudita UM JUMBO PARA O REI KHALID

A impaciência de um mundo amargamente convertido à evidência dos desequilíbrios económicos atingiu o auge com a revelação da encomenda de um gigantesco Jumbo (Boeing 747) pelo rei Khalid, da Arábia Saudita, que assim se converte em fabuloso (e escandaloso) proprietário de um avião que custará 450 milhões de dólares. Os técnicos americanos, esses avançados dados não menos surpreendentes: os aviões "presidenciais" tornaram-se moda, entre os chefes de Estado do Médio Oriente. Além do falecido rei Faisal, que possuía o seu Boeing 707, também o emir do Qatar e o chefe de Estado líbio, coronel Kadhafi, dispõem de iguais aviões, ao passo que o presidente Sadat, do Egipto, tem três aparelhos pessoais: um helicóptero, um 707 e um novo 737.

Intocada pelo escândalo Lockheed, a gigantesca companhia norte-americana Boeing, de Seattle, contabiliza lucros crescentes no comércio com os países produtores de petróleo. Cifras agora reveladas em Beirute (centro comercial cuja preponderância também não foi afectada pela guerra civil) indicam que os fabricantes norte-americanos totalizaram 500 milhões de dólares em vendas de material de aviação, durante o ano passado, só no Médio Oriente. A manter-se a cadência competitiva pela qual os americanos têm afastado os seus rivais ingleses e soviéticos, espera-se que em 1980 tenha regressado ao Ocidente um caudal financeiro tão forte como 2500 milhões de dólares, arrancado aos fabulosos lucros do petróleo.

Ao invés da Lockheed, cuja vida financeira depende em larga margem

de subsídios governamentais, a Boeing funciona em completa autonomia e independência, com as suas redes próprias de agentes. O problema "subornos" não a afecta — e Seattle tem-se mostrado arrogantemente fechada a qualquer revelação sobre o modo como actua. E o facto é que, neste momento, detém três quartos do comércio de aviação do Médio Oriente. Novos aparelhos foram encomendados e entrarão este ano ao serviço nas companhias aéreas do Irão, Síria, Iraque e Arábia Saudita. Por seu turno, a Koweit Air e a Egypt Air mostraram desejo de adquirir 3 aparelhos cada, ao preço unitário de 40 milhões de dólares. Só para as linhas aéreas do Koweit, a Boeing assinou um contrato de fornecimento de 6 aviões de longo cruzeiro, num volume financeiro de 130 milhões de dólares, batendo a competição do trirreactor soviético e do Airbus fabricado na Europa.

O sector da carga aérea, cujo impulso se desenrola a par das gigantescas receitas provindas do petróleo, veio aumentar ainda mais a predominância das vendas norte-americanas, citando-se que, por volta de 1980, esse crescimento tenha atingido os 500 por cento.

O futuro Jumbo pessoal do rei Khalid (convertido numa ultramoderna sala de operações cardíacas, capaz de funcionar em intervenções de peito aberto durante o voo) enquadra-se, pois, nesta euforia de capitais — e de terreno ultracapitalista. Enquanto fracassam as sucessivas conferências apontadas a uma nova ordem económica internacional; e ao mesmo tempo que os chefes financeiros árabes se desentendem nas fórmulas de auxílio a prestar aos países em vias de desenvolvimento, floresce a escala galopante dos grandes negócios. E as armas também se podem chamar aviões. ■

Reactores nucleares para a África do Sul FRANÇA: QUE DESÍGNIOS?

Saudada com azedume pela maior parte da opinião pública mundial e pelas correntes liberais e de esquerda francesas, a recente decisão parisiense de vender dois reactores nucleares à República da África do Sul poderá anular grande parte dos trunfos conseguidos por Giscard d'Estaing junto da África Negra.

De facto, o Quai d'Orsay terá agora um esforço suplementar para reconquistar a confiança dos dezanove países africanos que, há cerca de um mês, acorreram ao convite do presidente

francês e estiveram representados na conferência de Paris que tratou do projecto de novas relações económicas entre o Ocidente europeu e a África.

Sob o ponto de vista dos interesses comerciais, Pretória marcou pontos e Paris somou vantagens. Concorrentes com a oferta francesa — no valor de 5 biliões de francos — surgiram em Pretória mais duas outras propostas: a de um consórcio americano e holandês e a de empresas alemãs. Ao preferirem os franceses, os sul-africanos deram resposta seca às fortes correntes oposicionistas que se levantaram no Parlamento holandês e às recentes declarações políticas anti-apartheid proferidas,

quer por Kissinger, em Lusaka, quer pelo chanceler alemão, Helmut Schmidt, em plena campanha eleitoral, na República Federal.

A grande insistência do Governo de França reside no carácter "pacífico" da utilização destes reactores, cuja função efectiva é a produção de energia eléctrica. Imediatamente, Pretória secundou essas preocupações, ao aceitar a vigilância da Agência Internacional de Energia Atómica, com sede em Viena. De facto, o plutónio produzido por esse tipo de reactores (a água pressurizada) não serve, em primeira linha, para fins militares.

Nada disto, no entanto, obsteu aos sérios reparos já disparados por Moscovo (que relacionou, com procedência, esta venda francesa e o franco entendimento existente entre a África do Sul e Israel). Com efeito, se é verdade que nenhum dos reactores pode imediatamente servir propósitos bélicos, não é menos verdade que a tecnologia sul-africana está já suficientemente avançada para conseguir uma transformação dos fins "pacíficos" em escopos altamente perigosos. E tudo isso num tempo considerado breve: qualquer coisa como seis ou sete anos. Por outras palavras, e de acordo com o alarme dos soviéticos, a África do Sul poderá aparecer como potência nuclear nos princípios da próxima década.

Por 5 biliões de francos, destruímos completamente a nossa credibilidade junto dos africanos e do Terceiro Mundo — clamava, há dias, o "Le Quotidien de Paris", no eco daquilo que o próprio "Le Monde" escrevera, ao lamentar o que chamava de incongruência entre esta decisão e o anúncio eleitoral de Giscard de que iria conduzir uma política estrangeira "liberal".

Realmente, há que encarar este despatcho francês com um pouco mais de pessimismo do que aquilo para que as aparências tranquilizadoras apontam, embora sem esquecer que as críticas virulentas de Moscovo se explicam sobretudo pela natural preocupação com que aquela superpotência vê surgir uma hipótese de contestação local forte à velocíssima escalada da sua própria penetração em Angola e Moçambique. Mas a apreensão é justificada: em plena crise interna de contestação à

política do partido governamental e debaixo da mira ofensiva da Organização de Unidade Africana (OUA), que promete para breve prazo o início de hostilidades formais contra os dois regimes minoritários brancos da África Austral, seria de extrema ingenuidade acreditar que os "boers" actuais desprezassem a menor hipótese de reforçar o seu já apreciável material de guerra.

E aqui aparece a posição de Paris com laivos, pelo menos, contraditórios. É que estão ainda presentes, na memória dos observadores, os termos categóricos com que o presidente francês declarou, em Agosto passado, na sequência da sua visita ao Zaire, a decisão de alinhar com o embargo de armamento imposto à África do Sul pela

Grã-Bretanha e pelos Estados Unidos. Mais ainda: essa declaração repercutiu-se na prática — e a França suspendeu, efectivamente, a assistência que vinha prestando ao Exército e à Força Aérea sul-africanos — excluindo-se tão-somente o sector naval, nos limites do qual a França continua a aceitar encomendas. É à vista destes parâmetros de actuação que a venda dos dois reactores nucleares se distingue como paradoxal. A menos, evidentemente, que a mesma França que avança o passo da mediação armada no Líbano esteja seriamente decidida a assumir posição de liderança numa "guerra fria" de base dissuasora, a estalar no continente africano. Neste caso, resta saber se as invejáveis relações pós-coloniais que Paris tem sabido alimentar e manter serão suficientemente capazes de alicerçar tal ousadia.

O "VESPEIRO" POLÍTICO LATINO AMERICANO

A recente deposição do presidente uruguaio, Bordaberry, voltou a precipitar os acontecimentos políticos da América Latina, onde as independências formais se diluem, de facto, numa interpenetração de forças extremamente complicada e por vezes difícil de entender pelos próprios militantes ali nascidos.

Enquanto a situação do poder no Uruguai se clarifica aos poucos — muito lentamente, como é hábito nas pequenas e tumultuosas repúblicas daquela zona — os observadores continuam a concentrar todas as atenções num vespeiro contíguo: a Argentina pós-Isabelita, onde 20 milhares de refugiados vivem um período de tensão e insegurança.



Juan Maria Bordaberry, o presidente do Uruguai recentemente deposto pelas Forças Armadas do seu país

O assassinio do general Juan Jose Torres, ex-presidente da Bolívia em 1970/71 foi o último dos incidentes que, em bola de neve, têm ocupado as autoridades argentinas e o Comissariado para os Refugiados, das Nações

Unidas. De facto, duas semanas antes da execução de Torres, dois outros exilados proeminentes, os uruguaios Zelmar Michelini e Hector Gutierrez, haviam também sido encontrados mortos, em circunstâncias por esclarecer. Face à onda de atentados direitistas, a esmagadora maioria dos refugiados (cerca de 15 mil chilenos) começa a deitar as vistas para outros locais do mundo, onde se sintam mais em segurança. O mesmo se passa com políticos e jornalistas do Uruguai, Paraguai, Bolívia e Brasil, cujos regimes fascistas ou fascizantes provocaram extensos êxodos.

Aparentemente incapazes de fazer face aos acontecimentos, as autoridades de Buenos Aires viram-se no crivo deselegante de uma repreensão oficiosa do alto-comissário da ONU, Sadruddin Aga Khan, que sugeriu de forma algo dura a necessidade de uma mais estreita segurança para as 20 mil vidas ali aboletadas.

As manobras da extrema-direita argentina parecem, de facto, encontrar terreno fácil. De momento. Porque ninguém minimamente razoável se atreverá a tecer prognósticos quanto à(s) cena(s) política(s) latino-americana(s). ● C.P.C.

O MAIS QUENTE DOS VERÕES BRITÂNICOS



1 MILHÃO DE REFUGIADOS — Mais dificuldades e incertezas para a vida quotidiana dos britânicos

"Morto por morto... sangue por sangue" é a versão actual da Pena de Talião, tal como é exigida por multidões encolerizadas que ameaçam transformar este Verão num dos mais violentos períodos da história recente, em Inglaterra.

A sangrenta guerra civil irlandesa, a crise do esterlino, as bruscas alterações nas cúpulas partidárias e a instabilidade generalizada da vida económica conjugam-se para as mais pessimistas previsões.

De facto, o afluxo de dezenas de milhares de famílias asiáticas portadoras de passaporte britânico radicaliza o egocentrismo britânico, agora mais do que nunca acicatado pelas extremas dificuldades e incertezas da vida quotidiana. A nível governamental, Enoch Powell apareceu como o mais feroz opositor à liberalização de entradas de milhares e milhares de cidadãos expulsos, ameaçados ou perseguidos nos diversos países africanos onde residiam. Desde os 40 mil paquistaneses a quem o presidente ugandês Idi Amin deu 48 horas para abandonarem o país até à recente vaga de fugitivos do Malawi, contam-se por mais de 1 milhão os que, nos últimos 12 meses, bateram à porta dos serviços britânicos de imigração.

Assassinado há dias no subúrbio londrino de Southall (onde vivem mais de 25 mil asiáticos), um jovem Sikh despoletou o ódio desses refugiados. A todos os níveis da vida inglesa, explodiram as reivindicações, não raro ameaçadoras, dos asiáticos que se queixam de sérias discriminações. Com igual sectarismo, grupos e associações avançam palavras de ordem que se configuram como uma "guerra santa" para varrer essas presenças que sobrecarregam o erário público, as curvas

ascendentes do desemprego, a instabilidade dos programas de governo. À cabeça destes, surge a Frente Nacional, grupo neofascista responsável pelas mais graves confrontações de rua, em Londres e nos Midlands.

Em alarme, a nação britânica espera a reacção governamental. Os conservadores jogam com a situação e tentam a queda de Callaghan. Nesta instabilidade, muito pode acontecer. Sobretudo, o fim da insularidade psicológica.

Nova Zelândia: UMA TEIMOSIA

Tudo indica que o governo neozelandês de Rob Muldoon levará avante a sua determinação de cumprir o programado envio da melhor equipa de "rugby" do país, para uma série de desafios na República da África do Sul. A decisão poderá acarretar o boicote da presença de atletas da Nova Zelândia, quer nos próximos Jogos Olímpicos de Montreal quer nos Jogos da Comunidade Britânica, em Edmonton, Canadá, dentro de dois anos.

A pressão terceiro-mundista tem sido forte. Os governantes de Wellington sabem que Abraham Ordia, presidente do Conselho Supremo de Desporto de África, está neste momento a preparar uma campanha violenta, caso a viagem à África do Sul se concretize. Em resposta, o governo neozelandês tem, neste momento, um enviado especial nos Estados Unidos, tentando concertar com Washington

uma contracampanha que leve alguns dos países africanos a não apoiarem as intenções de Ordia.

De modo geral, a opinião pública neozelandesa defende que não deve haver mistura de política em assuntos desportivos. E o governo sabe que deve muitos dos votos recentemente recebidos à sua defesa intransigente de uma política externa de não interferência.

De qualquer maneira, o "team" neozelandês All Blacks partirá secretamente para Joanesburgo. Falo-a em data desconhecida, dentro de dias. Mas secretamente. Sem as entusiásticas multidões que, há anos, foram ao aeroporto para a despedida e para a chegada.

Depois dos encontros com os Springbocks (sul-africanos) será a vez do gabinete Muldoon enfrentar as consequências de uma teimosia que o mundo não lhe perdoará. ● C.P.C.

RODAPÉ



HANOÍ CONVIDA os vietnamitas exilados. Hanói vai convidar os vietnamianos influentes, não comunistas e residentes no estrangeiro há muitos anos, para uma viagem de inquérito ao Vietnã do Norte e do Sul. Objectivo dos norte-vietnamitas: mostrar "as realidades do país em via de reunificação" e incitar a "inteligentsia" do Vietnã no exílio a voltar ao seu país.

O P.S. FRANCÊS PROCURA candidatos operários. Em França, o partido socialista procura militantes sindicais e operários para os candidatar às próximas eleições legislativas. A direcção do P.S. é de opinião que a classe operária não tem representatividade suficiente nas instâncias dirigentes.

ARMAS AMERICANAS PARA TITO. Na sequência de um importante contrato de armamento entre a Jugoslávia e os Estados Unidos, o Pentágono deverá fornecer a Tito mais de um milhão e meio de dólares em armas, em especial mísseis anti-tanque Tow. Surge um problema: o exército americano tem muito poucos em "stock"

ÁFRICA: GOLPES DE ESTADO em preparação. Segundo informação dos serviços secretos franceses, vários países africanos de língua francesa estariam ameaçados de golpes de estado e de actos de terrorismo contra os seus presidentes. A França avisou, em consequência, estes chefes de Estado.

MENOS TECNOCRATAS NO ELISEU. Confidência do Presidente da República francesa: "Quando chegarmos ao fim das reformas em curso, rodear-me-ei de muito menos tecnocratas e de muito mais políticos".

EM SETEMBRO: CAMPANHA ANTI-TABACO em França. À semelhança do que está a esboçar-se em Portugal,

Simone Veil (Ministro da Saúde) acaba de obter os fundos necessários para o lançamento de uma grande campanha anti-tabaco que incluirá afixação de cartazes em Paris e outras cidades e "spots" na T.V. e na Rádio. Será dedicada atenção especial aos jovens em idade escolar. A campanha, com a duração de dois meses, começará em 15 de Setembro.

ÁFRICA: OS QUADROS em competição mundial. É cada vez maior a concorrência internacional de quadros e engenheiros para a África e países árabes. Até agora, os franceses encabeçavam a lista. Segundo as previsões de peritos da Comunidade Europeia, porém, nos próximos dois anos, japoneses e alemães irão ultrapassá-los.

Octávio Pato

Quais os objectivos da sua candidatura?

Os comícios, entrevistas e outras declarações de Octávio Pato têm vindo a esclarecer o significado da sua candidatura à Presidência da República. Os objectivos que, por seu intermédio, o PCP pretende alcançar foram já definidos. Resta a questão de saber qual a sua capacidade para atingi-los.

“Os grandes senhores da indústria e da terra não desistem de tentar recuperar o poder”, declarou Octávio Pato, candidato do PCP à Presidência da República, num comício realizado na Marinha Grande. Nos termos da sua propaganda, esta candidatura aparece como a resposta da “acção criadora das massas organizadas” contra os propósitos recuperadores da direita (“reaccionária e fascista”, tem sido por ela diversas vezes sublinhado). A direita identifica-se com partidos políticos definidos: o PPD e o CDS, nomeadamente. Já não com o PS, depois do 25 de Novembro de 1975.

Não recusando, embora, a hipótese remota de vitória na presente campanha, o candidato pécépista não esconde que o objectivo da sua participação na corrida eleitoral não é a disputa pelo cargo de Presidente da República. O exame das repetidas declarações de Pato e outros responsáveis do PCP (Álvaro Cunhal, particularmente) aponta ser outro o rumo aproado pelos estrategos da António Serpa. Foram três os objectivos até ao momento evidenciados:

1) reforçar as pressões para a constituição de uma “maioria de esquerda” na Assembleia da República;

2) realçar a “necessidade” de participação directa ou indirecta do PCP num futuro I Governo não-provisório;

3) insistir no mote das limitações de poderes do Presidente eleito.

MAIORIA DE ESQUERDA

Noutro comício eleitoral, em Lisboa, Fonte luminosa, Octávio Pato afirmou:

“Se, tendo havido uma maioria de esquerda nas últimas eleições, alguém atraioar os votos recebidos por conta da democracia e do socialismo e se aliar com os inimigos provados da democracia e do socialismo, ninguém poderá exigir à classe operária, aos trabalhadores, às massas populares, que façam seu um programa de direita que é contra os seus interesses e aspirações, ninguém poderá exigir que os trabalhadores abandonem os seus direitos, assegurados pela Constituição, de conservarem a sua liberdade de expressão e organização e manifestarem, de forma independente, a sua perspectiva sobre a resolução dos problemas nacionais.”

Claramente, a alternativa: ou uma parlamentar “maioria de esquerda” (isto é, aliança PS/PCP) ou a ofensiva dos “trabalhadores” em defesa dos “seus direitos” na ex-amaldiçoada Constituição consignados. Ou a paz de um acordo na Assembleia ou o dilúvio das reclamações. Ou a “ordem” (como o PCP a entende) ou a anarquia (como o PCP a sugere).

Pondo em tais termos a luta pela imposição da maioria parlamentar, depreende-se que a agitação laboral e o movimento reivindicativo tenderão a subir de tom, à medida que escasseia o tempo para a entrada em funções regulares da Assembleia da República.

O GOVERNO DE ESQUERDA

No mesmo comício — importante pela clareza na exposição dos objectivos táticos e estratégicos do pécépis-

mo — Pato elucidou qual o governo aceitável para o seu partido: aquele onde o PCP participe, ou o que seja fruto de acordos negociados entre o PS (encarregue de formar governo por vontade expressa nas urnas) e o PCP.

“Qualquer outro governo, disse Pato, seja minoritário mas beneficiando de compromissos e apoios negociados com a direita, seja a expressão clara de uma aliança com a direita, representará um sério prejuízo para o processo democrático.”

A afirmação, já repetida noutras intervenções, é um *leit-motiv* da campanha pécépista. Daí, a justeza de se dizer que o PCP, catapultando Pato, não se bate pela Presidência, mas pelo Governo. Bate-se pela demonstração da sua força real — traduzida, quer em número de votos (números absolutos e números relativos, pois a sua percentagem contará, em termos de comparação, com a do candidato vencedor), quer na capacidade de mobilização efectiva das massas trabalhadoras, através das correias de transmissão sindicais. É, portanto, previsível que a campanha eleitoral se reflecta, no seio dos sindicatos, com a intensificação da luta pelo seu controlo, em vésperas de um Congresso que poderá ser decisivo. E se reflecta igualmente no movimento grevista, incidindo nas dificuldades económicas que vivemos e para as quais o PCP oferece o seu remédio: a promessa de uma paz social em troca de um lugar à mesa do orçamento.

UM PROBLEMA

CHAMADO OTELO

Na estratégia do PCP ergueu-se, subitamente, um pequeno obstáculo: a candidatura de Otel Saraiva de Carvalho, que Carlos Brito, membro da Comissão Política daquele Partido, considerou “uma grande operação esquerdista com o objectivo ilusório de minar a influência do PCP na classe operária e nas massas trabalhadoras. Não tem em vista ganhar novas camadas e sectores para a democracia, para a esquerda, para a revolução. Os esforços desta candidatura, os seus itinerários e viagens têm incidido exactamente naquelas regiões e zonas onde o mapa eleitoral é favorável ao PCP”.



Acima de tudo, a composição do futuro Governo...

Dir-se-ia que a campanha do PC teria atingido o ponto de saturação estratégica: as diversas candidaturas que, inicialmente, foram anunciadas favoreciam a sua manobra, por quanto tendiam a captar votos na base de apoio a Ramalho Eanes (veja-se, a propósito, o relevo dado pelo "Diário" aos ataques ao general Eanes, feitos por Otelo e Pinheiro de Azevedo). Mas as características da candidatura de Otelo, susceptíveis de lograr algum êxito nos sectores mais radicais do socialismo, permitiram-lhe minar a base pécépista, pondo em risco a sua estratégia.

Se a massa votante PC diminuir, dificilmente o partido dirigido pelo dr. Álvaro Cunhal poderá fazer vingar os seus propósitos. Por isso, a sua veemência acusatória contra Otelo, num duelo (por enquanto verbal) que poderá vir a ser um dos aspectos interessantes da campanha eleitoral.

Para já, Pato e Saraiva de Carvalho disputam entre si o título de defensores das "conquistas populares". Mas, se o ex-comandante do COPCON se revela como um "fenómeno" captador da despolitização massiva (fenómeno que não importa agora analisar), o dirigente do PCP proclama ter outros trunfos. Na Marinha Grande, declarou:

"O Mmjoir Saraiva de Carvalho, por exemplo, compromete-se, nas suas declarações, a defender as conquistas populares. Não vamos pôr em causa a sinceridade desse compromisso. Mas perguntamos: não dispondo de influências, nem ocupando cargos importan-

tes nas Forças Armadas, não tendo qualquer influência na vida política, como poderá o major Otelo cumprir os compromissos em que assenta a sua campanha eleitoral?"

Curiosa maneira de o PCP revelar algumas das suas armas. Influências, cargos importantes nas Forças Armadas... De facto, uma vantagem sobre Otelo, a justificar o lema do "voto útil" e a deixar antever até onde poderão ir as pressões (influências) para a concretização dos objectivos definidos.

OS PODERES DA PRESIDÊNCIA

"Tem importância sublinhar que a Constituição, embora conferindo importantes poderes ao Presidente da República, limita esses mesmos poderes pelos que estabelece para os outros órgãos da soberania. O Presidente da República tem que ouvir o Conselho da Revolução. A política e a acção governativa são da competência do Governo e da Assembleia da República. Esta, por sua vez, detém o essencial da competência legislativa."

Estas palavras (de Octávio Pato, no referido comício da Fonte Luminosa) esclarecem a importância concedida pelo PCP à composição do futuro Governo. De resto, e para que não houvesse dúvidas, Pato acrescentou: "às candidaturas à Presidência da República não compete apresentar programas que possam ser confundidos com programas de Governo" (argumento já antes avançado por Pinheiro de Azevedo).

Espartilhar o Presidente, esvaziando a sua actuação de qualquer função determinante, enquadrá-lo pelo tal Governo de "esquerda" (para o PCP, a esquerda é, obviamente, ele mesmo), amarrá-lo à "maioria de esquerda" na Legislativa, fazê-lo, ainda, depender de um Conselho da Revolução onde a sua influência se faça sentir — eis os seus objectivos imediatos.

Os meios para alcançá-los, dizem as sondagens, dificilmente serão os garantidos pelas urnas. Haverá outros meios?

● AFONSO MANTA.

Inquérito aos partidos

SIM OU NÃO AOS CANDIDATOS

Que pensam os partidos políticos dos quatro candidatos que se apresentam às eleições presidenciais? Sabê-lo é, no fundo, esclarecer um pouco as características fundamentais de cada um desses candidatos.

Com tal objectivo, abordámos alguns dos partidos que concorreram às últimas eleições à Assembleia da República. E mais uma organização cuja importância no espaço político português é inegável — o MDP/CDE.

AOO (Aliança Operária-Camponesa)

OCTÁVIO PATO

Candidato destinado a "dar um ar mais independente à candidatura de Pinheiro de Azevedo e de Otelo". Numa eventual segunda volta, os

"sociais-fascistas utilizarão Pato para apoiar Pinheiro de Azevedo, se este tiver alguma hipótese de vencer."

OTELLO SARAIVA DE CARVALHO

Sendo "um dos principais responsáveis pela escalada que podia ter conduzido, em 25 de Novembro, a

nacional

uma guerra civil fratricida”, Otelo representa, com a sua candidatura, “um factor de reorganização da legião social-fascista”.

PINHEIRO DE AZEVEDO

“É um oportunista que procura adaptar-se a cada situação”, falando na necessidade de assegurar a “colaboração do partido comunista (leia-se social-fascista) para o governo do País”. Tem “provas dadas ao social-imperialismo russo”.

RAMALHO EANES

Candidatura de quem “já deu provas de firmeza na defesa da independência nacional e da democracia” e em torno da qual se têm “vindo a unir as forças patrióticas e democráticas”. São vistos “com apreensão” certos elementos “conciliadores com o social-fascismo” que rodeiam o general Eanes.

CDS (Centro Democrático Social)

OCTÁVIO PATO

A candidatura do PC destina-se a travar a fuga de “muitas das bases *pêcepistas*” para Otelo, através “do lançamento do nome de um dos seus dirigentes que conseguisse congregar as bases”. Por outro lado, ela permitirá “numa eventual segunda volta, fazer uma certa *chantagem* com os apoios a conceder”.

OTELO SARAIVA DE CARVALHO

“Candidato de extrema esquerda”. Uma das grandes angústias de Otelo “era não saber até que ponto é a sua linha de acção correspondia à verdadeira vontade do povo”. Com as presentes eleições, Otelo voltará “a ganhar uma certa paz de espírito”.

PINHEIRO DE AZEVEDO

“Ao ter considerado o PC como partido democrático” e ao atacar a social-democracia, “adquiriu uma conotação partidária definida”, deixando de “reunir em torno de si o maior apoio possível das forças que estão verdadeiramente interessadas na construção de um Portugal livre e democrático”.

RAMALHO EANES

É o candidato “que pode, se quiser, salvar a democracia neste País”. Por essa razão, “é o candidato da democracia, o candidato de Portugal”.

MDP/CDE (Movimento Democrático Português)

OCTÁVIO PATO

Tratando-se de uma candidatura “claramente partidária”, visa, contudo, “o reforço da unidade das massas trabalhadoras que abra caminho à concretização da maioria de esquerda”. O candidato “não coloca reservas à sua acção em defesa das principais conquistas dos trabalhadores”.

OTELO SARAIVA DE CARVALHO

Apesar do “prestígio que a sua intervenção no 25 de Abril lhe granjeou”, é encarado “com reservas”. Tal, deve-se às forças que apoiam a sua candidatura, as quais “visam a desagregação das forças de esquerda, abrindo caminho a uma perigosa divisão das massas populares”.

PINHEIRO DE AZEVEDO

“A pouca clareza do seu programa, o desconhecimento das forças políticas que o apoiam e a sua prática política como Primeiro-Ministro do VI Governo, põem um conjunto de interrogações que não permitem (...) uma segura avaliação da sua candidatura.”

RAMALHO EANES

Candidatura caracterizada pela perda de “clareza e credibilidade”, devido às “contradições e ambiguidades” existentes entre o programa de candidatura e algumas declarações públicas do general Ramalho Eanes, por um lado, “e a aceitação de apoios de forças políticas da direita reaccionária”, por outro.

MRPP (Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado)

OCTÁVIO PATO

Candidato “descaradamente social-fascista”, cuja função é a de “evitar a dispersão dos votos do partido (PC)” pelas candidaturas de Otelo e Pinheiro de Azevedo, “ao mesmo tempo que as alivia do anátema do social-fascismo,

a fim de melhor cumprirem as suas tarefas de dividir e confundir o povo”.

OTELO SARAIVA DE CARVALHO

Candidatura caracterizada pela “demagogia fácil” e o “folclore”, apresentando meras contradições secundárias com o PC. “Serve às mil maravilhas para lançar toda a espécie de calúnias e provocações sobre o general Ramalho Eanes”.

PINHEIRO DE AZEVEDO

Divisionista sem “chalaças de programa”, ao “intrépido almirante de opereta compete dividir as forças democráticas, esfrangalhar o P“S” e parte do P“PD”, ao mesmo tempo que tenta obrigar o general Ramalho Eanes a uma segunda volta eleitoral”.

RAMALHO EANES

Candidatura “democrática e patriótica”. Nela sobressai o “compromisso de salvaguarda da soberania e independência nacionais” e a inscrição, nos seus objectivos, da “luta anti-hegemonista pelo *desaparecimento simultâneo de todos os blocos político-militares*”.

PCP (Partido Comunista Português)

OCTÁVIO PATO

Contribui, “com uma campanha autónoma e independente, para a concretização dos grandes objectivos da acção política do Partido, no momento presente”. Esta candidatura não representa hostilização das candidaturas militares.

OTELO SARAIVA DE CARVALHO

Os seus apoios dão-lhe “claros objectivos divisionistas e confusionistas, pretendendo-se, a coberto da figura e da popularidade de Otelo Saraiva de Carvalho, relançar o verbalismo irresponsável e o aventureirismo”.

PINHEIRO DE AZEVEDO

No que respeita aos seus apoios, estes são desconhecidos pelo PCP.

RAMALHO EANES

A sua candidatura “tem o apoio de um leque muito heterogéneo de forças políticas, algumas das quais ameaçam

dar-lhe conotações que não sabemos se eram desejadas pelo próprio general”.

PCP (m-l) (Partido Comunista de Portugal — marxista-leninista)

OCTÁVIO PATO

O papel da sua candidatura é “concentrar os votos das suas hostes e colocá-los à disposição de Pinheiro de Azevedo”, caso isso “venha a ser propício”.

OTELO SARAIVA DE CARVALHO

Sendo também um candidato do “social-fascismo”, tal como Pato e Azevedo, apresenta a sua faceta mais “radical”. Procura “canalizar sectores da juventude radicalizados e sectores atrasados das massas para formar novas milícias, provocar a anarquia nas forças armadas”, preparando, assim, um novo golpe de Estado.

PINHEIRO DE AZEVEDO

“Comprometido com o gonçalvismo, na Marinha”, é de todos “os candidatos do social-imperialismo”, o “único presidenciável”. O seu papel consiste em “dividir as forças democráticas” e ganhar votos “a sectores do PS e PPD” que ainda “vêm erradamente, nele, um democrata”.

RAMALHO EANES

É um candidato “democrata e patriota” que “deve prestar a máxima atenção às manobras dos sociais-fascistas e afastar a peçonha da conciliação”.

PPD (Partido Popular Democrático)

OCTÁVIO PATO

É um candidato que, para além de ser “marcadamente partidário”, pertence a um órgão dirigente de um partido “que ainda não se comprometeu de forma ineludível com a consolidação da democracia em Portugal”. A sua condição de civil levanta ainda objecções adicionais.

OTELO SARAIVA DE CARVALHO

Por motivos relacionados com a sua actuação passada e a presente “posição marginal” que ocupa nas Forças Armadas, depreende-se que “se fosse eleito Presidente da República, não

aplicaria a Constituição e não consolidaria a democracia pluralista”. Os seus apoios não são representativos.

PINHEIRO DE AZEVEDO

Apesar de ter tido “uma acção valorosa como primeiro-ministro”, não reúne o consenso das Forças Armadas. “A sua preferência por coligações minoritárias, ainda há escassos meses (PC mais PS), apenas poderá satisfazer aqueles que, no PC, entendem dever arrastar a ala revolucionária do PS para aventuras incosequentes”. Além disso, a sua candidatura “é coberta, neste momento, por pessoas afectas ao MDP/CDE, que viram frustrados os planos de apoio à candidatura do general Costa Gomes”.

RAMALHO EANES

“É o militar íntegro com passado coerente, a favor da democracia política.” Tendo o consenso das Forças Armadas e “o apoio de partidos que representam 75 por cento do povo português”, as suas opções e ideais representam o anseio de todo o povo pela paz, o pão e a democracia.

PPM (Partido Popular Monárquico)

“Em face das candidaturas apresen-

tadas, e sem quebra de respeito que se deve a todas as pessoas, o PPM julga que não se justifica o voto dos monárquicos em qualquer dos candidatos. Na verdade, a unidade que proclama um candidato tem todo o ar das coisas artificiais, decididas nos bastidores; a sede de liberdade que parece impulsionar certas massas em apoio de outro candidato tem pouco a ver com a estrutura constitucional de um Estado; a espontaneidade simpática com que alguém se apresenta ao serviço da Pátria vem revestida de características demasiado pessoais; e, finalmente, não podemos tomar como candidaturas razoáveis aquelas que apenas se apresentam para aproveitar o tempo de antena, por mais interessante que seja o que tenham para dizer.”

PS (Partido Socialista)

Respondeu-nos, oralmente, Rodolfo Crespo, do Departamento de Imprensa deste partido:

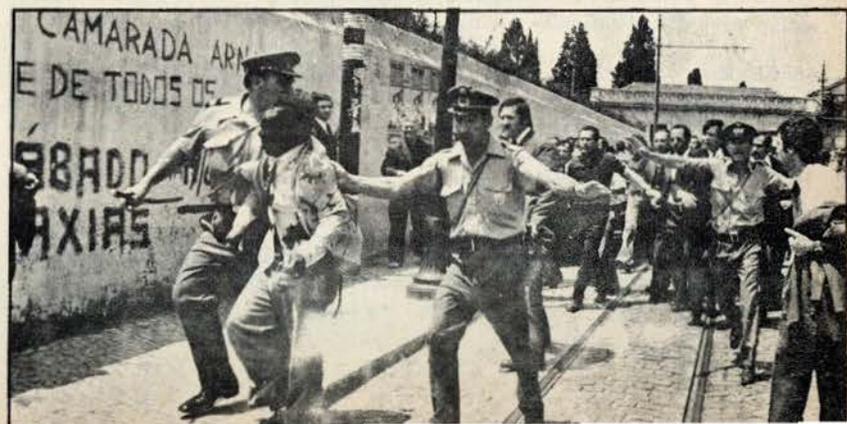
“O Partido Socialista não tem quaisquer críticas a fazer aos candidatos. Trata-se de candidaturas legais e cabe agora ao povo português votar naquele que preferir. Por seu lado, o PS, como se sabe, apoia a candidatura do general Ramalho Eanes.”

Duplo assassínio na “Carris” A VIOLÊNCIA GERA VIOLÊNCIA

O assassínio de dois trabalhadores da Carris, em circunstâncias particularmente repulsivas, levantaram uma onda de indignação que ainda não se apagou. Surge novamente, perante a opi-

nião pública, o problema da extensão que a criminalidade atinge, em Portugal. No dia em que os jornais e a rádio noticiaram o bárbaro acontecimento, o tema constituiu assunto obrigatório

Este homem morrerá dentro de instantes...



das conversas tidas em locais públicos.

Uma primeira constatação a fazer é a da repercussão inesperada que o duplo assassínio veio a ter em certos meios, especialmente entre os trabalhadores dos transportes públicos. Acontecimentos idênticos — referimo-nos a ataques e assassínios de motoristas de táxi — não tiveram tão amplo efeito. Por um lado, pode concluir-se que a população chegou a um estado em que a saturação atingiu o limite, exigindo medidas que obriguem a criminalidade

a recuar; por outro lado, há que admitir e entrar em linha de conta com o período algo agitado que atravessamos, em que o clima geral de reivindicações incita, por vezes, a tomadas de posições radicalizadas.

O linchamento de um homem de 60 anos durante o funeral de uma das vítimas referidas, vem colocar a necessidade de se analisar o assunto com frieza. Suspeito de se encontrar a roubar uma mulher que assistia ao funeral, Artur Inocêncio sucumbiu ao espanca-

mento infligido por populares irados pelo acontecimento. Algumas notícias revelam ser improvável que a vítima tenha sido o autor do roubo. Eis como uma agitação nascida a partir de um facto que a torna compreensível, pode, contudo, ter efeitos prejudiciais e constituir, ela própria, um crime. Às autoridades devem ser exigidas as medidas que todos esperam virem a ser tomadas com a máxima brevidade.

● J. M.

TV

(Continuação da pág. 53)

eleitor, em função do que produzirem.

Letria colecionara, e para as jogar, as "biscas" susceptíveis de desencadear as reacções mais vivas dos seus entrevistados — pondo-os a falar, depois de espicaçados... O processo foi rendendo, e o moderador, também com os seus apontamentos no joelho, lá foi empurrando a conversa até que o diálogo final, entre Eanes e Otelo, o deixou à margem e o fez apagar-se.

A obstinada incompreensão de Otelo perante o significado evidente de uma frase de Eanes a que os jornais, justificadamente, haviam dado grande divulgação, marcou de um ténue dramatismo a última parte da "mesa-redonda". Com três dos intervenientes reduzidos ao silêncio, Otelo, ferido de tristeza, oferecia a imagem do "cego de entendimento" — insistindo por crucificar-se a um julgamento que o ultrapassava a si, como pessoa, para visar, objectivamente, aquilo de que ele aceitou tornar-se porta-bandeira: um anarcopopulismo destrutivo, irrealista mas semeador de tempestades contra as quais nem ele próprio se mostrou prevenido ou precavido... Eanes quis dizer-lhe isso mesmo, com a delicadeza possível, invocando sentimentos de amizade, que, paradoxalmente, acentuavam a amargura do seu opositor, que continua a comportar-se mais como um homem sensível do que como um revolucionário — ou o "homem duro" que a revolução utópica que anda a proclamar exigiria!

Fora deste episódio, as duas horas do programa escoaram-se sem acidente especial para o comentador de TV, se bem que, aqui e ali, se registassem brevíssimos instantes de pitoresco, e uma ou outra novidade — como a de Pinheiro de

Azevedo ter chegado a sondar, num afã de sinceridade duvidosa e tendo em vista aquela teima de procurar "salvar a democracia", três hipóteses de candidaturas civis assim curiosamente escalonadas: Mário Soares, Teixeira Ribeiro e "Fernando" de Barros (e quereria dizer "Henrique", com certeza).

Mas desses aspectos que têm mais a ver com a política e com a história se ocuparão outros cronistas e observadores, que, como agora se diz, "inserindo-os no contexto eleitoral", não deixarão de apreciar o debate, no seu conjunto, e as posições assumidas por cada candidato, à luz crua da conjuntura... Isso, pelo menos teoricamente, exige especialização que não temos; e não ousamos manipular os leitores, relativamente a matérias, exposições ou interpretações de princípios, que cada um deverá encarar do ponto de vista dos seus próprios pendores de espírito, das suas convicções, da sua capacidade de assimilação e de crítica...

Ao comentador de TV bastará, para além do que deixou anotado, acrescentar que Pinheiro de Azevedo lhe pareceu desfavorecido pela "maquilhagem", que não teve em conta o calor e o cansaço de que o candidato patenteava padecer, sublinhando-lhe um ar contraído ou constringido que habitualmente não é o seu... Ponderar que Eanes não perderia nada se demorasse uns segundos a fitar o ou os interlocutores, em vez de, sobre o ponto final de cada fala, se debruçar de imediato no bloco-notas, marcando com esse gesto o termo abrupto de cada intervenção — em jeito de quem proferira sentença ou frase definitiva insusceptível de vir a ser continuada, discutida, contestada.

De Octávio Pato, restaria assinalar as qualidades miméticas — na voz como no conteúdo da argumentação —, a presença agradável, a tendência repetitiva, a

obsessão ou a temível ortodoxia: falem-lhe em flores, no busto de Napoleão ou no estado do tempo, o "moinho das palavras" desanda sempre como se alimentado por uma fita magnética — e aí vêm as "amplas liberdades", as "irreversíveis conquistas", a reforma agrária, a maioria de esquerda, sem o PC no Governo ninguém pode governar, a reacção, os monopolistas e os latifundiários... E, de mistura, uma que outra "galga" gramatical ou sintáctica, e um extremo cuidado em não meter o pé na poça, pois quem não alimenta ilusões em relação à própria candidatura não se pode dar ao luxo de beliscar as alheias — pois nunca se sabe, não é?!

Otelo de Carvalho, que na mesma tarde se confessara a um vespertino de uns tantos pecados veniais (a exuberância, o gosto de dar nas vistas), surgiu melancólico, subitamente envelhecido, com uma timidez que lhe não suspeitáramos em outras (e antigas) aparições. Convencido do papel histórico que a Revolução lhe reservou, sim senhor, de que nunca nem ninguém o manipulou ao longo do processo, sim senhor, de que é o motor da sua própria candidatura e não o juguete de forças que não possa controlar, sim senhor, de que o povo é quem mais ordena, mas à sua maneira, sim senhor, de que cinco anos de mandato não chegariam para pôr a funcionar uma democracia directa, sim senhor — mas terrivelmente melancólico!

Tirada a prova dos nove, e encarados com realismo os figurantes no "painel", pois ao espectador comum que também somos sobrou uma evidência: a de que — com seu geometrismo de raciocínio, com sua provada incapacidade para a transigência, com seu frio realismo — Ramalho Eanes demonstrou-se, apesar disso ou por isso, o mais responsável e determinado dos presentes. Pese-lhe, embora, um excesso de boa-fé! ● S. L.

Viaje com o seu carro de comboio

Lisboa
Lisboa Paris Lisboa
Paris Lisboa Paris
Lisboa Paris Lisboa
Paris Lisboa Paris
AutoExpresso
Paris Lisboa Paris
Lisboa Paris Lisboa
Paris Lisboa Paris
Lisboa Paris Lisboa
Lisboa



Caminhos de Ferro
Portugueses

BALAIA

Penta Hotel

ALBUFEIRA / ALGARVE



TELS. 52681 A 52686 - TELEX 18298